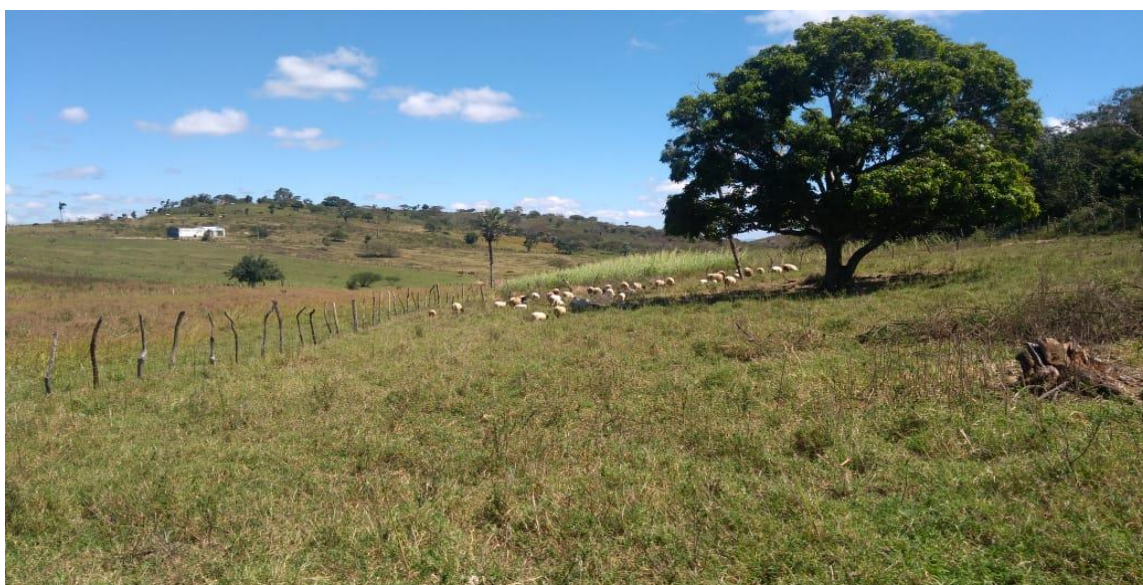




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ADRIANA LISBOA DA SILVA**

**EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(ATER) NA  
AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS: o caso dos  
municípios de Inhapi e Mata Grande.**



**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2019**

**ADRIANA LISBOA DA SILVA**

**EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(ATER) NA  
AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS: o caso dos  
municípios de Inhapi e Mata Grande.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe- UFS, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

**Orientador:** Prof. Dr. José Eloízio da Costa

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Adriana Lisboa da  
Efeitos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar do alto sertão de Alagoas : o caso dos municípios de Inhapi e Mata Grande / Adriana Lisboa da Silva ; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, SE, 2019.  
127 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultura e Estado. 4. Agricultura familiar – Alagoas. 5. Economia agrícola. 6. Extensão rural – Alagoas. I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.5)

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado

em Geografia de **Adriana Lisboa da Silva**.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório do Departamento de Geografia - DGE, localizado na Didática III, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Adriana Lisboa da Silva**, intitulada: "Efeitos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na Agricultura Familiar do Alto Sertão de Alagoas: O caso dos municípios de Inhapi e Mata Grande". A defesa foi presidida pelo Professor Doutor José Eloízio da Costa, na qualidade de orientador, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestranda proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, a palavra foi passada para o primeiro examinador Professor Doutor Dean Lee Hansen, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a segunda examinadora, a Professora Doutora Marcia Maria de Jesus Santos, discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Na sequência, o orientador teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 27 de Fevereiro de 2019



Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Presidente  
  
Prof. Dr. Dean Lee Hansen

Examinador interno  
  
Profa. Dra. Marcia Maria de Jesus Santos



Examinador externo

**Adriana Lisboa da Silva**  
  
-Mestranda-

## AGRADECIMENTOS

Não tem condições de finalizar essa etapa sem agradecer ao meu bom Deus por ter me dado esse presente, sem fé, eu teria desistido.

Após agradecer a esse ser que transcende o físico, chegou a hora de agradecer aos grandes amores da minha vida que são Luiza e Antônio, meus pais, que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse estudar, não dá para descrever todas as vezes em que minha mãe abdicou dela mesma para que eu chegasse até aqui, mulher que sempre acreditou que não era dinheiro jogado fora quando comprava os materiais escolares, meus e de minhas irmãs, meu pai sempre que pôde me trouxe ou me buscou de moto, com medo do que pudesse acontecer comigo nos ônibus. Estendo o agradecimento para as minhas três irmãs: Andreia, Sônia e Silmara que sempre estiveram ao meu lado mesmo que em oração ou admirando a minha caminhada acadêmica, ou até mesmo não fazendo silêncio kkkk, pois isso é quase impossível para Silmara e Andréia, sempre aguentaram meu comportamento extremamente grosseiro. Agradeço a minha avó que mora conosco há tantos anos.

Chegar aqui não foi fácil, esse mestrado foi algo que surgiu aos poucos em minha vida, nunca tive o sonho de ser mestre, sempre quis ser professora da educação básica e ponto, mas o destino nos prega peças e no ano de 2014 o professor José Eloizio da Costa estava precisando de bolsistas para uma pesquisa e eu fui indicada por uma grande amiga que tive durante a graduação em Geografia, o nome dela é Úrsula Thaynan, serei eternamente grata por sua atitude minha querida.

Tive a honra de ser orientanda de um homem incrível, que me acolheu, me aconselhou, entendeu as minhas fraquezas, soube lidar com a minha “brutalidade”, pois nunca fui uma “mulher cordial”. Sempre acreditou no sucesso dessa pesquisa e sempre esteve disponível para ir aos trabalhos de campo. Sempre me orientou com tanta calma, sabedoria e carinho, sempre valorizou cada palavra que eu escrevi. O meio acadêmico é algo doentio e marcado por relações verticais, onde muitos se veem como superiores, mas você sempre se colocou com humildade. Obrigada por ser tão generoso. Não posso dizer que nossa relação esteve reduzida a sermos somente orientador e orientanda, mas sim a um encontro de personalidades distintas, acredito que eu me tornei uma grande amiga sua e por vezes me senti como sendo uma extensão de seus braços e suas mãos, é, foi e sempre será uma grande responsabilidade ser orientanda de Eloizio, por isso lhe agradeço por tudo que fez por mim, senti também que você se tornou uma estrela que guiou todos os meus passos igual a estrela que levou os três reis magos ao encontro de Jesus, você me levou ao encontro de minha força interior, ao controle dos meus instintos, para a vivência no meio acadêmico, pois como você mesmo disse inúmeras vezes, eu tenho um gênio muito forte, comportamento até mesmo selvagem.

Agradeço carinhosamente aos membros do Gepru que sempre me trataram como irmã, filha, prima, amiga e tantas outras determinações a depender de quem seja, Sandra sempre dando força e incentivando a ser mais madura, Elis que apesar de sua seriedade aprendi a admirar e consegui construir uma linda amizade, Luciano um super amigo e conselheiro, Marcelo que apesar

de estar em outro Campus sempre está disposto a ajudar, Luciana nem dá para descrever o quanto de carinho existe entre nós, Júlio que sempre é uma pessoa otimista e nos faz enxergar a vida com outros olhos, Ramom apesar da distância mas sempre foi gentil e me tratou bem desde o início, Givaldo, se tornou um super amigo, me dava carona, me ajudava com as dúvidas e tem uma humildade sem igual, Leide, uma pessoa incrível sempre disposta a ajudar a todos, Jislaine a nossa amazona linda, sempre, meiga, gentil, atenciosa e disposta a ajudar no que fosse preciso, Ícaro o nosso famoso galeguinho que esteve ao meu lado desde antes de ingressar no Gepru, e nada menos que Daniela por ter se tornado uma verdadeira irmã, parceira de viagens, de confissões, aquela que tomava minhas dores como se fossem dela.

Agradeço também a Patrícia que ao longo dos anos se tornou uma grande amiga e que me permitiu estar presente em seus trabalhos de campo, cada experiencia de realização de entrevista e aplicação de questionário me ajudaram a amadurecer e ter um novo olhar com minha própria pesquisa. Parceira que se afastou e me colocou em outro horizonte, mas que soube fazer nossa amizade ressurgir.

Minha amiga Anna Maria, que sempre esteve me dando força na escrita, preocupada com a saúde de meu pai e se dispondo a me ajudar em todos os momentos.

Estendo carinhosamente esses agradecimentos a Valéria Costa, que me ajudou com o levantamento e atualização de dados secundários sobre o território do Alto Sertão.

Aos meus eternos amigos da graduação: Widna, Cyntia, Maclene, Isabella, José Arnaldo, Thiago Tito, Alexandre, Suelliton, Ana Rita, Scarlet, Bruna Leidiane que entrou junto comigo no mestrado e sempre me impulsionou a seguir em frente, me cedeu sua casa inúmeras vezes para que eu pudesse ficar em silêncio e que sempre apoiou cada passo meu.

Aos meus professores da graduação que sempre me recebem com tanta alegria: Núbia com sua calma e gentileza que sempre nos traz paz com seu abraço e carinho e que se tornou uma grande amiga, Genésio o pai de todos os alunos, Hélio Mário extremamente competente e dedicado, Neise e Débora que nos deixava de cabelo em pé nas aulas mas que tem um jeito tão incrível de reconhecer nossas dificuldades, Sônia por seu compromisso com nossa postura em sala de aula, Rosana sempre séria mas que me abriu os olhos sempre, Neilson além de professor se tornou um grande amigo, Boudou que sempre escuta com atenção as nossas reivindicações.

Agradeço aos professores do PPGEQ, pelo respeito e atenção que sempre dedicaram a mim, em especial a professora Maria Augusta que sempre me tratou de forma muito calorosa como se eu fizesse parte do seu grupo de amigos e que sempre se preocupou com a saúde de meu pai se disponibilizando a ajudar no que fosse necessário.

Aos colegas de turma que se fizeram muito presentes na ajuda com dúvidas e preocupações, Jucileide, que foi sempre muito querida e me deu muita força, nos conhecemos em Delmiro nas plenárias, Eduina sempre carinhosa e prestativa. Tamires, parceira desde a época da seleção que gravou um áudio de 16 minutos me explicando o livro de David Harvey, Teresa Simone que sempre

me tratou com tanto carinho e cuidado. Sheyla Farias, que se tornou uma amiga e que mesmo com sua seriedade caía na gargalhada junto comigo, José Carlos, que sempre aparecia com dicas que ajudavam na estruturação do trabalho. Agradeço também a Geyze, orientanda de Eloízio na UNEAL de Arapiraca, por compartilhar comigo as dores da escrita e o medo de não dar conta dos prazos, sem dúvidas nossas conversas me ajudaram bastante.

Agradeço a Everton, Matheus e Franci que trabalhavam na secretaria do PPGeo no ano em que entrei. Jobson assumiu e posso dizer que estendo esse agradecimento a você por ser sempre tão gentil e solícito.

Ao pessoal que trabalha com serviços gerais na UFS, pois deixam o ambiente agradável para que possamos estudar em um ambiente limpo, especialmente a Neide. O pessoal que trabalha na Bicen, sempre atenciosos e prestativos quando precisei de alguns livros e não os encontrava com facilidade.

Agradeço com muito carinho cada uma das pessoas que se disponibilizou a ser entrevistado por mim, técnicos de Ater Thiago, Anne, Everton, Tanihely, Nicolas, Superintendente Estadual da EMATER Rita, Tânia Coordenadora Regional, Secretários de Agricultura Cazuza e André, Presidentes de Sindicato Cícero e Everaldo. Thiago e Ewerton nunca mediram esforços para me ajudar e me levar até os agricultores, agradeço a Érica, técnica em agroecologia que também atua em Inhapi, mas que apesar de não ter sido entrevistada me ajudou em vários momentos.

Agradeço aos membros do Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas que me receberam com muito carinho em todos os meses que eu estive presente nas reuniões, obrigada Ana Cristina e Ângela por todos os sorrisos e abraços fraternos com os quais sempre me receberam e que sei que estarão disponíveis por toda a vida.

Sem dúvidas é necessário agradecer aqueles que são o centro da minha análise neste trabalho, os agricultores familiares dos municípios de Inhapi e Mata Grande, sem vocês esse trabalho não teria sentido, não teria sido escrito e jamais teria sido pensado, agradeço a cada pessoa que foi entrevistada pelo respeito e boa vontade com as quais me receberam, o receio no momento das respostas é natural, mas os homens e as mulheres do campo identificam com facilidade quando o pesquisador quer apenas saber sua história sem lhe prejudicar, muito obrigada a cada um por dar sentido a minha escrita, muito obrigada por lembrarem da menina que lia as Atas das reuniões do território e com isso serem tão gentis.

Por fim, agradecer a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado Sergipe, pelo financiamento da minha pesquisa com a bolsa de mestrado me permitindo dar maior qualidade ao trabalho a partir dos trabalhos de campo, por me permitir ter dedicação exclusiva ao mestrado acadêmico, e ter permitido comprar tantos livros nesses dois anos e participar de eventos.



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo esboçar a dinâmica da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos municípios de Inhapi e Mata Grande, no Alto Sertão de Alagoas, e de que maneira ela influencia na vida dos agricultores familiares desses municípios. A agricultura familiar desempenha um importante papel na economia brasileira. Ao lado do agronegócio tem se tornado responsável pelo aumento do PIB e movimentado bilhões de reais com a produção de milho, soja e carnes, em especial nas exportações. As políticas públicas que possibilitam o desenvolvimento rural exercem importante papel que possibilita melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares que necessitam da participação do Estado para sua reprodução no campo. A assistência técnica e extensão rural são instrumentos importantes no desenvolvimento da agricultura familiar, em especial daquela parcela de agricultores que têm uma produção em menor escala quando comparada aos grandes produtores, que tem acesso fácil a políticas de crédito que, de certa forma facilitam a comercialização dos seus produtos, e a ATER desempenha um papel estratégico como articuladora de políticas públicas. A motivação do trabalho surgiu a partir da percepção da importância que a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural tem, face a seu papel estratégico como ação articuladora de outras políticas públicas que servem de ferramenta institucional para a melhoria das condições de produção e qualidade de vida dos agricultores familiares. Do ponto de vista dos estudos rurais, ATER não é um tema muito explorado, mas é necessário resgatar um pouco dessa figura da Assistência Técnica porque ela atua como base estrutural para outras políticas públicas, sobretudo, quando se refere ao agricultor familiar mais pobre e mais vulnerável da região Nordeste. Faz-se necessário o estudo dos efeitos da ATER porque ela está vinculada a uma análise fundada nas ciências sociais rurais que é a chamada articulação de políticas públicas. Pois é limitado abordar uma política pública focalizada, por exemplo, a do Microcrédito, sem que se tenha em sua base operacional a estrutura de assistência técnica para que o agricultor familiar tenha um real aproveitamento desse crédito. A proposta metodológica está baseada em revisão bibliográfica, para que seja possível a compreensão de cada um dos temas que são alcançados a partir da leitura de Ater, assim como trabalhos de campo para a realização de entrevistas com os atores sociais dos dois municípios estudados e os próprios técnicos que prestam o serviço de Ater. Nos municípios estudados é possível perceber o quanto a aproximação entre técnicos e beneficiários se faz necessária para a permanência dessa política como realidade na vida dos agricultores. Para aqueles que recebem essa assistência, as dificuldades com a manutenção da produção são solucionadas e quanto a comercialização dos seus produtos é possível alcançar mercados quando melhoram as condições da mesma. Nesse caso, em particular, pôde ser encontrado uma relação de confiança entre técnicos e beneficiários, assim como foi possível perceber a partir da fala dos agricultores o quanto eles se sentem respeitados, isso de certa forma tem influência direta na qualidade do serviço prestado, a maior parte não acredita que tem condições de nesse momento seguir em frente sem a política de Ater, pois acreditam que podem melhorar sua capacidade de produzir, mas que para isso a presença do técnico se faz



imprescindível, uma vez que esse conhece os meios legais para essa melhoria, levando assim a inserção da produção nos diversos modos de comercialização.

**Palavras Chave:** Assistência Técnica e Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The present study aims to outline the dynamics of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in the municipalities of Inhapi and Mata Grande, in the Alto Sertão de Alagoas, and how it influences the life of family farmers in these municipalities. Family farming plays an important role in the Brazilian economy. Along with agribusiness, it has become responsible for the increase in GDP and moved billions of Reais with the production of corn, soybeans and meats, especially in exports. Public policies that make rural development possible play an important role in improving the living conditions of family farmers who require the participation of the State in the field. Technical assistance and rural extension are important tools in the development of family agriculture, especially that portion of farmers who have a smaller production compared to large producers, who have easy access to credit policies that, to a certain extent, facilitate commercialization of its products, and ATER plays a strategic role as an articulator of public policies. The motivation of the work emerged from the perception of the importance that the Policy of Technical Assistance and Rural Extension has, in view of its strategic role as articulating action of other public policies that serve as institutional tool for the improvement of production conditions and quality of life of family farmers. It is necessary to study the effects of ATER because it is linked to an analysis based on the rural social sciences that is the so-called articulation of public policies. For it is limited to approach a focused public policy, for example, Microcredit, without having in its operational base the structure of technical assistance so that the family farmer has a real use of this credit. The methodological proposal is based on a bibliographical review, so that it is possible to understand each of the themes that are reached from the Ater reading, as well as fieldwork for interviews with the social actors of the two municipalities studied and the own technicians who provide the service of Ater. In the studied municipalities it is possible to perceive how the approximation between technicians and beneficiaries is necessary for the permanence of this policy as a reality in the life of the farmers. For those who receive this assistance, the difficulties with maintaining production are solved and as far as the marketing of their products is possible to reach markets when they improve the conditions of the same. In this case, in particular, a relationship of trust between technicians and beneficiaries could be found, just as it was possible to perceive from the farmers' speech how much they feel respected, this in a way has a direct influence on the quality of the service rendered, the most of them do not believe that they are able to go forward without the Ater policy, because they believe that they can improve their capacity to produce, but that for this the presence of the technician becomes essential, since he knows the legal means for this improvement, thus leading the insertion of the production in the different modes of commercialization.

**Key words:** technical assistance and Rural extension, Rural Development, Agriculture, public policy.

## **LISTA DE SIGLAS**

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

CT Colegiado Territorial

DAP Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

GEPRU Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONGs Organizações não governamentais

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

POSGRAP Pró-Reitoria De Pós-Graduação E Pesquisa

PPGEO Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRONAF Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC Programa Territórios da Cidadania

SIBRATER Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Localização do Território da Cidadania do Alto Sertão de Alagoas.....	31
Figura 02 Pauta das plenárias do Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas no ano de 2016.....	35
Figura 03 Ano de instalação dos municípios no Território do Alto Sertão Alagoano.....	37
Figura 04 IDH- Educação (Municípios Alagoanos).....	38
Figura 05 Características populacionais dos municípios do Alto Sertão de Alagoas.....	39
Figura 06 Lista de Sistemas de Extensão.....	84
Figura 07 Local de ordenha higiênica e inseminação.....	88
Figura 08 Dia de Campo: Manejo.....	88
Figura 09 Dia de Campo no município de Inhapi-AL.....	89
Figura 10 Dia de Campo no Município de Inhapi-AL.....	89
Figura 11 Dia de Campo e Reunião no município de Inhapi AL.....	90
Figura 12 Banner Pedagógico do Projeto Desenvolvido na propriedade.....	90
Figura 13 Atividades desenvolvidas pelos técnicos.....	91
Figura 14 Quantitativo dos atores institucionais a partir da sua função.....	92
Figura 15 Classificação etária dos agricultores entrevistados.....	93
Figura 16 Reunião Mensal do Colegiado do Alto Sertão Alagoano.....	97
Figura 17 Horta Comunitária no Sítio Patos em Inhapi.....	104
Figura 18 Horta Comunitária no Sítio Patos em Inhapi.....	104
Figura 19 Criação de ovelhas no Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande-AL.....	105

Figura 20 Casa de Farinha No Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande-AL.....	106
Figura 21 Plantação de Mandioca no Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande.....	107
Figura 22 Cultivo de Milho no Sítio Patos em Inhapi.....	107
Figura 23 Cisterna Calçadão numa propriedade no Sítio Patos em Inhapi.....	108
Figura 24 Cultivo de alface no Sítio Patos em Inhapi.....	108
Figura 25 Criação de aves no Sítio Patos em Inhapi.....	109
Figura 26 Criação de aves no Sítio Lagoa do Copa- Mata Grande.....	109
Figura 27 Plantio de Palma no Sítio Ouricuri- Mata Grande.....	110
Figura 28 Plantio de Palma no Sítio Ouricuri- Mata Grande.....	111
Figura 29 Sítio Poço Grande em Inhapi após a chuva.....	112
Figura 30 Sítio Poço Grande em Inhapi após a chuva.....	113

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>20</b>
2.1- Breve Reflexão Sobre Espaço Geográfico.....	22
2.2- O Território como estratégia de intervenção do Estado.....	27
2.3- O Estado como provedor das políticas Públicas.....	40
<b>3 ELEMENTOS CENTRAIS PARA ENTENDER A ATER: A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA AGRICULTURA FAMILIAR. ....</b>	<b>51</b>
3.1- Concepções do desenvolvimento rural e territorial.....	53
3.2 Abordagens da Agricultura Familiar no Brasil.....	67
<b>4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE INHAPI E MATA GRANDE.....</b>	<b>76</b>
4.1 A constituição da ATER, seu desmonte e retorno nos moldes atuais.....	78
4.2 A ATER como articuladora de políticas públicas e como “bomba do coração” da Agricultura Familiar: a questão de Inhapi e Mata Grande.....	86
4.3 A Institucionalidade da EMATER e o contato com Território do Alto Sertão.....	96
4.4 A ATER nos municípios de Inhapi e Mata Grande: a razão pela permanência no sertão.....	101
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>6 REFERENCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>APENDICES.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Assistência Técnica representa para o agricultor familiar a possibilidade de cuidado com a terra e com os animais de forma efetiva e mais detalhada. Acompanhada da extensão rural, a produção e a qualidade desta podem ser modificadas, uma vez que o agricultor passa a conhecer novas maneiras e processos de lidar com aquilo que faz parte do seu dia a dia.

Ao ser comparada à atenção que é dada as unidades produtivas de grandes produtores, com aquela prestada as do pequeno agricultor, percebe-se que existem diferenças abissais. Uma das mais pertinentes seria a continuidade da produção, pois com o poder tecnológico que os grandes produtores possuem, a presença de seus produtos nos mercados e em instituições torna-se mais fácil em função da continuidade da produção que a tecnologia e a assistência técnica prestada permitem.

A motivação desse trabalho surgiu a partir da percepção da importância que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010, tem, face a seu papel estratégico como ação articuladora de outras políticas públicas que servem de ferramenta institucional para a melhoria das condições de produção e qualidade de vida dos agricultores familiares. Pois de acordo com os próprios técnicos, muitos agricultores têm capacidade para se desenvolver, mas não dispõem da assistência necessária para que sejam preparados e capacitados a comercializar nos mercados institucionais e convencionais.

Sua importância se deve a possibilidade de os agricultores articularem seu conhecimento tradicional, ao conhecimento técnico. Essa relação opera eficientemente na medida em que os agricultores se sentem respeitados quanto aquilo que eles aprenderam a partir de vários anos de experiência. No caso da produção de leite, os técnicos fazem oficinas de formação onde capacitam os produtores quanto aos cuidados necessários para a ordenha mecânica e manual, por exemplo.

Dessa forma, o estudo tem como objetivo esboçar experiências de ATER tomando o caso do Alto Sertão Alagoano, e assim, demonstrar como o modelo dessa política pública que é implantado nesse território, modifica a vida dos



agricultores familiares, fazendo diferença na sua renda e no nível de conhecimento técnico sobre a sua própria produção e também sobre a terra na qual os mesmos já estão acostumados a desenvolver suas atividades de plantio e cultivo.

A ATER é uma política pública que pode ser fornecida tanto por órgãos públicos quanto privados e ONGs, sendo essas últimas, mesmo tendo menor participação na prestação desse serviço, as que estão presente no maior número de estabelecimentos. Mas para estudiosos desse tema são os órgãos públicos que devem atuar diretamente nos estabelecimentos da agricultura familiar, pois esse setor continua a ser deficitário ao se tratar desse assunto, porém são mais organizados e os técnicos mais capacitados.

A agricultura familiar se tornou uma das categorias sociais que mais recebeu atenção de pesquisadores nas últimas décadas, não apenas no Brasil, mas em diversos países da Europa e se tornou o foco de muitos estudos que buscam entender a sua dinâmica de organização, permanência e comercialização. Esse interesse se dá, também, porque ela é uma atividade que se mantém no campo com suas particularidades, mesmo em países com alto nível tecnológico, e a própria visão da sociedade influencia no olhar que é dado a essa categoria social.

A agricultura familiar passou a ser reconhecida como categoria social a partir da lei 13.326, de 24 de julho de 2006. Na maioria das vezes sua luta se processa no campo do embate em relação ao agronegócio, e a busca por espaço e por financiamento que lhe possibilite alcançar mercados mais distantes tem aumentado, fazendo com que os agricultores se organizem em cooperativas e associações que lhe deem força institucional para reivindicarem ações que lhes possibilite alcançar as melhorias necessárias.

Quanto ao desenvolvimento rural, é um tema que passou a fazer parte de estudos não apenas no âmbito da Geografia, mas também de outras áreas do conhecimento como a sociologia, economia e administração. Sua dinâmica diferenciada, influenciou a grande quantidade de estudos e pesquisas que se dedicam a esse tipo de temática.

No Nordeste do Brasil, essa modalidade de desenvolvimento foi influenciada a partir das políticas públicas de desenvolvimento rural, direcionadas aos agricultores familiares mais pobres. Apesar dos estudos nesse

âmbito terem sido estagnados por alguns anos, foram retomados de maneira diferente a partir da década de 90, por causa da forma como essas políticas estavam sendo implementadas, fugindo do modelo de uma agricultura verticalizada.

Assim, as políticas públicas de desenvolvimento rural formaram um conjunto de ações que resultaram em melhorias e conquistas para os agricultores familiares mais pobres, principalmente aqueles que moram na região Nordeste do Brasil.

Apesar do momento atual em que o Brasil passa por cortes orçamentários dessas políticas, é fundamental analisar a importância das políticas de habitação, saneamento, saúde, educação e comercialização que desenvolveram um importante papel, fazendo com que os agricultores pudessem mudar suas condições de vida.

Para o estudo em tela, recortamos dois municípios que fazem parte do Alto Sertão de Alagoas, Inhapi e Mata Grande. No início foi pensado em um estudo de análise comparativa das características dos agricultores que recebem assistência técnica nos dois municípios, mas a partir da realização de trabalhos de campo, foi decidido que será abordado nesse estudo, como a Assistência Técnica e Extensão Rural vem sendo realizada nesses dois municípios, mostrando os entraves existentes mas valorando os pontos positivos que ela possibilita na vida dos agricultores, atuando com um quadro técnico reduzido e sem receber a devida atenção dos poderes públicos.

Quanto aos dois municípios, a escolha se deu em parte, por ter nascido em Inhapi, e a partir da sua participação nas plenárias territoriais com representantes de associações e do sindicato de trabalhadores rurais, pensou-se ser interessante compreender um pouco da sua dinâmica rural a partir da política de Ater, em relação a Mata Grande o que mais chamou atenção foi a presença mensal de um grupo de mulheres que recebia assistência técnica e que vem assumindo um papel importante de conscientização e mobilização da importância que a trabalhadora rural possui, a partir do momento em que a realidade mostra quantas mulheres assumem o papel de chefes de família.

Esse trabalho está dividido em três capítulos e por se tratar de uma dissertação de mestrado em um programa de pós-graduação em Geografia o primeiro capítulo aborda algumas noções de Espaço e Espaço Geográfico, essa

abordagem se faz fundamental e pertinente para mostrar que o agricultor familiar se organiza e produz espaço de maneira diferente a partir da inserção da Assistência Técnica e Extensão Rural, além dessa abordagem é feito ainda uma exposição sobre algumas concepções de Território e também sobre a atuação do Estado a partir das políticas públicas de desenvolvimento rural. No segundo capítulo é trazido como abordagem algumas considerações sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural, por último, no terceiro capítulo será abordada a ideia central desse trabalho, expondo o significado da assistência técnica e extensão rural a partir de uma abordagem histórica relembrando sua criação e sua extinção, assim como seu retorno a partir de uma lei e com algumas mudanças institucionais, em seguida será esboçado como essa política se materializa nos municípios de Inhapi e Mata Grande.

O objetivo geral desse estudo está pautado na análise dos efeitos da assistência técnica e extensão rural na articulação com as políticas públicas sob o meio rural, face a sua importância enquanto ação estruturante, com impactos no desenvolvimento rural dos municípios de Inhapi e Mata Grande no Alto Sertão Alagoano.

Como objetivos específicos estão elencados de maneira principal os seguintes pontos: demonstrar experiências de ATER nos dois municípios estudados, avaliar as ações da ATER, e suas contradições face ao esgotamento do modelo e seu rebatimento nas experiências desenvolvidas nos municípios de Inhapi e Mata Grande no Alto Sertão Alagoano, assim como entender o seu papel junto a outras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar que muitas vezes necessitam da ATER para gerar os resultados propostos.

Quanto a metodologia do trabalho, foi utilizado no primeiro momento a procura por bibliografia que corresponde aos temas aqui abordados, incluindo o acesso ao banco de teses e dissertações da CAPES e também da Universidade Federal de Sergipe, a procura e análise de dados secundários em sites como os do Atlas do Desenvolvimento Humano, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se deram num momento posterior, sem dúvidas, o procedimento metodológico fundante de cada interpretação sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural estará na realização de 20 (vinte) entrevistas com os seguintes atores: técnicos de Ater, Superintendência da Emater e Coordenadoria Regional de Ater, Secretários Municipais de Agricultura e os próprios agricultores

familiares que são beneficiários dessa política. Sendo necessária tal ação para analisar o tipo de relação entre técnicos e beneficiários, e como a política é vista pelos agricultores. Com relação ao método escolhido, optou-se pelo empírico analítico por entender que a abordagem a partir das experiências colhidas mostram a relevância dessa política e do seu papel dentro da complexidade da realidade do meio rural no Nordeste.

## **CAPÍTULO 2**

---

### **ESPAÇO, TERRITÓRIO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

## 2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo foram trazidas abordagens sobre Espaço, Território e Estado, tendo como objetivo a exposição das diferentes perspectivas sobre esses temas que fundamentam o estudo do objeto dessa pesquisa.

O Espaço Geográfico está permanentemente em mudanças através das relações sociais de produção, tendo como base a inserção de processos de trabalho podendo se identificar como um dos objetos da Geografia. Sendo assim, torna-se necessário realizar uma abordagem, mesmo que sucintamente, da sua conceituação e também seu modo de abordagem através dessa ciência espacial.

A produção e organização do espaço operam de maneira diferente na dimensão temporal, agregando sinistros como guerras ou catástrofes ambientais, mas principalmente por uma ordem econômica e social, sob o domínio do sistema do capital, configurando-se como produtos da história. Logo, a produção como processo de mudança e organização como estruturação operacional desse espaço, nessa dimensão, evidencia o espaço como categoria universal abstrata da Geografia.

Quanto à categoria Território, é umas das mais desafiadoras para os estudiosos, sendo a única, em nossos dias, que transcende a própria Geografia, envolvendo diversas áreas do conhecimento. Classicamente, o território é abordado sempre na vertente de estudar as relações de poder existentes em uma sociedade historicamente determinada. Entretanto, o nosso trabalho será trazido a partir da *abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural*, que é dada pela execução de políticas públicas voltadas ao mundo rural, bem como das transformações socioeconômicas da agricultura familiar, na qual esboçaremos um breve contexto sobre como ele é caracterizado e como pode ser reconhecido.

Quanto ao Estado, enquanto aparelho político-institucional, nos ditos de Gramsci, como “*sociedade política*”, opera como máquina que atende os interesses da classe dominante. Porém, a nossa abordagem será desenvolvida quanto ao seu funcionamento, seu modo de atuação e a partir do que ele pode ser reconhecido enquanto aparelho responsável e executor de um conjunto de políticas públicas, mas ciente do papel do Estado enquanto “garantidor” do

processo de acumulação de capital. Portanto, o nosso interesse é analisar o “outro lado” do “papel social do Estado”, enquanto mentor de ações com foco no desenvolvimento rural.

Desse modo, foi observado o Estado como necessário, como garantidor do contrato social rousseauano e até mesmo como algo que já foi visto como ser divino (na era absolutista). Assim, a partir disso será realizada uma abordagem rápida quanto ao seu funcionamento a partir da elaboração e principalmente de execução de políticas públicas, isso como atividade “minoritária” do Estado.

Nesse trabalho as diversas políticas públicas na quadra do desenvolvimento rural, estritamente voltada para uma dessas políticas públicas estruturais, dentro da abordagem territorial, e que receberá nossa atenção analítica: a política nacional de assistência técnica e extensão rural, bem como da articulação com outras políticas públicas que também fazem parte da realidade do recorte territorial estudado, a exemplo do PAA e do Microcrédito, dando assim sustentáculo para a análise de sua dinâmica junto aos agricultores familiares de baixo rendimento socioeconômico.

Em seguida, se inicia a explanação dos três pontos centrais que foram descritos em supra, esperando demonstrar porque desde o início acreditou-se que o objeto desse trabalho se encaixa na Geografia, a partir do momento que se entende o agricultor familiar como um agente que pode se organizar, produzir e se reproduzir no espaço. Aceita-se também a concepção de que o agricultor pode sim, a partir das técnicas de plantio e de distribuição, organizar, produzir e reproduzir o espaço como dominante pelo modo de produção em que ele esteja inserido.

## **2.1 Breve Reflexão Sobre Espaço Geográfico**

A tarefa de conceituar Espaço torna-se por vezes um desafio, pois ele acaba sendo enquadrado de forma distinta, inclusive por diversas ciências como a astronomia, matemática, economia, psicologia entre outras. Entretanto, o mais relevante seria articular em áreas mais afins, como a economia, a sociologia e a administração.

Existem ainda as abordagens de Einstein e Newton com os pensamentos de Espaço Absoluto e Espaço Relativo, ou seja, de maneira mais simples, a



primeira se resume a abordagem em que ele já está pronto e tudo acontece sobre ele e a outra é que ele vai sendo produzido e reproduzido a partir da interação humana com a natureza.

As diferentes conceituações de espaço mostram como ele pode ser uma categoria e/ou um conceito que não se limita aos estudos geográficos. A partir dessa dificuldade de conceituação e de descrição do que o espaço significa, Santos sugere que para a Geografia o espaço deve ser definido “*como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações*” (SANTOS 2008, p.21).

Em outro momento essa definição aparece de tal forma: “*o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá*” (SANTOS 2008, p. 63). Ou seja, acontecendo e sofrendo transformações à medida que o tempo e a história (enquanto história humana) seguem, como processo produzido pelo trabalho humano e das relações sociais de produção.

Os sistemas de objetos estariam caracterizados por todos os objetos, não apenas aqueles que são criados pelo homem, mas tudo aquilo que está disposto no espaço, ou seja, tanto os objetos naturais (elementos da paisagem) quanto artificiais (telefone, geladeira, cadeira e outros). Dessa forma, os sistemas de objetos estão representados por tudo àquilo que está à disposição do homem, e que ele tem a possibilidade de utilizar, independente da maneira do uso.

O sentido real para a denominação de sistemas de objetos estaria na condição de que esses objetos precisam estar em um contexto para que seja possível a sua existência, indo além, está também na relação que eles possuem diretamente com tantos outros objetos dispostos, e isso tem a ver com a sua função diante dos outros objetos.

Em relação aos sistemas de ações, é possível compreender que eles representam todo um conjunto de comportamentos que o homem precisa desenvolver e praticar, para tornar possível a sua produção e reprodução no espaço, ações essas que se caracterizariam basicamente nas relações sociais de produção, mas também nas ações que criam os objetos a partir da sua necessidade, pois como o próprio autor deixa claro anteriormente, esses dois sistemas só existem simultaneamente e por isso não devem ser vistos ou

pensados de maneira separada, mas sim, ao mesmo tempo, pensando nas relações internas existentes entre eles.

De certo, é possível perceber que o espaço não foi um elemento chave nos estudos da época da Geografia Tradicional, mas se fez presente com Ratzel em sua teoria do espaço vital, ou seja, o espaço é a condição para a sobrevivência do homem, onde se formará o Estado. Em Hartshorne, o espaço aparece de maneira implícita, mas é abordado como aquele que está disposto e que todas as outras coisas estão presentes nele.

As relações sociais de produção operam no espaço geográfico e o transformam como processo permanente. São as transformações que operam nesse espaço o objeto de estudo da Geografia. Dessa maneira, percebe-se como pertinente o estudo da Assistência Técnica e Extensão Rural nesse trabalho, pelo fato de ser um meio pelo qual os agricultores familiares se organizam e modificam suas práticas de produção, que acabam por resultar numa organização e produção/reprodução desse espaço geográfico, que é socialmente produzido e que nesse estudo reporta-se ao espaço rural dos municípios de Inhapi e Mata Grande/AL.

A sociedade como processo histórico se organiza no espaço geográfico desde antes de ser assim definida, é a sua adaptação no ambiente onde ela está inserida que faz com que as suas práticas se tornem produtoras de um novo espaço.

Como se diz, o espaço é o lócus de toda e qualquer atividade e relação que o ser humano está inserido, suas necessidades e atitudes farão com que ele seja definido como território, lugar, paisagem ou região, algumas definições mais voltadas a questão de dominação política e outras de domínio cultural.

Na visão clássica de Ratzel, o Espaço será a condição necessária para a existência do Estado, este precisa de terra/território para exercer o seu poder, aquele se fixa nele e desenvolve a visão de solo para que o homem exerça as suas atividades e claro, das relações sociais de produção. Essa visão, como se observa, está dentro da perspectiva do Estado enquanto espaço que funciona como elemento orgânico, portanto, realizado por ciclos, e o solo é a vertente desse poder político exercido sobre, no/do espaço.

São as práticas espaciais desenvolvidas pela sociedade que irão configurar o espaço geográfico. De acordo com Corrêa (2000), as práticas

espaciais resultam da consciência que o homem possui da diferenciação espacial e também dos projetos desenvolvidos por cada sociedade para sua manutenção (CORRÊA, 2000, p. 35).

Em relação à seletividade espacial realizada pelo homem processada pelas suas atividades, Corrêa afirma o seguinte:

No processo de organização espacial o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas (CORRÊA, 2000, p. 36).

O autor deixa claro que esses critérios podem variar de um lugar para outro e são avaliados por cada grupo para que se decida sobre sua permanência ou a expansão para áreas vizinhas, bem como rearranjo daquele espaço se por acaso ele não atender mais as necessidades dele.

Nos dias atuais, ainda é perceptível que a distribuição do homem se dá de maneira seletiva para a realização da acumulação. As empresas transnacionais, por exemplo, escolhem lugares de mão de obra desvalorizada, em que o Estado “flexibiliza”, por isenções fiscais, para que elas possam atuar em seu território. Países como o Brasil, as recebem com o discurso de geração de empregos, que serão criados em determinadas áreas onde a população se encontra com índice elevado de desempregados.

Em Furtado (1974), encontra-se a possibilidade de empresas saírem do seu local de origem e empregar pessoas do seu país em países estrangeiros, pagando um valor muito baixo por seu trabalho, mas que para ele é alto e comparado ao valor do país em que eles estão fixados naquele momento determinado por valores menores. Ou seja, essas empresas além de tomar o espaço de outras que são nacionais, ainda exploram a mão de obra do país atual, na medida em que eles são obrigados a aceitar um salário menor para poderem ser inseridos no mercado de trabalho.

Ainda nessa mesma obra, o autor mostra como essas empresas podem até pagar os tributos necessários para sua permanência em um novo país, mas

sem que isso afete o seu excedente, ou seja, o lucro. O valor produzido por elas com a venda interna e as exportações de seus produtos, superam qualquer déficit que poderia emergir com o pagamento de tributos cobrados no país. Obviamente, essas empresas não fixariam seu capital se fosse necessário algum tipo de perda nos seus lucros. Ainda seguindo a concepção de Furtado (1974) encontra-se que:

As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema. Contudo, parece inegável que a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países cêntricos serão cada vez mais dependentes de recursos naturais não reprodutíveis por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na exploração de sua mão de obra barata um dos principais pontos de apoio para firmar-se no conjunto do sistema (FURTADO, 1974, p. 60).

Com isso, se percebe o porquê do interesse de empresas transnacionais se fixarem em países considerados em desenvolvimento, o foco delas não é o desenvolvimento econômico do país no qual se inserem como muitas pregam, mas sim a necessidade de matéria prima e mão de obra, e até mesmo de recursos naturais. Nessa direção, torna-se perigoso o discurso de agentes políticos em relação à presença de empresas transnacionais. A flexibilização gera efeitos nefastos, podendo deixar impunes, desastres anunciados como os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho no estado de Minas Gerais em 2015 e 2019, respectivamente.

Apesar desse autor não estar diretamente falando sobre organização espacial e distribuição do homem no espaço nessa obra, entende-se que a inserção dessa abordagem nesse momento se faz pertinente a partir do momento que é discutido em parágrafos anteriores sobre a seletividade espacial e dos motivos para permanência não apenas das empresas, mas também dos sujeitos sociais envolvidos.

Daí a nossa concepção do Espaço enquanto categoria central da Geografia, e que merece apresentar como produto do trabalho humano, e sua importância em analisar processos sociais rurais a partir dessa perspectiva, refletindo sua complexidade face aos elementos sociais, econômicos e culturais rebatidos na produção e organização do espaço, isso como espelho das relações de produção dentro da ordem material do modo de produção.

## 2.2 O Território como estratégia de intervenção do Estado

A abordagem territorial emerge como uma das estratégias mais recentes do Estado para realizar intervenção em espaços economicamente dependentes ou desiguais. Existe toda uma literatura geográfica já consolidada em relação ao conceito ou definição de território e seus autores são bem conhecidos.

Santos (2008) traz a ideia de território como uma materialidade e o diferencia do espaço:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2008, p. 62).

Aqui o autor pode deixar bem claro a diferença entre a ideia de território e de espaço, na medida em que o segundo está caracterizado não apenas pelo que acontece, mas também por tudo o que está presente nele e o primeiro se caracteriza nas relações de poder que são construídas.

No mesmo sentido, Haesbaert (2002) analisa a “diversidade” aplicativa do território e seus detalhes operacionais, através das figuras dos diversos territórios. Isso também articulando o território enquanto “espaço abstrato”, portanto, de natureza impalpável, marcado pela subjetividade dos sujeitos territoriais. No segundo momento, o território como expressão do poder político-institucional, com atribuição de exercício material do poder sob os dominados.

Sem dúvida, observar essa diversidade conceitual, e entender o território deve ser um processo permanente não apenas de discussão, mas principalmente da possibilidade de abordar a “questão territorial” a partir de uma dimensão institucional. Assim, os territórios pensados pelo governo como forma de controle de direcionamento de recursos públicos de maneira mais objetiva, dentro de ditames legais e que são definidos por estratégias e ações que denominamos de políticas públicas.

É nesse aspecto que se agrega a definição de território, classificado como “concepção territorial-institucional” para entender a complexidade do meio rural no Brasil, como podemos mostrar no documento intitulado “Marco Referencial

para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais” (2005, p. 7,8), onde território é:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005, p. 07).

Observa-se nitidamente na citação em supra acima que, a definição obriga outra interpretação, na medida em que percebemos que a mesma está enquadrada como região, contrapondo ao território em si. O que dá um caráter de homogeneidade espacial, gerando uma penumbra no sentido do território, na medida em que a questão da complexidade fica simplificada e limitada em sua abordagem, principalmente empírica.

Uma dessas observações da política territorial são justamente as expressões “coesão social, cultural e territorial”, dando esse caráter de homogeneidade. Outro aspecto seria o caráter da multidimensionalidade a partir da proposta da superação das privações de liberdade, na ótica de Sen (2000).

Ainda mais que passa ao largo à fértil e profunda discussão na Geografia, do alcance, do sentido e dos limites do território em um mundo marcado por contradições e desigualdades socioeconômicas sob a hegemonia do modo de produção capitalista.

O que se entende é que a abordagem territorial utilizada para os territórios se deu por vários fatores. Primeiro, o fato do rural não estar restrito apenas ao agrícola, a escala municipal ser muito restrita para o planejamento de ações que visam o desenvolvimento e ao mesmo tempo a escala estadual ser muito ampla para agregar as heterogeneidades e especificidades locais, e se deve ao fato de que existe um movimento descentralizador das políticas públicas e por ser o território a unidade que representa de maneira mais coerente os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições.

Para Perico (2009),

o redescobrimento do território enquanto categoria política adequada para nortear as estratégias públicas tem diversas

origens conceituais e, sem dúvida, a natureza de sua inserção nos discursos e decisões dos formuladores das políticas reflete os contextos históricos e políticos, e abrange, em especial, as forças sociais que empurram à transformação dos mecanismos de intervenção pública e de gestão social. Mas há forças socioeconômicas que emergem do desenvolvimento das tendências ou de forças maiores que movem e demandam novas formas de conceber e construir o desenvolvimento (PERICO, 2009, p. 9).

Para esse autor, é a identidade das pessoas com esse espaço que o faz ser um território, ou seja, não é apenas a moradia das pessoas no território que o configura assim, mas as relações que desenvolvem nesse território, a sua vivência, parentesco e costumes que os mantêm ali. Em nosso entendimento todo esse processo tem conotação política, e se é política, é evidente que existem relações de poder e dominação de atores sociais sobre os demais.

Em Souza (2000) lê-se a seguinte dicção:

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos tributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis - pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta – mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro ser geradora de identidade sócio-espacial [...] (SOUZA, 2000, p. 84).

Dessa forma o homem e a sociedade atuam num determinado espaço, e as relações que são desenvolvidas nesse espaço formam um território de domínio do seu modo de vida e de seus costumes, sendo assim diferenciado de outros territórios. Ou seja, sempre existem relações de assimetria entre os atores sociais, mesmo que aparentemente tenhamos uma conotação de uso “democrático” do território, porque estamos operando em vivências e experiências, em subjetividades. Porém, a questão não está na aparência, mas na essência, na funcionalidade de quem realmente usa o território.

De acordo com Perico (2009),



o modelo territorial não é novo no Brasil, um país de ampla tradição de gestão regional e territorial que atende aos enormes e espaciais desafios inerentes à sua dimensão e diversidade territorial. Essa experiência brasileira constitui parâmetros para a adoção dos processos em execução nos termos da nova estratégia (dos Territórios de Identidade) e favorece a execução e impacto, ao mesmo tempo em que permite aprender com as experiências acumuladas pelos territórios rurais do país (PERICO, 2009, p. 6).

Para a proposta desenvolvida nesse documento institucional, o conceito de território é focado, mesmo que com limitações, na proposta institucional e isso tem a ver com a abordagem sobre apenas uma política pública, pouco estudada, quando se pensa na profundidade do que já foi escrito, mas de grande envergadura estrutural ao desenvolvimento rural, em especial à agricultura familiar, principalmente aquela voltada ao mais pobre.

Sua articulação revela também a importância, em especial na questão do microcrédito rural ou de políticas como o programa de aquisição de alimentos ou de outra política pública qualquer, que tenha como destino os agricultores familiares mais pobres.

Desse modo, é valorizada a figura institucional dos territórios da cidadania, que é uma proposta do Governo, em que delimita os espaços de atuação das políticas públicas a partir de demandas que surgem por meio de reuniões entre seus atores sociais, membros da sociedade civil e do poder público, nos espaços chamados colegiados territoriais que promovem frequentes reuniões para discussão de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural.

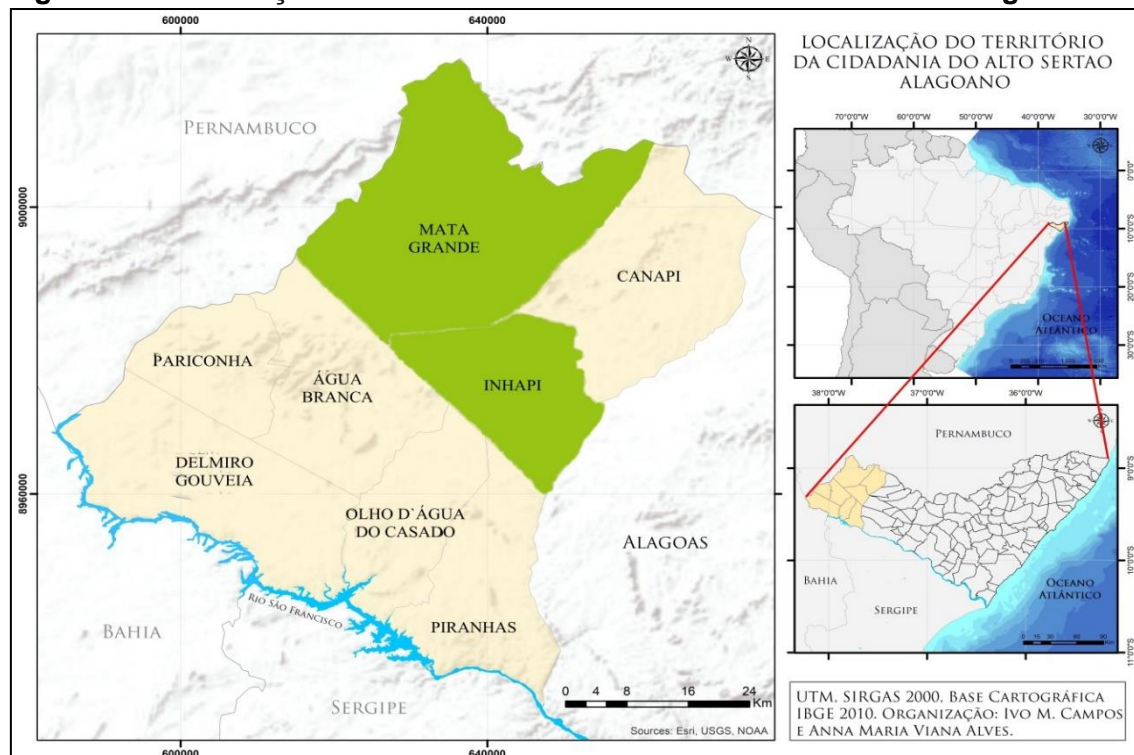
Apesar desses espaços serem vistos como antidemocráticos, por ter a presença de entidades mais ativas e que muitas vezes tem mais chances de se beneficiar com essas políticas, no território onde o estudo foi desenvolvido, é possível perceber o quanto os atores sociais tem espaço para discutir sobre qualquer assunto que influencie diretamente em seu arranjo, funcionamento e principalmente na tomada de decisões coletivas.

Para o caso *in concreto* desse objeto de estudo, os colegiados territoriais, como arranjos que espelham as territorialidades do Alto Sertão Alagoano, pautas das plenárias são definidas em outra plenária ampliada para a construção do planejamento anual, processo que se realiza no mês de janeiro. Mas nada impede que cada plenária mensal possa agregar outros pontos relevantes dentro da ótica territorial. Destaque são as temáticas, como aquelas direcionadas a

partir de assuntos como Canal do Sertão, Comercialização, Consórcio de Resíduos Sólidos, Produção, Meio Ambiente, Educação Contextualizada, Energia Elétrica, Empoderamento Feminino no meio rural e outros.

A proposta em questão tem como recorte, mais amplo, o Território da Cidadania do Alto Sertão de Alagoas (Figura 1). A escolha deu-se a partir da participação direta em plenárias do colegiado territorial, fato que só foi possível diante da participação no projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) como bolsista de extensão nesse território desde o início do ano de 2014 onde percebemos a dinâmica e a atuação dessa política - a ATER – que opera e atua no Alto Sertão Alagoano tendo o caráter territorial seu elemento central.

**Figura 01: Localização do Território da Cidadania do Alto Sertão de Alagoas**



**Fonte:** Base Cartográfica IBGE 2010

**Organização:** Ivo M. Campos e Anna Maria Viana Alves (2017)

Por outro lado, a institucionalidade do colegiado será uma das ferramentas de estudo da ATER no território delimitado. Isso se justifica pela capilaridade do Colegiado Territorial (CT) em face aos arranjos constituídos internamente na composição da sociedade civil organizada e dos poderes públicos. Por outro lado, a escolha empírica de dois municípios- Inhapi e Mata

Grande- complementa o estudo, na medida em que será esboçada na análise do trabalho de campo.

Nesse diapasão, é fundamental agregar a figura das “instituições” na discussão territorial. E nesse meio, é pertinente observar seu uso, como o uso da categoria território, para entender essa política pública, que foi territorializada, a partir também da instituição. Para isso, agregamos a concepção de North (2018) para entender o alcance da instituição enquanto ferramenta de eficiência na implementação de políticas públicas de natureza territorial.

E nesse momento, foram agregados alguns fundamentos desse economista americano, ganhador de Prêmio Nobel em Economia, onde em seu arcabouço teórico não seria apenas aplicados à economia, mas da possibilidade de aplicar também à sociedade na medida em que sua abordagem está concentrada no *comportamento das pessoas e que refletem, por exemplo, no desempenho econômico das empresas, privadas e públicas, ou até entre pessoas* em empreendimentos econômicos individuais.

Para o autor, as instituições diminuem as incertezas e oferece estrutura para conformar no cotidiano das pessoas, evitando o caos e a desorganização. Mas para sua efetivação existe um custo, o que ele chama de *custo de transação* na qual baseia-se na importância da produção das informações como ferramenta de decisão, mas isso tem custo. Em suas palavras:

O caráter custoso das informações é a chave dos custos de transacionar, que consistem nos custos de mensurar os atributos valorativos daquilo que é objeto de troca, bem como nos custos de garantir direitos e de fiscalizar e fazer cumprir acordos. *Esses custos de mensuração e de execução representam as fontes de instituições sociais, políticas e econômicas* (NORTH, 2018, p. 53).

Nesse aspecto, nos parece que políticas públicas como da ATER dentro da abordagem territorial, a questão dos chamados custos de transação tem relevância em sua execução na medida em que o conhecimento (ou informações) pode comprometer o desempenho da referida política pública. A existência de arranjos, como os colegiados territoriais, operam como mecanismo, enquanto instituição que representam a sociedade civil organizada e os agentes político-administrativos, e seu *funcionamento diminui substancialmente os custos de transação para efetivação de políticas públicas*,

dando-lhe um caráter não apenas democrático, mas também de visibilidade e eficiência, atingindo o público-alvo: os agricultores familiares mais pobres.

Nessa direção, também foi agregada a concepção de Sen (2000) no que se refere da necessidade de superar problemas sociais e econômicos, principalmente para aqueles que cotidianamente enfrentam a pobreza. E a questão estaria em transcender aspectos meramente econômicos, e entender que o combate à pobreza se relaciona, na verdade, na execução multidimensional de ações, e que o desenvolvimento se materializa a partir da liberdade substancial, superando privações, como disse, que não seriam apenas de natureza econômica.

Para isso, foi trazida no presente capítulo a narrativa da perspectiva territorial, para o estudo de caso, como forma de entender a dinâmica operacional de uma instituição (na verdade, uma institucionalidade, pela possível efemeridade de seu funcionamento) como o colegiado territorial do Alto Sertão Alagoano.

Primeiramente, apresentamos a descrição das mudanças da realização das plenárias tomando como exemplo o ano de 2017, depois a análise da composição do colegiado e finalmente uma breve abordagem das características geoeconômicas do território do Alto Sertão Alagoano.

Desse modo, para o ano de 2017, houve mudança no dia de realização das reuniões para que sete (dos oito) dos municípios do Alto Sertão pudessem participar. As reuniões aconteciam sempre nas segundas terças-feiras de cada mês, mas com a mudança elas passaram a ocorrer nas terceiras sextas feiras, apesar disso a ausência dos prefeitos continuou permanente e no mês de outubro na plenária decidiu-se que a partir de janeiro de 2018 as reuniões voltariam a ser realizadas no dia que acontecia desde a criação do colegiado. O que se observa são duas questões: *a dificuldade da participação dos agentes políticos no processo de desenvolvimento territorial, mas ao mesmo tempo a consistência* do colegiado territorial, em continuar funcionando e desenvolvendo suas atividades independentemente da participação desses agentes.

As discussões feitas no Colegiado durante as plenárias mensais, são responsáveis por tornar público as necessidades e angústias que fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares que residem nos municípios que compõem esse território. Na figura 02 pode ser observada uma parte das

temáticas abordadas nessas reuniões. Mas são responsáveis também por promover eventos de caráter educativo e esclarecedor para os agricultores, como Seminários de Microcrédito e Seminários de educação no campo.

Na figura abaixo é possível perceber a ausência de representantes de alguns municípios de maneira consecutiva, essa é uma questão que por vezes é pauta das reuniões do colegiado e por vezes é discutido que existe a necessidade de conscientização dos atores sociais desses municípios quanto a sua participação para o fortalecimento do território e da reivindicação dos próprios representantes desses municípios.

Apesar do colegiado incorporar uma história de resistência e permanência de discussões e abertura de espaço democrático, nem todos os prefeitos sentem à vontade para se fazerem presentes, foi possível perceber que dos oito municípios que o compõe, aqueles que possuem maior representatividade são Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande e Piranhas, isso se deve a um longo processo de mobilização interna sobre a importância das reuniões. Necessário deixar claro também que, o deslocamento para Delmiro é fator dificultoso para alguns agricultores, tanto pelo custo, quanto pela distância principalmente entre os mais velhos, mas ao se tratar dos gestores públicos podemos considerar que todos pouco contribuem nas reuniões.

**Figura 02: Pauta das Plenárias do Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas no ano de 2016**

<b>Data</b>	<b>Município de Realização</b>	<b>Municípios Participantes do Colegiado</b>	<b>Entidades Participantes</b>	<b>Entidade de Realização</b>	<b>Pauta Territorial</b>
12/01/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	Zumbi dos Palmares, Comissão Pastoral da terra, EMATER,	COPPABACS	Oficina de planejamento estratégico, Assistência técnica, e extensão rural.
16/02/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, FETAG/AL, UFAL, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Projeto MOVA Brasil; Projeto Renascer; Projeto Jovem Cidadão; Projeto Dom Helder Câmara; Consórcio de Resíduos Sólidos; ATER; Câmara Temática de Povos e Comunidades Tradicionais.
9/03/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, FETAG/Banco do Brasil, Caixa Econômica, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Seminário de Crédito para os pequenos agricultores do Alto Sertão de Alagoas
11/04/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, UFAL, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.,	COPPABACS	Projeto Dom Helder Câmara e Proinf 2016- Mulher.
10/05/2015	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Regimento Interno, Apresentação de um resumo executivo do PTDRS, Proinf (para os jovens) Apresentação das Atividades desenvolvidas pela coordenação do projeto Dom Helder Câmara.
14/06/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER, NEDET/UFS, UFAL.	COPPABACS	Projeto Dom Helder Câmara; Auto Avaliação do Colegiado, Projeto Proinf Juventude, Projeto de Educação para Jovens.

12/07/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Territoriais/AL Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Lançamento da Cartilha de Boas Práticas de Ordenha Manual; Situação do Projeto Dom Helder; Plano de Gestão do Canal do Sertão.
9/08/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, FETAG/AL, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Projeto do Canal do Sertão; Apresentação do Orçamento da EFADES Territorial; Eleição do Núcleo dirigente do CODETER; Apresentação das Propostas Aprovadas na Conferência Nacional de ATER; Apresentação do Proinf Juventude e Acompanhamento do Projeto Dom Helder Câmara.
13/09/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Apresentação, debate e validação do novo regimento interno do CODETER; Socialização das Ações dos Projetos Ribeirinhos do Canal do Sertão e Dom Helder Câmara, Articulação e Planejamento de Ações da Câmara Temática de Mulheres.
11/10/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Câmara Temática de Mulheres e Câmara Temática de Juventude; Projeto Ribeirinhos do Canal do Sertão; Projeto Dom Helder Câmara; Educação no Campo; PROINF's; Projeto da COOFADEL com a Desenvolve.
08/11/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	STTR de Delmiro Gouveia	Projeto Ribeirinhos do Canal do Sertão; Projeto Dom Helder Câmara; Ocupação das Escolas e Universidades, Organização do CODETER.
13/12/2016	Delmiro Gouveia	Água Branca, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Inhapi, Piranhas.	EMATER NEDET/UFS, Secretárias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente./ AL.	COPPABACS	Apresentação das alternativas de Plano de Obras do Aterro Sanitário do Território; Avaliação das Ações do Colegiado durante o ano de 2016.

**Fonte:** Atas das reuniões mensais do Colegiado Territorial.

**Elaboração:** SILVA, A, L. 2017



O território do Alto Sertão alagoano é formado por oito municípios: Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Olho D'Água do Casado, Pariconha, Mata Grande e Piranhas (ver figura 1), distribuídos na Microrregião Alagoana do São Francisco e na Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, perfazendo uma área de 3.935,30 Km<sup>2</sup>, que corresponde aproximadamente 14,06% da área total do Estado que é de 27.933,1 km<sup>2</sup> e tem uma população de 169.119 habitantes.

O Território teve sua formação a partir da ocupação de fazendas de gado bovino e de cultivo, além do beneficiamento e industrialização do algodão. Dos oito municípios que o compõem, três deles são banhados pelo Rio São Francisco e, por conseguinte, foram impactados pelas hidroelétricas de Xingó, Itaparica e Paulo Afonso, mais diretamente a de Xingó, a qual ocasionou mudanças radicais na vida e na identidade dos sertanejos ribeirinhos, que, tendo início pelo ambiente e acabou ganhando proporções culturais.

O município mais velho é Mata Grande (atualmente tem 182 anos) com data de formação de 1837 e o mais novo Pariconha (26 anos), instalado em 1993. Na figura 03 podem ser vistos os anos em que cada um dos municípios foi formado.

**Figura 03 - Ano de instalação dos municípios no Território do Alto Sertão Alagoano**

<b>Município</b>	<b>Ano de Instalação</b>
Água Branca	1875
Canapi	1962
Delmiro Gouveia	1952
Inhapi	1962
Mata Grande	1837
Olho D'Água do Casado	1962
Pariconha	1993
Piranhas	1887

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2017.

Em 2010, a população urbana do Território apresentou um total de 169.119 habitantes, sendo que 77.878 vivem na área urbana e 91.241 na área

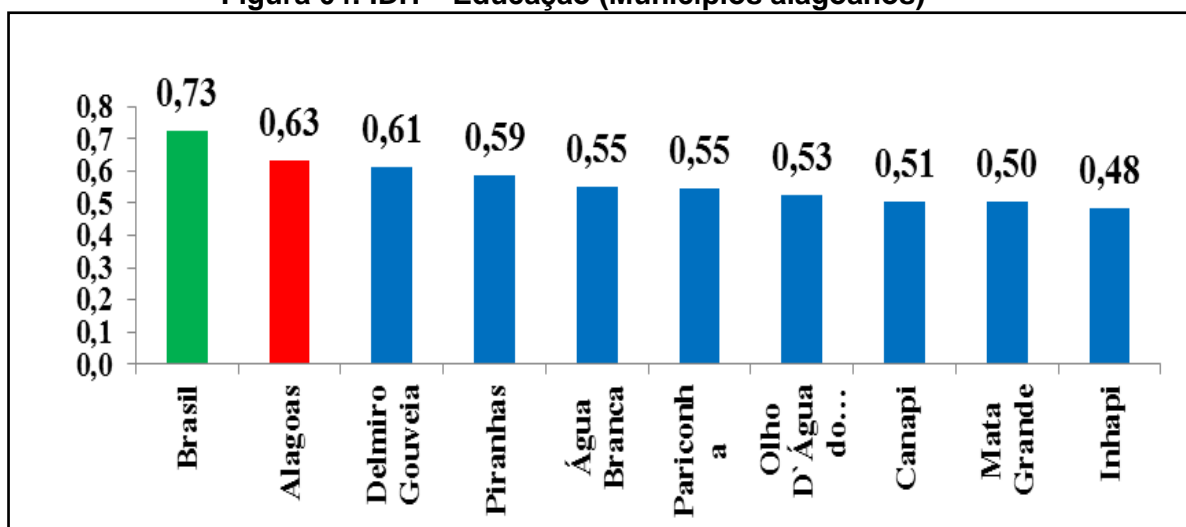
rural. Mostrando cabalmente que temos um território ruralizado, daí a importância de políticas voltadas ao mundo rural.

Desse total, 83.128 são homens, 85.921 mulheres e 73.454 são jovens de 0-19 anos. Delmiro Gouveia apresenta (em 2010) a maior taxa de urbanização (72%), seguido de Piranhas (57%) e Olho D'Água do Casado (47%). Em relação à área rural (2010), a maior taxa de população está em Mata Grande (77%), seguido de Água Branca (73%) e Pariconha (72%). A estimativa para 2016 apresentou um total de 179.467 habitantes. Os dados mostram que ocorreu um crescimento na população do território no período (2010 a 2016) de 94%.

De acordo com os dados do IBGE (2016), a população urbana dos dois municípios abordados estava em torno de 5.674 em Mata Grande e 6.699 em Inhapi, enquanto que a população rural era de 19.024 e 11.199 respectivamente, ao analisar os estabelecimentos de agricultura familiar, percebeu-se que o município de Mata Grande possui uma concentração de quase 1.500 estabelecimentos caracterizados dessa forma.

Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano- Educação (IDH Educação), o qual é calculado considerando o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino, o município que apresenta o melhor valor é Delmiro Gouveia (0,61). Ver o gráfico a seguir:

**Figura 04: IDH – Educação (Municípios alagoanos)**



**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010

De acordo com os dados existentes no Atlas do Desenvolvimento Humano, a taxa de analfabetismo em 2010, entre a população adulta com mais

de 25 anos, variava de 40,1% (Água Branca) a 51,9% (Canapi). No território, a média era de 43,7%.

Na figura a seguir podemos observar dados quanto a alfabetização, população ocupada, local de residência:

**Figura 05: Características Populacionais dos municípios do Alto Sertão de Alagoas**

Espacialidades	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais 2010	População total 2010	População rural 2010	População urbana 2010	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais 2010
Água Branca	64,84	19377	14276	5101	33,78
Canapi	65,91	17250	11712	5538	44,16
Delmiro Gouveia	19,03	48096	13242	34854	24,97
Inhapi	65,99	17898	11199	6699	43,74
Mata Grande	66,28	24698	19024	5674	42,12
Olho D'Água do Casado	54,83	8491	4464	4027	38,25
Pariconha	56,29	10264	7468	2796	34,7
Piranhas	37,2	23045	9856	13189	33,26

A ideia central do estudo se dá em mostrar a ação da ATER como articuladora das políticas públicas de desenvolvimento rural com abordagem territorial, como nesse caso, por não ser possível mostrar o papel perante a todas essas políticas, serão aqui apresentadas apenas a política de Microcrédito e do PAA.

A necessidade desse estudo surge, quando é percebido que essa política não é considerada como parte integrante do tripé de ações do Estado para a realização da política agrícola brasileira, e acaba sendo esquecida e perdendo lugar para o crédito rural, seguro safra e o Pronaf.

É conveniente observar que essas políticas estão condenadas ao seu desaparecimento, face ao quadro político-institucional iniciado com uma ruptura

em 2016. Com ele, existe toda uma estratégia de destruição das políticas públicas, em especial daquelas voltadas para o meio rural.

Por outro lado, em Alagoas, isso facilitado pelo governo estadual, ações de Ater e de PAA, por exemplo, podem ser resgatadas na medida em que existe essa vontade política. Daí a importância de analisar todo esse processo em Alagoas para demonstrar uma realidade considerada diferente de outros estados.

### **2.3 O Estado como provedor das políticas públicas**

Estado e governo são diferentes, em poucas palavras é possível caracterizar o Estado como o conjunto de instituições que permanecem mesmo quando os representantes políticos mudam, isso de acordo com as eleições, a exemplo dos poderes legislativos e executivo.

Na conceituação mais próxima de Governo, ele pode ser visto como o conjunto de ações e projetos para a sociedade que teoricamente são pensadas pelo povo, mas que são implementadas por aqueles que são eleitos para representá-los no congresso, como deputados, senadores, prefeitos, governadores e vereadores.

Na abordagem de Rousseau, o governo é definido como um corpo intermediário entre os súditos e o soberano para sua mútua correspondência encarregado da execução de leis e da manutenção da liberdade, tanto civil quanto política (ROUSSEAU 2015, p. 54).

Trazendo para a realidade brasileira é possível perceber que o povo não é definido como súditos de um soberano, mas sim pessoas livres com direitos e deveres, onde seus direitos podem ser atendidos pelo governo a partir das suas várias ações e instituições que funcionam no provimento das necessidades da população, a partir das leis e de uma constituição federal que rege o comportamento desse governo.

Seguindo ainda as concepções do autor acima, o Estado era visto muitas vezes na pessoa de um soberano que ali está por desejo e concessão divina, teve na igreja uma espécie de muleta para se manter no poder, era de bom grado e de boa ideia que a igreja estivesse ao lado daquele que desfrutava da posição de todo poderoso.

Mas existia um problema aqui, pois aquela poderia se posicionar contra algumas decisões e dessa forma acabar colocando o Príncipe, como na visão de Maquiavel, ou o Soberano, na visão de Rousseau, em situação bastante complicada, desde sempre a comunidade eclesiástica se colocou numa posição de superioridade e obviamente não permitindo a laicidade desse Estado.

Na antiguidade, o Estado é a cidade, condensação de todos os poderes, e é dessa cidade que irradiam as dominações, as forças expansivas de poder e força (BONAVIDES, 2007. p, 31). De certa forma, não se pode utilizar dessa ideia nos dias atuais até porque o Estado é constituído por um povo, que se identifica como nação e que possui uma cultura definida.

De acordo com Hofling (2001), não é possível pensar em Estado separando-o de um projeto político e articulado para a sociedade como um todo. E mostra assim qual a visão que muitos possuem sobre qual é a função desse Estado:

Em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto (HOFLING, 2001, p. 33).

Silva *et al.* (2017) traz que:

O Estado se apresenta como uma unidade básica social com território definido e com uma nação constituída pela coletividade que habita determinada localidade, genericamente entendida como um povo (SILVA *et al.*, 2017, p. 26).

Ao retornar ao pensamento de Ratzel, percebe-se esse Estado encarnado no Território, que precisa se expandir para continuar com seu poder de domínio. Nesse momento o Estado ainda não existia como responsável pela manutenção das condições capitalistas, mas sim como ser orgânico que precisa de território para se expandir e existir.

Em relação à temática sobre o Estado, Santos (2016) afirma que:

As concepções sobre o Estado demonstram o quanto à temática é polêmica e cada vez mais discutida em face das suas incongruências desde o seu nascimento. Contudo, não se pode abordar sobre o Poder sem citar os poderes nas relações sociais, fomentados por futilidades de seres que ainda estão em processo de aprendizagem (SANTOS, 2016, p. 29).

Portanto, a partir do que a autora escreve, não é algo fácil definir e decidir qual conceito de Estado utilizar, tanto por ser uma definição para algo que reúne a partir da cultura e costumes do povo, como algo que só deve ser definido a partir do momento em que existe um território.

Para Rousseau (2005), o Estado se comporta como um pai que sustenta os filhos e que possibilita o seu desenvolvimento como pessoa, onde o amor que retorna deles é o seu pagamento, mas esse amor não recompensa o Estado e sim o domínio exercido sobre cada pessoa.

São o controle e a manipulação humana as verdadeiras recompensas do dispêndio realizado pelo Estado, situação essa que só acontece em função do Contrato Social, onde o homem passa do seu estado natural para o estado civil e se assume como ser social, que terá seus direitos e deveres desenvolvidos de acordo com o bem comum. Enquanto homem natural, seu comportamento pode lhe reduzir os dias de vida e nem sempre será possível obter sucesso na satisfação de suas necessidades, desse modo alienar as suas necessidades para algo/alguém superior se encarregar de suprir se torna interessante a partir da segurança encontrada nessa relação.

Nesse seu comportamento de provedor de possibilidades e suprimento de necessidades, são levantadas questões que interfiram na melhora da vida da população. Nesse momento, a partir da sua materialização na forma de governo, o Estado cria políticas e programas de interferência na realidade de determinados grupos.

Sobre a passagem do estado de natureza para estado civil que o homem sofre, Rousseau escreve o seguinte:

Essa passagem do estado de natureza ao estado civil produz no homem uma mudança muito acentuada, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e outorgando às suas ações a moralidade que lhe faltava antes. É agora somente, quando a voz do dever sucede ao impulso físico e o direito ao apetite, que o homem, o qual até então olhara apenas para si mesmo, se vê forçado a agir com base em outros princípios e a consultar sua razão antes de escutar suas inclinações (ROUSSEAU, 2015, p 24).

A partir disso, o autor ainda mostra quais vantagens o homem passa a possuir com essa mudança de natureza, sendo elas relacionadas as suas ideias e condição humana que tende a evoluir e não continuar sendo um ser inferior

dominado por seus instintos, a partir daqui também surge a possibilidade da posse e do Estado como o responsável por garantir a propriedade privada, os limites para o estado de natureza do homem estão na sua força, enquanto que a partir do contrato social seus limites serão medidos de acordo com a vontade geral e serão controlados a partir das leis.

Ainda a partir das ideias de Rousseau é possível identificar o que pode dirigir as forças do Estado:

[...] somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado segundo o objetivo de sua instituição, que é o bem comum, pois se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o tornou possível (ROUSSEAU 2015, p. 28).

Dessa forma, mesmo que o Estado seja visto como soberano, aquele que regula e que direciona, ou um príncipe sem escrúpulos que simula e dissimula para se manter no poder, ele não deixa de ser condicionado pela vontade geral, que, como pode ser interpretado a partir da leitura da obra, não se caracteriza pela soma de todas as vontades, pois essas são particulares do indivíduo, e sim das mais importantes, das que se destacam, ou seja, aquelas que visam ao bem comum.

No Brasil, desde o ano de 2015, presencia-se a realidade de um Estado Espetáculo, com a personificação de algumas ideias sendo mais importantes que as ideias de governo. Não está presente nesse país uma monarquia ou autocracia e nem mesmo um governo absolutista. Encontra-se aqui uma república, com os representantes do povo sendo eleitos a partir de eleições diretas, representantes que legitimam ou não um mandato de um ser superior que nesse caso seria o Presidente.

As últimas eleições presidenciais de 2014 e 2018 trouxeram momentos que deixaram claras as diferenças entre os candidatos de direita e os de esquerda. Nesse Estado espetáculo a direita toma destaque a partir do seu discurso conservador e de controle de gastos para um crescimento que visa o mercado externo, discurso esse que pode ser considerado como um populismo de direita onde criou-se o inimigo comum, caracterizada pela corrupção estatal.

Em 2014 a candidata Dilma Rousseff foi reeleita, mas não conseguiu completar o seu mandato devido a sua queda por meio de Impeachment, ou seja,

“o golpe” do ano de 2016, acusada de pedaladas fiscais/ improbidade administrativa, teve contra si um congresso hostil, que dificultava o governo a partir das pautas bombas. Assim, 367 deputados (dos 513) votaram a favor de seu afastamento. O vice assumiria o cargo e começou a partir daí uma política de desmonte, desde reforma da previdência a reforma trabalhista, tudo foi arquitetado e encenado mostrando o que os gastos com o povo fizeram com o país. E com ele, o desaparecimento de políticas públicas, a exemplo das políticas de desenvolvimento territorial rural e mais de uma dezena delas.

Surge então, como sugere Schwartzberg (1978), a figura de um mito, de salvador da pátria, após a prisão do ex presidente Lula, surgiu uma figura criada pela elite e que esbravejava aos quatro cantos a sua honra, o seu caráter e a sua religião, colocando Deus acima de tudo, trazendo a ideia da igreja como suporte para se alcançar o poder. Um mito, uma estrela que transforma tudo em espetáculo, que esquece de trazer propostas políticas e traz em seu discurso tudo que inflama o ego racista, machista e homofóbico da população brasileira.

Mas nesse caso surgiu um mito perigoso, houve a personificação e a representação da figura de Estado diferente daquele pensado por Hobbes e Rousseau, nesse momento o Estado é visto como algo que precisa parar de atuar como provedor do povo e atuar incisivamente na questão econômica, na proteção à propriedade privada, na segurança, e na submissão as regras da economia de mercado.

Criou-se um discurso incisivo no desgaste do aparelho estatal e dos serviços públicos, que mascara através do verniz ideológico, a ineficiência do Estado. Isso com a ideia de que o Estado é algo “sujo”, de que ele precisa se retirar da posição de protetor social, e ao mesmo tempo ampliar as entidades privadas, sendo o Estado o símbolo natural da corrupção. Diferente do mercado, este possuidor de poderes virtuosos, livre da corrupção. Ideologia facilmente respondida por SOUZA (2017) que realiza a crítica da existência apenas da corrupção estatal e não do mercado, e que na verdade são estes os verdadeiros corruptos, que embolsam a rapina, saqueando o orçamento. Propostas voltadas para a educação e saúde sofreram cortes desde antes da aprovação da PEC 241, a PEC da Morte como ficou conhecida nas hostes da imprensa alternativa progressista, tal emenda tinha como foco reduzir a presença do Estado como protagonista do processo de desenvolvimento. Essa abordagem, mesmo que



sucinta se faz necessária nesse momento, por causa das implicações que esses cortes e mudanças acarretam nas políticas públicas como a ATER, dificultando assim o desenvolvimento do meio rural, e diminuindo a possibilidade de alcance dos agricultores familiares a mercados diferenciados por causa da falta de investimento em sua organização.

De acordo com Maquiavel, em *O Príncipe*, isso poderia ser entendido a partir da seguinte fala:

[...] é que os homens, com satisfação, mudam de senhor pensando melhorar e esta crença faz com que lancem mão de armas contra o senhor atual, no que se enganam porque, pela própria experiência, percebem mais tarde ter piorado a situação. (MAQUIAVEL, 2000. p, 13).

Obviamente, a população que apoiou todo o processo de afastamento da presidenta citada acima, não usou armas no sentido literal, mas foram utilizadas as redes sociais para deturpar sua imagem e foram feitos adesivos para serem colocados em carros trazendo a sua imagem de maneira constrangedora, situação que o mundo inteiro conheceu com atitude tomada na copa do mundo.

Não é pensado aqui em um presidente ou uma presidente como Senhor, mas como representante do povo, eleito pela soberania popular. Porém, é possível perceber o motivo pelo qual a figura do Mito, é algo que encontra adeptos e apoiadores com tamanha facilidade, justamente pela visão de mudança e o discurso inflamado de criação e propiciamento de melhorias para aqueles que acreditarem no seu discurso e que se enxergam naquele que discursa.

Outra concepção de Estado se vincula aquela considerada populista, por vezes esse termo é visto com desdém e de forma pejorativa, por causa das interpretações que lhe foram dadas, mas que de acordo com Laclau (2013) são superficiais e não encontram características reais para denomina-lo. Percebe-se que o autor não trata o populismo como uma ideologia, mas sim uma forma de construção do político que está diretamente ligada ao sistema de poder em vigência.

Na obra intitulada *A razão populista*, o autor traz abordagens de outros autores que discutiram temas relacionados ao comportamento das massas e multidões. Laclau consegue encaixar as discussões sobre populismo, mostrando

como esse conceito foi mal interpretado. Com explicações a partir de Lacan e Freud ele mostra como o discurso populista se materializa. A partir de discursos de presidentes como Nixon e Perón deixa claro como um discurso populista pode ser percebido. Indo além, pode ser compreendido que existe um populismo de direita e um de esquerda que podem ser confundidos por causa da semelhança em seus objetivos desejados.

De acordo com Santos (2016), Laclau traz uma das seguintes teses:

Entre as suas teses está a contraposição básica entre institucionalismo e populismo, em que as instituições não são entidades neutras, ao contrário, representam a cristalização de relações de forças entre os grupos, uma situação de equilíbrio temporário entre eles. O corolário dessa afirmação é que quando um projeto de transformação social profunda começa a ser implementado, ele entrará em choque, em vários pontos, com a ordem institucional vigente, e esta terá de ser modificada mais cedo ou mais tarde. E isso abrange a totalidade da ordem institucional, começando pelas constituições. Para o autor, a força que se ergue contra o institucionalismo extremo é o populismo, sendo este um fantasma que assombra a América Latina (SANTOS, 2016, p. 63).

Autores como Gilberto Freyre e Raimundo Faoro foram responsáveis por construir e fixar na mente dos brasileiros uma ideia de Estado demonizada, acusando-o de estar sempre composto por uma elite corrupta que o mesmo corrompe, contrapondo essa esfera ao mercado que é mostrado como refém de toda essa maldade que supostamente se origina na figura do Estado.

Atualmente, o discurso liberal vem se tornando tecla selecionada repetidas vezes para convencer as pessoas de que elas são responsáveis por tudo que lhes acontece, e que todas têm a possibilidade de alcançar o sucesso desde que estejam dispostas a correr atrás. Junto com isso, agregam os discursos de redução da participação do Estado até mesmo no segmento da saúde, educação e estímulo a política de criação de emprego. Isso pode ser observado como ideologia do “empreendedor individual”, que fortalece o mercado e a necessidade de retirar o Estado de praticamente todas as atividades que envolvem a vida humana. Daí o crescimento de empresas de revenda que fortalecem o individualismo e a competição entre os “colaboradores” (não são mais trabalhadores), e que tomam forma e força entre os atores sociais em idade produtiva, a exemplo de empresas como Mary Kay, Hinode, Contém 1 Grama, o

chamado “marketing multinível” onde impõe essa ideologia de explorar seu “potencial que está em si mesmo” e a possibilidade de ser milionário através de receitas milagrosas, sob a batuta da meritocracia. Daí a demonização do Estado como aparelho que deve atuar de forma restrita a apenas duas funções: garantir o acúmulo de capital, via orçamento para pagamento dos juros da dívida pública, e a segurança pública com uso de seu braço armado (polícia e forças armadas), como foco de atacar ou esfolar, se preciso for, o povo.

Por outro lado, em relação às políticas públicas, foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que o Brasil passou a investir nelas com foco, dentro dos objetivos do nosso trabalho, do desenvolvimento rural. Para isso, a política pública pioneira correspondeu ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), onde tinha a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que historicamente sempre foram esquecidos na formulação de políticas estatais, uma população à margem das políticas voltadas ao mundo rural.

Essa política permanece até os dias atuais, e segundo Navarro (2015) chegou a casa dos 15 bilhões de reais em investimentos no ano de 2010 e 32 bilhões em 2015. Porém, a realidade dessa política a partir do ano de 2017 se tornou diferente, passou por cortes orçamentários, assim como outras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar.

Desse modo, a onda neoliberal tomou conta dos países da América Latina, no Brasil não é diferente. Os novos agentes políticos defendem a redução de gastos e o congelamento por 20 anos (situação que teve aprovação no congresso brasileiro) que já mostra um quadro dramático de devastação irreversível, com aumento da pobreza e da miséria.

São concepções desse tipo que influenciam de maneira incisiva no corte de recursos e no desaparecimento das políticas de desenvolvimento, principalmente aquelas voltadas ao meio rural. Fator constante é o domínio de discursos contrários as políticas públicas e programas do governo pelo fato de serem vistas apenas como ações compensatórias e que não dão fim aos problemas vividos no meio rural, isso na perspectiva da universalidade dos programas e políticas sociais.

Essas atitudes são baseadas no domínio do pensamento econômico conservador, que auferem que o papel do Estado se restringe no controle e

fornecimento das condições necessárias ao fortalecimento do mercado, a permanência da acumulação de capital. Ou seja, uma concepção de pensamento que acredita que tudo se resume ao mercado, a relação de troca de mercadorias, esquecendo-se da característica de ser humano, que se restringe como consumidor dentro desse sistema metabólico.

Contrapondo a essas ideias, pensamentos distintos direcionam o Estado a se comportar de outra forma, sendo fundamental o Estado como provedor de políticas públicas que atuem para modificar as condições de vida das pessoas, tanto na parte urbana quanto rural das cidades, com foco nas populações socialmente mais vulneráveis. Esse é o nosso posicionamento, analisado no presente estudo.

Para Souza (2006, p. 24) “*não existe uma única e nem melhor, definição sobre o que seja política pública*”. Mead (1995 apud SOUZA, 2006) a define como um campo dentro do estudo da PAA que analisa o governo a luz de grandes questões públicas. Ou seja, o fato de serem ações do governo, tem como objetivo trazer melhorias para a vida dos cidadãos, sendo complicada defini-la e delimita-la.

A partir dessas leituras, Políticas Públicas podem ser consideradas como as ações do Estado que visam à melhoria das condições de vida dos cidadãos em relação à saúde, segurança pública, educação, alimentação escolar, habitação, infraestrutura, saneamento e crédito.

Algumas políticas de desenvolvimento rural vêm chamando atenção de estudiosos e pesquisadores como Santos (2016) e Carvalho (2018), sendo exploradas para avaliações de seus efeitos e entraves a exemplo do Pronaf, Programa de Infraestrutura (PROINF), PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

No Brasil, as políticas públicas de desenvolvimento com enfoque territorial passaram a receber atenção na década de 80, em meio a um momento de crise, em que foi necessário pensar meios que possibilitassem respostas para um desenvolvimento local, abrindo espaço para os atores sociais participarem do processo.

A partir disso as pesquisas com interesse no meio rural puderam ser retomadas abordando essas políticas como impactantes no desenvolvimento rural. Essa abordagem leva em consideração as mudanças ocorridas na vida da

população rural, foco do nosso interesse, a partir do momento em que são direcionadas políticas de distribuição de renda, moradia, saneamento e outros., rebatendo na melhoria das condições de vida.

A Política Pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos, enquanto que na Europa a área da política pública surge como desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado- o governo- produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 22).

De acordo com os pensamentos de Souza, as definições encontradas para as Políticas Públicas fazem com que o olhar seja voltado para o lócus onde os embates em torno de preferências, embates e ideias atuam.

Em Teixeira (2002) pode ser entendido que as políticas públicas demonstram formas de exercício do poder político.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político envolvendo a distribuição e redistribuição poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (SOUZA, 2003, p. 26).

Atualmente, alguns estudos trazem a tese que se tornou conhecida como articulação de políticas públicas, isso se dá na medida em que ações de desenvolvimento são realizadas de maneira conjunta para que seja possibilitado incrementar o desenvolvimento regional ou territorial com foco no rural.

Nessa pesquisa colocamos a ATER como responsável por esse papel de articuladora, pois ela age como sustentáculo de políticas como o microcrédito rural, PAA e PNAE. Mas o foco será nas duas primeiras pois existem forte presença delas nos dois municípios recortadas para o estudo.

Especificamente nessa pesquisa, a ATER incorpora esse papel articulador e isso se deve a sua presença constante nas reuniões do Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas. Os técnicos aproveitam essas reuniões

para expor as chamadas públicas de PAA e PNAE, assim como fazer apresentação das ações que foram desenvolvidas durante cada ano nesse território.

Por possuir em sua essência, um caráter pedagógico, a política de ATER impõe nos planos de trabalho dos técnicos que sejam realizadas palestras e dias de campo nas propriedades dos agricultores que mais se destacam com relação à produção. São nessas atividades que outros agricultores podem conhecer as tecnologias empregadas nessas propriedades e ter contato com os técnicos responsáveis.

Essa política desempenha uma função que não pode ser deixada de lado, é bem certo lembrar que, para o Estado arcar com os custos de prestação do serviço de Ater, com qualidade para todos aqueles que necessitam dessa assistência custa muito caro, mas para o pequeno agricultor é tão caro quanto, por isso devem ser pensadas estratégias de atuação para tornar a ATER um serviço universal, cabe aos formuladores de políticas públicas a atitude de elaboração de agendas de atuação e de modelos de equipes que possam acompanhar as famílias por um tempo superior a 2 anos.

No capítulo a seguir serão trazidas ideias quanto ao desenvolvimento rural e territorial, para que seja percebido como existiram vários diálogos quanto a interpretação da noção de desenvolvimento. Será trazido também abordagens sobre a Agricultura, seu comportamento e seu histórico aqui no Brasil.

## **CAPITULO 3**

---

### **ELEMENTOS CENTRAIS PARA ENTENDER A ATER: A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA AGRICULTURA FAMILIAR**

### 3 ELEMENTOS CENTRAIS PARA ENTENDER A ATER: A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para entender processos sociais rurais na linha das políticas públicas e ainda de forma mais complexa no que se refere a ATER, a questão do desenvolvimento é de importância seminal na medida em que envolve um conjunto de elementos sociais e economicamente qualitativos, que rebatem na melhoria das condições de vida das populações rurais.

O desenvolvimento será trazido aqui, no sentido de articular a inserção do Estado enquanto instituição provedora de ações de natureza universal ou focalizada, destinada principalmente às populações mais pobres. E o meio rural oferece essa condição de inserção na medida em que tem a maior concentração de população pobre do país e a presença do Estado é imprescindível.

Por outro lado, a questão do desenvolvimento, isso observado por uma literatura praticamente consolidada em nossos dias, transcende como mero processo econômico. O desenvolvimento tem um sentido multidimensional e envolve elementos de natureza social, política e cultural. Porém, o relevante para a questão em pauta é o desenvolvimento na linha do rural e sua maior vertente: o territorial rural. Elementos agregados e fundamentados nessa multidimensionalidade integram esse processo como materialidade do *desenvolvimento como liberdade*, na perspectiva de Amartya Sen (2010), superando as privações que obrigam a perda da liberdade substancial.

Daí a necessidade de inserir a questão do desenvolvimento, como substrato para entender a capilaridade de uma política pública que tem visibilidade quando articulada com outras políticas dessa natureza. A “solidão” da política em nada oferece atratividade analítica, mas como auferirmos no corpo do trabalho, ela está sendo analisada de forma articulada.

Finalmente agregar a questão da agricultura familiar. E para isso, não se deve apenas apresentar suas características, mas principalmente sua funcionalidade enquanto atividade econômica com base no trabalho familiar e da singularidade da agricultura familiar nordestina. Para o estudo em tela, tornando possível singularizar, por envolver fenômenos que envolvem institucionalidade como os colegiados territoriais e da produção de uma agenda bem particular em relação a ATER. Daí a necessidade de envolver o desenvolvimento rural como



mote processual que impacta na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e o territorial a partir da institucionalidade materializado nos colegiados como arenas de discussão e deliberação.

### 3.1 Concepções do desenvolvimento rural e territorial

Antes de apresentar o pensamento que trata de desenvolvimento rural, acreditou-se ser necessário trazer algumas abordagens sobre desenvolvimento na perspectiva de autores nacionalmente conhecidos como Celso Furtado, Zander Navarro, Ortega e Favareto. É evidente a possibilidade de agregar outros autores, mas pela limitação do nosso trabalho, optou-se por esses autores, face a necessidade de apenas situar a questão do desenvolvimento, desde o seu patamar clássico, até a vertente do desenvolvimento rural como processo multidimensional e territorial, pela sua complexidade funcional e analítica.

Destarte, para Celso Furtado existe um “mito” quanto ao desenvolvimento, em sua obra que tem como título essa ideia, o autor deixa bem claro que esse pensamento e sua projeção se caracterizam como um mito em função da forma que o desenvolvimento é pensado, no seu entendimento, se dá com estruturas que já vem de outras experiências e que não é feita atualização e contextualização quando essa proposta é levada a outros países como o Brasil.

Em outras palavras, o aspecto mitológico do desenvolvimento não opera pela mera visibilidade dos processos econômicos baseados, por exemplo, na industrialização, e que na verdade seria um indicador de crescimento e não de impacto social, como aumento dos salários e de acesso aos bens de consumo. Mas no caso brasileiro, estruturalmente, é praticamente impossível observar um desenvolvimento concreto na medida em que questões como as alarmantes desigualdades, a questão da propriedade como medida de exercício do poder político, e o comportamento de uma elite de rapina, em nossa história, mostra esse mito.

Daí o dilema de Furtado (1997, p. 11) em abordar dentro de uma perspectiva econômica das singularidades de uma economia historicamente agro-exportadora, típica de *formação social subdesenvolvida*, é a forma teórica operada, como seria um processo evolutivo ou historicamente determinada. Em

suas palavras, com indagação e o sentido da categoria subdesenvolvimento, e das especificidades de economias como a brasileira:

Que caminhos nos trouxeram ao subdesenvolvimento? Trata-se de um estágio evolutivo ou de uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se? Ao introduzir a dimensão histórica fui levado a colocar uma questão metodológica: que contribuição podem dar as ciências sociais, em particular a economia, ao estudo da história?

E completa em relação as singularidades das economias subdesenvolvidas e a importância da história (Ob. Cit. página 11/12):

Minha indagação partia da ideia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico. Assim, a reflexão sobre o subdesenvolvimento começa como uma nova leitura da história apoiada no uso de conceitos e instrumentos da ciência econômica e se prolonga num esforço de ampliação do quadro conceptual desta.

Nesse sentido, a questão do desenvolvimento incorporou no Brasil, e de forma mais ampla, na América Latina, a concepção do subdesenvolvimento como produto da “evolução histórica” dessas economias, extraído do dualismo estrutural entre o moderno e o atrasado, e da necessidade do Estado interventor como aparelho institucional de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, Oliveira (2004) aborda os equívocos desse dualismo, e que não seriam estanques, e a alternativa não seria analisar a partir da concepção histórico-evolutivo. E sim suas contradições, onde o setor atrasado não seria estágio histórico em evolução, mas fundamentalmente como alimentador do setor moderno, garantidor de um violento processo de acumulação de capital, como fornecedor de força de trabalho de baixo custo e menor preço de alimentos, elementos centrais na reprodução da força de trabalho.

A partir disso vemos que o maior motivo para que o desenvolvimento econômico seja impossível de acontecer, está no fato de que, se a periferia passar a desfrutar das mesmas regalias que o centro, a natureza não será capaz de suportar tal nível de exploração, esse estilo de vida criado pelo capitalismo na visão de Furtado (1974) será sempre voltado para uma minoria, e a própria ideia de desenvolvimento econômico está dentro de uma estratégia de controle

e organização da sociedade em si, para fazer com que ela esqueça da coletividade.

Em abordagens diferentes sobre como o desenvolvimento deve atuar, Amartya Sen (2010) aborda que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010, p.16).

Nesse diapasão, a abordagem desse economista indiano sustenta-se na multiplicidade de instituições e de valoração das atividades interativas, quando em seu estudo, o mesmo está concentrado em liberdades instrumentais, onde se inclui *oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora* (SEN, 2010, p. 11). Agrega-se que essas liberdades não têm como lastro as questões de natureza econômica. Pelo contrário. As liberdades elas operam como processo de organicidade sócio-política, através da organização, mas também pela instrumentalidade dessas liberdades, garantidas pelo aparelho estatal, com impacto individual e sentido social.

Dessa forma, o desenvolvimento, na visão desse autor, só é de fato considerado como real, quando ele possibilita que as liberdades pessoais dos indivíduos sejam reais. Para deixar mais claro, essas liberdades estão expostas pelo autor como o acesso à educação, saúde e alimentação, mas também pode ser abordada na questão do trabalho a partir do momento que esse indivíduo tem oportunidades de se inserir no mercado de trabalho e com isso constituir renda e possibilitar a reprodução de suas vidas individuais e sociais.

Assim, abordando o desenvolvimento como impulsionador das escolhas humanas e que são consideradas por Sen (2010), como liberdades pessoais do indivíduo, elas se destacam nos seguintes pontos: Liberdade política; que estaria ligada ao fato desse indivíduo participar de organizações da sociedade civil e até mesmo de audiências públicas; facilidade econômica; oportunidades sociais como educação, lazer e saúde; garantias de transparência e segurança protetora.

O desenvolvimento é um termo que se tornou muito utilizado quando se pensa em melhores condições de vida e de trabalho. Mas autores como Amartya Sen defendem que o sentido dessa palavra, como destacamos acima, vai muito além do seu sentido econômico, e tem a ver com o sentido de liberdade, seja na possibilidade de poder comprar uma televisão, ou poder desfrutar de dias de lazer e num sentido maior essa liberdade está relacionado ao ato de se alimentar (SEN, 2010).

Completando-se que o real desenvolvimento deve ter um sentido democrático, e a questão da sociabilidade dos avanços da tecnologia tem seu papel estratégico, como acorda Ortega:

As conquistas científicas e tecnológicas alcançadas em pouco mais de dois séculos de capitalismo, ao final do século XIX, foram maiores do que as verificadas em milênios. A incorporação dessas conquistas ao dia-a-dia passou a ser disseminada e constituir-se em sinônimo de desenvolvimento (ORTEGA, 2008, p. 21).

Os avanços tecnológicos influenciam no grau de desenvolvimento das sociedades, isso entendido como processo historicamente determinado. É entendido que quanto mais avançada a tecnologia de um determinado país, melhores são as capacidades desenvolvidas, por envolver forte capital social, cultural e humano, isso dentro de um processo avassalador de competição, como acontece em nossos dias, entre os Estados Unidos e a China.

É evidente que o desenvolvimento enquanto categoria social e econômica tem relação com a evolução da tecnologia. Entretanto, em função da natureza de termos uma sociedade dividida em classe e as oportunidades ser diferentes e socialmente cruéis, o acesso à tecnologia é assimétrico e a questão não se materializa enquanto processo universalizante.

A utilização da tecnologia opera como procedimento social de melhorar a vida das pessoas. Suas inovações vão desde aparelhos celulares mais sofisticados até próteses ortopédicas capazes de substituírem membros do corpo humano. Os televisores que antes tinham como cor apenas o preto e o branco, hoje em dia são coloridas, automóveis elétricos conquistam cada vez mais espaço, e na área da saúde o tratamento de hemodiálise continua a ser algo surpreendente. Esses são alguns dos exemplos das últimas décadas, e podemos auferir que a concepção do economista indiano tem no sentido de

democratização de acesso universal aos bens da vida moderna, como as que apresentamos.

Ainda na seara da abordagem sobre desenvolvimento e suas definições vemos a seguir o que Favareto (2006) esboça quando analisa a questão da abordagem territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento rural e sua tentativa de construir um novo paradigma para entender a complexidade e a heterogeneidade do mundo rural. Entretanto, para chegar a realidade atual, o autor extrai algumas assertivas interessantes:

O desenvolvimento da humanidade é claro, bem anterior às tentativas de sua definição. A evolução biológica do homem é resultado de um processo de longuíssima duração. E o primeiro grande salto realizado no intuito de tentar submeter sob seu domínio os desígnios de sua condição sobre a Terra é algo que data de dez a doze mil anos atrás: é nesta época que surge a agricultura, numa revolução de importância similar ou superior à Revolução Industrial, à medida que permitiu a organização dos crescentemente numerosos assentamentos humanos, a realização de inúmeros progressos técnicos, desde a complexificação da ferramentaria e de técnicas de produção até, posteriormente, o surgimento da escrita e das chamadas grandes civilizações (FAVARETO, 2006, p. 35).

Até mesmo as ideias evolucionistas foram utilizadas para a explicação ou compreensão sobre desenvolvimento, mas com o passar do tempo essa discussão saiu dos meios naturais e da definição fechada e passou a ser visto e abordado por esferas distintas como afirma o autor:

Diferente daquilo que ocorreu no Pós-guerra, o final do século XX assistiu a uma explosão de significações sobre a ideia de desenvolvimento, onde à crise e à crítica social que se fizeram em torno dela, se seguiram tanto uma enorme polissemia, quanto tentativas de reconceituação. O que marca esse novo momento são dois aspectos: a ideia de desenvolvimento perde a adesão total e natural à ideia de crescimento, e mudam os portadores sociais das ideias sobre o desenvolvimento. Ela deixa de ser um monopólio da ciência e vai passar a frequentar os discursos de militantes de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de grupamentos políticos diversos (FAVARETO, 2006, p.49).

Para Barros (2014), o desenvolvimento foi visto como sinônimo de industrialização, a partir de narrativa escrita e dirigida pelo Estado. E essa industrialização se confundia com modernização, mas o moderno sempre muda e mesmo exercendo papel principal nessa narrativa a indústria está sempre

atrasada e a agricultura se comporta como coadjuvante em quase todo o tempo, no caso do Brasil.

Carvalho (2018) aponta que no século XXI a palavra desenvolvimento que antes refletia apenas a perspectiva de crescimento econômico, passou a incorporar além dos fundamentos econômicos, aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais.

Em outras perspectivas o desenvolvimento passou a ser estudado a partir das melhorias ou transformações que ocorreram e ocorrem no meio rural, alterando o modo de abordagem e iniciando as pesquisas em desenvolvimento rural a partir da década de 1990. O que incorporaria a concepção de desenvolvimento rural.

Desenvolvimento rural como processo de mutação do meio social onde a natureza ainda tem um papel preponderante, mas ações antrópicas e aperfeiçoamento dos mecanismos de mercado, principalmente aquelas voltadas para a agricultura familiar, tornou-se um dos tópicos inovadores de entender o desenvolvimento rural como processo não apenas econômico, mas também social e político. Mas a questão seria muito mais ampla. Entretanto, nosso interesse é abordar essa diversidade analítica da categoria desenvolvimento rural.

Schneider (2010) destaca que foi a partir da década de 90 que os estudos sobre desenvolvimento rural voltaram a ser feitos com um novo enfoque e entendimento:

A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

Para esse autor, existiram quatro fatores que foram decisivos para despertar os debates acerca do desenvolvimento rural no Brasil, tais fatores foram: o primeiro fator, considerado pelo autor como o mais importante, tem relação com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, o segundo fator resultou da crescente influência e ação do Estado no

meio rural, o terceiro fator se refere as mudanças no âmbito político e ideológico e por fim o quarto fator tem relação direta com a importância que as questões ambientais vem tomando no últimos anos (SCHNEIDER, 2010, p. 515-517)

De acordo com Kageyama (2008), as diferentes representações que são feitas da ruralidade têm diferentes consequências sobre as formas de desenvolvimento rural que são incentivadas ou permitidas. Dessa forma, é possível perceber que as denominações para ruralidade são diversas. Mas apesar do passar dos anos, o meio rural continua sendo denominado com algumas características do passado: ambiente predominantemente natural, organização espacial do homem de maneira mais dispersa e densidade populacional inferior aquelas encontradas nas grandes cidades.

Ainda hoje persistem como questão de múltiplas oportunidades de observações. Nesse sentido, ao ser pensado no caso dos estudos rurais desenvolvidos no Brasil Kageyama afirma que:

O tema do desenvolvimento rural tem ocupado extensa parte da literatura acadêmica e dos documentos e ações de organizações políticas em todo o mundo nas últimas três décadas pelo menos. No Brasil, até recentemente o debate girava e torno da economia agrícola, do agronegócio e de seus mercados. Mas a produção acadêmica brasileira sobre o desenvolvimento rural vem crescendo bastante nos últimos anos e bastaria um dado para atestar a importância desse tema não apenas para os estudiosos, mas para toda a sociedade (KAGEYAMA, 2008, p. 55).

Desenvolvimento rural pode ser um tema que levanta várias hipóteses, uma delas é a ideia de que o meio rural é um lugar de extensas plantações, com pouca variação dos tipos de produção, mas esse tipo de cenário é perceptível apenas se nos detivermos aos estudos relacionados ao agronegócio, a agricultura familiar em si, se caracteriza pela diversidade de produção e de pequenas propriedades.

Sobre as perspectivas de desenvolvimento rural, Alcântara (2015) mostra o seguinte:

Analisar as perspectivas do desenvolvimento em áreas rurais no Brasil tornou-se fundamental, especialmente quando se trata da possibilidade de realizar uma análise voltada para a superação da concepção tradicional do desenvolvimento e da crescente busca por alternativas para promover oportunidades em meio ao

contexto de mudanças no espaço rural. Os debates recentes a respeito do desenvolvimento no meio rural apresentam uma perspectiva de implantação de ações institucionais combinadas com participação social (ALCANTARA, 2015, p. 13).

Nesse trabalho, a autora aborda de forma clara como o desenvolvimento está vinculado a abordagem territorial. Com isso é possível perceber que as ações que visem ao desenvolvimento necessitam alcançar o processo de reconhecimento da importância dos territórios como uma unidade de planejamento e de gestão espacial.

Além disso a autora mostra também a necessidade da abordagem territorial para o desenvolvimento de áreas rurais, uma vez que esse, nem sempre ocupa lugar de destaque nas agendas institucionais e de acordo com ela, isso se deve ao fato de que o desenvolvimento no seu âmbito rural é um processo o qual os seus efeitos não surgem em um período de curto prazo, mas sim a médio e longo prazo (ALCANTARA, 2015, p. 23-25).

O pensamento acerca do desenvolvimento rural ganha espaço nos debates por se configurar como questão essencial, tanto pelo seu caráter econômico quanto pelos fatores sociais, ambientais e especificamente as vulnerabilidades registradas no processo.

Ainda sobre as discussões acerca de desenvolvimento rural no Brasil, Souza e Fontes (2014) abordam que a muito se discute o modelo adotado nesse país, isso em relação a reestruturação, e o seu repensar fazendo com que o Estado assuma o seu papel e adote maneiras corretas de intervenção, com políticas públicas de real eficiência e que sejam específicas para cada região.

Ainda a partir das ideias de Souza e Fontes (2014) pode ser percebido que as estratégias que promovam o desenvolvimento rural no Brasil precisam estar atentas ao crescimento econômico e as transformações sociais e políticas, considerando assim que existem limitações frente ao desenvolvimento econômico do país e isso não pode ser deixado em segundo plano. Os autores deixam claro que:

É importante salientar que a heterogeneidade existente nas atividades agrícolas e rurais constitui-se em uma das dificuldades a serem enfrentadas pelo Estado Nacional em possíveis implementações de medidas que favoreçam o desenvolvimento rural no Brasil (SOUZA e FONTES, 2014, p. 253).



Pensar nessa heterogeneidade, significa lembrar que o Brasil tem um extenso território e que cada uma de suas regiões possui características diferentes, onde impõe que um pensamento que vise o desenvolvimento rural para todo o país precisa estar atento as diferentes necessidades de cada uma delas, não tem condições de ser uma ideia física que não esteja contextualizada com as especificidades de cada região ou território

Para Schneider (2008), outro fator importante para as discussões quanto ao desenvolvimento se devem a influência da crescente atuação do Estado que vão desde ações direcionadas a agricultura familiar a partir de políticas públicas, quanto a seu comportamento face a reforma agrária e segurança alimentar.

De acordo com as concepções de Carvalho (2018, p.43) o desenvolvimento rural traz em si a ideia de alterações políticas, sociais e econômicas, que são influenciadas pelas demandas sociais indo além das práticas produtivas considerando as características específicas do local a partir da geração de oportunidades de trabalho e renda.

Continuando com a concepção de Carvalho (2018) acerca de desenvolvimento rural, a sua “significação ultrapassa o aspecto econômico, pois reflete a relação sociedade-natureza, num quadro de definição do espaço geográfico e de suas especificidades” (CARVALHO, 2018, p.43).

Com o passar dos anos, o meio rural passou por transformações, com isso, a ideia de desenvolvimento está relacionada às escolhas que o ser humano pode fazer durante a sua vida.

Navarro (2001) aborda de uma forma mais ampla, na qual percebemos dois momentos em que a noção de Desenvolvimento e consequentemente o desenvolvimento rural ganha importância. Um desses momentos como retratado em seu texto, surge nos períodos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, década de 50, estendendo-se até a década de 70. Porém isso na linha do desenvolvimento econômico, ampliando capacidade produtiva e o aumento da produtividade.

O segundo momento em que o tema ressurgiu é mais recente, surge por volta da década de 90. Mas os motivos para seu reaparecimento são diferentes, e são caracterizados por concepções que não acreditam que realmente pode existir desenvolvimento e também pelas dificuldades de sua materialização.

De acordo com o autor, existiu ainda o pensamento de que o aumento da renda familiar a partir do aumento da produtividade e da produção caracterizava o desenvolvimento rural, sendo que esse aumento de renda se deu por causa da condição de aumento da produção que alguns agricultores tiveram num período onde foi forçada uma modernização com a adição de tecnologias no campo, com a chamada revolução verde, onde a assistência técnica atuou de forma incisiva com a promoção desses pacotes tecnológicos nas propriedades.

Quando se pensa no desenvolvimento como um tema voltado para o meio rural verifica-se que existe um entrelaçamento com a ideia da criação e implementação de políticas públicas voltadas para esse meio e de certa forma para a agricultura familiar, como por exemplo, o Programa Nacional de Habitação Rural, Programa Luz Para Todos, Água para Todos entre outros, pois possibilitam que as condições de vida de diversas famílias sejam modificadas, trazendo assim a percepção do desenvolvimento no campo, que se caracteriza pela tentativa de redução da pobreza.

O desenvolvimento do mundo rural é um assunto que passou a receber atenção ao longo do tempo. Esse, por vezes, era visto apenas como aumento do uso de tecnologias, aumento da absorção de insumos modernos como estratégia para aumentar a produtividade, repercutindo no aumento da renda e assim consolidando o desenvolvimento.

Zander Navarro afirma que, Desenvolvimento rural, pode ser analisado a posteriori, referindo a análises sobre programas já realizados pelo Estado visando alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos (NAVARRO, 2001, p.88 ).

Indo além desse pensamento, surgem ainda as vertentes analíticas do desenvolvimento rural sustentável, muitas vezes tido como difícil de acontecer por causa do sistema de produção em atuação, fortalecendo a ideia de equidade social e também a ideia de desenvolvimento local.

Em relação ao pensamento de que o desenvolvimento rural aconteceria de maneira espontânea a partir do desenvolvimento das forças de mercado Abramovay (1998-1999) traz a ideia de que:

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário,

antes de tudo, que se transforme as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998-1999, p. 02).

Sendo assim, é o pensamento interno daqueles que podem influenciar nas mudanças de políticas e investimentos a mais necessária das ações, para que possa ser pensado numa proposta que possa abranger todos os estados, para que essa ideia de desenvolvimento tome forma respeitando as diferenças de cada região e de cada estado como o autor colocará em outros momentos desse mesmo texto.

Atualmente o Brasil é um grande produtor e exportador de produtos agrícolas, em termos de volume gerado e permanente aumento da produtividade. A desindustrialização brasileira que vem agonizando desde os anos de 80 do século passado, tem optado por novas alternativas econômicas, visando criar divisas nas transações comerciais externas, e o bilionário mercado das commodities tem dado resposta, sendo atualmente o segmento mais importante da economia brasileira. Voltou-se à era de o país ser um exportador de produtos de origem primária e ao mesmo tempo na formação de uma burguesia rural politicamente reacionária, culturalmente ignorante e socialmente fascista, como abordado por CHAUI em relação a classe média brasileira<sup>1</sup>. Uma grande contradição histórica, e o que está em andamento é a constituição inexorável de uma supercolônia na América do Sul.

No nosso entendimento, esses processos sociais e econômicos serão consolidados nos próximos anos, vinculando-se ao núcleo da economia brasileira concentrado basicamente em três segmentos: agronegócio, extrativismo mineral e exploração de petróleo; combinando-se com a devastação ambiental, a exaustão dos recursos naturais e o caráter predatório das empresas transnacionais. Claro, ao lado do domínio do sistema financeiro, abrangendo desde a “mãe do dinheiro” – o Banco Central (SOUZA, 2018, p. 181) – até os empréstimos consignados que esfolam o povo, especialmente aos velhinhos em suas parcas aposentadorias. Em resumo, o sistema financeiro no Brasil cresce sob os escombros de um país em ruínas (Ob. Cit, p. 181).

---

<sup>1</sup> Trata-se da posição política da conhecida filósofa paulista de esquerda Marilena Chauí em diversas palestras. Para acesso no you tube de uma delas: <https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg>

Voltando a questão em análise, a realidade agrária em que o país se encontra atualmente é fruto de um longo processo de modernização capitalista imposto a diversos países. As safras nacionais crescem em produção continuamente, com recordes até mesmo em níveis de produtividade. No mercado de proteína animal, por exemplo, tem se destacado não apenas no volume de exportações e diversificação de compradores internacionais, mas principalmente na criação de tecnologias tropicais que reflitam as adversidades naturais, visando ampliar os níveis de produtividade (GRAZIANO; NAVARRO, 2015).

Em relação a posição que o país ocupa quanto a sua produção vegetal e animal, em Navarro (2015) encontra-se a seguinte conclusão, *in verbis*:

Nenhum país do mundo apresenta as potencialidades produtivas que o Brasil ostenta, em termos de crescimento da produção agropecuária. As projeções indicam uma posição de dominância do país em diversos produtos de origem vegetal e animal. Nenhuma outra nação pode rivalizar em termos de áreas a serem ocupadas, disponibilidade de água e luminosidade (NAVARRO, 2015, p. 66).

Santos *et al.* (2017), afirmam o seguinte:

Vale ressaltar que o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, privilegiando os grandes produtores rurais com base em tecnologia, capital e produtividade, acarretou o deslocamento considerável de milhares de trabalhadores e agricultores familiares entre as regiões brasileiras, especificamente em direção aos grandes centros urbanos do Sudeste e Sul do Brasil ao longo dos últimos anos. Daí a importância e reconhecimento da agricultura familiar como fator indutor não somente da distribuição espacial da população, mas como norteador das relações econômicas, sociais e políticas para os anos mais recentes (SANTOS *et al.*, 2017, p. 47).

Essa inédita e impressionante realidade produtiva que passou a dominar o rural (quer dizer, do agronegócio) constituiu a partir de persistente processo de modernização da agricultura de alto desempenho, que tirou o país da condição de subdesenvolvimento e o integrou, como economia emergente, no mundo globalizado (GRAZIANO; NAVARRO, 2015, p. 9 -10).

O que pessoalmente se discorda dos autores, na medida em que o atual modelo de agricultura desenvolvida no Brasil não tem lastro com a expansão do mercado interno. Pelo contrário, essa modernização tem gerado assimetrias nos

processos de desenvolvimento da agricultura brasileira e o segmento do agronegócio tem levado vantagem, ao estilo clássico de quase exclusividade às exportações, mesmo que em seu seminal estudo tenha se destacado a presença de unidades produtivas de forte adensamento tecnológico, desenvolvendo produtos voltados para o mercado interno.

Entretanto, o que mais se observa é uma postura um tanto equivocada de que o país estaria superando o “subdesenvolvimento”, integrando agora como membro dos chamados países “emergentes”. Efetivamente não conhecemos país algum no mundo que superou seu subdesenvolvimento a partir da modernização tendo como base econômica o segmento da agricultura. E a direção da economia brasileira no mercado das exportações de commodities não traz em suas internalizações qualquer elemento “desenvolvimentista”, mas ganhos de uma minoria de capitalistas rurais e rentistas fundiários, além do segmento de setores voltados para a agricultura. O que destoa a questão do desenvolvimento como categoria, e não se pode articular o papel do agronegócio nas divisas internacionais, como “elemento de desenvolvimentismo”.

Mas, voltando ao mundo real distinto da falácia do desenvolvimento como produto do agronegócio. O que nos interessa é entender o papel estratégico da agricultura familiar e das políticas públicas sobre o mundo rural mais pobre.

Como exemplo, a partir de FAO (2016) é possível perceber que as políticas de transferência de renda tiveram e têm papel fundamental na melhoria das condições de vida da população residente das zonas rurais, com destaque estão os programas Fome Zero, Brasil Sem Miséria e o Bolsa Família, somado também a uma política de valorização do salário mínimo que também teve forte influência.

Essa melhoria de condições de vida reflete diretamente no IDH e permite que seja interpretada a existência de um quadro de desenvolvimento rural de forma real, concreta, na medida em que as pessoas não mais passam “privações de liberdade”, além de passarem a ter acesso à educação e saúde, pública e gratuita.

Obviamente esses programas puderam ser colocados em prática em função dos requisitos que deveriam ser cumpridos e que as pessoas deveriam estar encaixadas como direito social. Um exemplo é o Cadastro Único como programa social, na qual auxiliou a encontrar as pessoas que deveriam ser

beneficiadas por tais políticas e programas, já que tratavam de ideias transformadoras as ações deveriam ser voltadas para aqueles que realmente mais precisavam.

Ao se tratar do Programa Bolsa Família percebe-se que o sucesso se deve a quatro pilares que são: 1- transferência de renda diretamente aos beneficiários; 2- pagamento via sistema financeiro, que se organizou para atender milhões de famílias antes excluídas do sistema bancário; 3- pagamento preferencial as mulheres, dando-lhes protagonismo e empoderamento nas decisões sobre o uso dos recursos da família e 4- cumprimento das condicionalidades de educação e saúde pelas famílias, para garantir sua continuidade no programa e acesso a direitos sociais básicos (FAO, 2016, p. 19). Trazendo a importância da redução da pobreza como um fator que possibilite o desenvolvimento vemos o seguinte:

Há muito já se sabe que a redução da pobreza e das desigualdades não é uma decorrência natural do crescimento econômico e que demanda uma forte ação do Estado capaz de redefinir prioridades, inovar na gestão pública e sintonizar a política econômica e a política social (FAO, 2016, p. 1).

Ou seja, ações que se preocupem com a questão estão diretamente ligadas ao modelo de governo adotado por aqueles que estão à frente de um país. Não se trata de mero populismo para atingir a massa de maneira manipuladora e fácil, se trata aqui de uma concepção estratégica de nação, encontra-se aqui o tipo de Estado que deve ser adotado, havendo, portanto, projeto de desenvolvimento como processo social.

Pode até parecer contraditório ao sistema metabólico vigente, e é verdade, quando se pensa na distribuição de renda, quando se imagina equidade entre a população, sendo que o modo de produção se caracteriza justamente pela diferenciação das rendas, das condições de vida. Mas esse processo de papel social do Estado através da execução de formuladores de política e principalmente de seus efeitos sociais, voltados necessariamente para a populações mais vulneráveis se faz imprescindível. Sem a presença do Estado não é possível que transformações como essa ocorram. Daí a falácia da supremacia do mercado. Porém o mercado jamais sobreviveria sem o Estado.

### 3.2 Abordagens da Agricultura Familiar no Brasil

Houve um processo cumulativo de construção da noção de agricultura familiar, isso como debate intelectual e acadêmico, pela auto-organização e afirmação de múltiplos segmentos sociais do meio rural e por mudança no marco legal e institucional, e foi a partir disso que houve sua caracterização a partir de uma lei específica. Evidentemente isso se deu após um longo processo de tentativa de compreensão desse processo e da sua definição.

Apesar de toda a literatura já ter feito antes uma leitura e observação da realidade dos agricultores familiares, a agricultura familiar passa a ser compreendida com a determinação de algumas características, isso inculvido nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como lei da agricultura familiar. In literis podemos observar:

*Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:*

*I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;*

*II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;*

*III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;*

*IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.*

Um fato importante de ser observado é que essa lei não obriga os produtores a fixarem sua produção apenas no ramo da agropecuária. Sobre essa questão, a FAO (2016) aborda a seguinte assertiva:

Reconhecendo a diversidade de atividades rurais e a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, a lei admite outras formas de exploração associadas a segmentos sociais com identidades próprias, como os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores e ribeirinhos, aquicultores, povos indígenas, remanescentes de quilombolas rurais e demais povos e comunidades tradicionais (FAO, 2016, p. 39).

Existe um debate já pacífico nas ciências sociais em relação ao conceito (ou podemos dizer, definição) da agricultura familiar e sua distinção em relação ao camponês. Esse último por sinal, tem uma importância teórica central, influenciada por processos políticos, mas como maior produto da literatura clássica sobre a questão agrária, em nível nacional e principalmente internacional.

Nesses termos, agrega-se uma das características do camponês enquanto categoria social (não classe social), pode ser extraída a partir de Lamarche (1993, p. 16) quando dissecou o modelo camponês do economista clássico russo Alexandre Chayanov, que envolve a questão da *organização da produção e sua relação com o consumo da família, da supremacia do trabalho familiar e do interesse em produzir apenas valor de uso e não valor de troca*. Em síntese, a necessidade de articular trabalho e consumo e seu maior limite, o cansaço do trabalho familiar.

Nesse mesmo diapasão, é pertinente observar as características do camponês do antropólogo Henri Mendras, onde constrói o tipo ideal de sociedade camponesa, isso elencado por cinco características. Acompanhando Lamarche (1993, p. 16):

- autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- a importância estrutural do grupo doméstico;
- um sistema econômico de autarquia relativa;
- uma sociedade de inter-relacionamentos;
- a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

O mais relevante nessas características não é apenas a forma de produção dominante nessas unidades agrícolas produtivas – o trabalho familiar – mas principalmente do modo de funcionamento que vai além do que exploração propriamente dita. O Henri Mendras agrega mais uma questão interessante em sua última questão, bem diferente das demais características.

Trata-se da função central de prestígio social de quem realmente é camponês. Isso pode ser medido a partir de existir um pressuposto de status social: a autonomia da produção. Ou seja, não existe efetivamente uma relação de subordinação entre trabalho e capital, mas autonomia, que, de certa forma,



articula-se diferentemente com a sociedade em geral, diferenciando-se. Porém, positivamente para o camponês.

Voltando a questão da agricultura familiar. A criação dessa categoria foi um modo de construir o desenvolvimento rural por meio da incorporação de ciência, tecnologia e acesso à terra na lógica produtiva, como também ter acesso a um sistema de infraestrutura, crédito e mercados que viabilizassem o processo produtivo, comercial e de escoamento de sua produção (CARVALHO e COSTA, 2017, p. 11).

A estrutura agrária brasileira ainda mostra a sua face caracterizada por grandes propriedades latifundiárias e monocultoras que são um resquício do Período Colonial pelo qual ela passou e que fundou essa estrutura desigual em tamanho de propriedade e produção (CARVALHO e COSTA, 2017, p. 16).

Essa realidade ainda pode ser encontrada no estado de Alagoas, onde apesar da sua extensa zona rural e a densidade demográfica desse meio ser elevada, a concentração de terra é algo difícil de ser superado. Para a realidade da agricultura familiar alagoana, é pertinente observar que ela está presente principalmente no território do agreste e do alto sertão.

Ainda seguindo a concepção de Carvalho e Costa (2017) pode ser lido que a agricultura familiar se adapta às exigências do desenvolvimento capitalista, sendo mais eficientes em termos de uso dos recursos produtivos quando comparados à agricultura patronal.

Ao tratar do conceito de Agricultor Familiar em seu texto, Vasconcelos e Jesus (2014) trazem que ele é bastante amplo, mas que existem algumas generalidades que permitem dar atributos comuns, como: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção em torno da/e para a família. E quanto aos trabalhos recentes que tratam da agricultura familiar eles se baseiam na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela agricultura (VASCONCELOS e JESUS, 2014, p. 43).

Continuando a sua abordagem acerca de agricultura familiar, os autores consideram como agricultor familiar aquela que sua renda é originada principalmente da produção agrícola, tem até dois empregados permanentes, além da gestão da unidade ser realizada na forma familiar.

A modernização da agricultura brasileira não influenciou como um todo as propriedades existentes no país, foi uma modernização setorizada, algo traçado para ser levado apenas aos grandes produtores, a camada mais rica do meio rural, os avanços tecnológicos e os créditos disponíveis tinham uma única direção, mesmo que isso não fosse dito não tinha como ser negado. O moderno trouxe precarização do trabalho tendo como exemplo mais forte os boia-fria, a concentração de renda e de terra não diminuiram.

Foi a partir dos anos 60 que a agricultura teve seu processo de modernização acelerado, como peças chave estavam a transferência de recursos a partir de subsídios através de uma política agrícola elitista que estava em detrimento da massa de pequenos produtores familiares, isso acabou colocando como algo romântico e utópico qualquer ideia que visasse um desenvolvimento rural baseado na produção familiar com a democratização de terras (VASCONCELOS e JESUS, 2014, p.53-54).

Sobre esse processo excludente de modernização os autores trazem que:

É preciso considerar decisivo o papel do Estado principalmente através do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e do volume de subsídios que inverteu a relação entre os preços relativos do trabalho e do capital numa economia com abundância de mão de obra, em que o Estado subsidiou o capital, tornando possível um processo de modernização socialmente excludente e concentrador (VASCONCELOS e JESUS, 2014, p. 54).

O pequeno agricultor familiar, no caso do Nordeste, continua sendo caracterizado por domínio de sua unidade produtiva, onde produz uma diversidade de produtos que possibilite sustento alimentar de sua família, e que lhe possibilita também constituir renda, ao ser possível a comercialização de seus produtos em feiras, e nesse caso a Assistência Técnica ocupa papel singular nas melhorias de condições para fazer com que os produtos cheguem até a feira.

Sobre a agricultura familiar Schneider (2008) aborda o seguinte:

Por certo, tanto a agricultura familiar quanto como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por

estudiosos e formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária a tal ponto de se constituir como referência em oposição outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo (SCHNEIDER, 2008,p 4).

Para o autor, essa legitimação se deve a forte participação política dessa esfera da sociedade, no âmbito político atrelado a recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais na década de 1990. Foram as lutas por crédito, formas de comercialização diferenciadas, previdência social rural, melhoria de preços e abertura comercial que deram abertura para que a agricultura assumisse um protagonismo diferente perante o Estado e passasse assim a ser reconhecida como categoria social.

Duas coisas foram importantes para a Agricultura Familiar brasileira ocupar o espaço que tem atualmente, sem dúvidas foi a DAP e o Pronaf, pois a partir dessa política e desse registro que ocorreram mudanças significativas na maneira que agricultura familiar se reproduzia.

O Pronaf foi criado pelo Decreto nº 1.946 de 28 de Junho de 1996, foi a partir de forte mobilização e crítica a maneira excludente e concentradora que se dava a modernização conservadora da agricultura, tendo apoio de estudos acadêmicos que revelavam essa heterogeneidade do meio rural, foi o Grito da Terra no ano de 1995 que pressionou a criação de uma nova modalidade de promoção de crédito para os pequenos produtores.

Esse programa foi desenvolvido com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares por intermédio da oferta de linhas de financiamento para custeio e investimento. Inicialmente apresentou três linhas de financiamento: capacitação, infraestrutura e serviços de crédito. Antes do Pronaf os agricultores tinham dificuldades para acessarem créditos nos bancos por causa das exigências burocráticas que eram postas.

Ao institucionalizar como política pública uma reivindicação dos movimentos do campo, o Estado brasileiro reconheceu a legitimidade de suas demandas e abriu assim novas oportunidades para que a agricultura familiar pudesse se firmar como categoria social e impusesse sua identidade política, permitindo assim, novos caminhos para o desenvolvimento rural.

Em relação a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) sua importância se dá na medida em que ela é o

documento principal para que os agricultores acessem ao Pronaf e outras políticas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional da Alimentação Escolar, Programa Garantia Safra, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, serviços de assistência técnica e extensão rural, programa de habitação rural e Previdência Social.

A DAP foi criada em 1995, mas não no mesmo decreto que se criou o Pronaf, pois até então este não havia estabelecido o perfil de seus beneficiários, até porque a lei que cria a categoria de agricultor familiar foi decretada apenas do ano de 2006.

No início a DAP era emitida pelos próprios agricultores e técnicos reconhecidos pelos agentes financeiros, somente a partir de 2001 é que a DAP começou a contar com os primeiros mecanismos de controle e com um banco de dados para recepcionar essas certidões. A partir de 2007 um aplicativo desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA permitiu a emissão de DAP por página da Web a aos órgãos e entidades emissoras (FAO, 2016, p. 40-41).

Hoje o sistema da DAP tem credibilidade e segurança porque somente aquelas que estiverem cadastradas nesse sistema podem ser utilizadas para identificação dos agricultores e agricultoras familiares, sua emissão foi atualizada a partir da lei da agricultura familiar.

Sobre a DAP e tudo o que ela caracteriza temos o seguinte:

A DAP caracteriza toda a unidade familiar de produção rural, não apenas as pessoas físicas que a integram. A unidade de produção é “o conjunto composto pela família e eventuais agregados, tidos em sua coletividade como agricultores familiares e que explorem uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à própria subsistência e/ou a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços [...] (FAO, 2016, p. 41-42).

Por mais que as discussões sobre a agricultura tenham avançado nos últimos vinte anos aqui no Brasil, Schneider (2016) mostra que é necessário dar o passo seguinte, que consiste

em compreender melhor a diversidade e a heterogeneidade destas unidades. Este é um exercício que exige ir a diante em relação as classificações convencionais assentadas em critérios de tamanho de área, valor bruto da produção agropecuária ou

até mesmo a relação de trabalho predominante (familiar ou não familiar por exemplo) (SCHNEIDER, 2016, p. 133-134).

Em relação aos espaços que a agricultura familiar ocupa, é possível perceber o quanto a comercialização ainda representa um problema para aquela que é estudada aqui, nesse sentido percebe-se o quanto a assistência técnica pode modificar essa realidade. Com a assistência técnica adequada os agricultores têm possibilidade de conhecer técnicas diferenciadas de plantio, de adubação e de trato com os seus animais.

A partir dos trabalhos de campo realizados tanto em Inhapi como em Mata Grande, constatou-se que os agricultores que são beneficiários dessa política tiveram melhorias na produção aumentando sua colheita e podendo obter lucro a partir da comercialização dos mesmos em feiras da região.

A comercialização em feiras, não é o único tipo que merece nossa atenção nesse estudo, o que se torna mais valioso nesse aumento da produção é o fato de que esses beneficiários podem acessar políticas de compras públicas de alimentos como PAA e PNAE, isso se deve ao contato com a assistência técnica.

Certamente não é algo fácil alcançar esses mercados, pois necessitam de quantidade constante, variabilidade de produção e o controle de qualidade é rígido. Por isso que se faz importante o investimento em assistência técnica, para que essa camada de agricultores possa estar presente nesse tipo de mercado e melhore sua renda. As compras públicas são a garantia de venda da produção mesmo que por vezes seja algo difícil de se alcançar devido a burocracia e lentidão por parte do Estado.

Para Allaire (2016) a palavra “mercado” cobre uma gama de organizações e instituições que

por um lado, fazem funcionar os mercados, e por outro, em economias ortodoxas, reduzem-se a mecanismos abstratos. Mercados, na verdade, são estruturas sociais, e são percebidos pelas pessoas através das implicações e consequências sociais de suas operações concretas e das disputas (ALLAIRE, 2016, p.77).

De acordo com Schneider (2016) a discussão sobre mercados é ausente entre os estudiosos da agricultura familiar, o autor traz o seguinte:

Se a discussão geral sobre os mercados permaneceu largamente sub-teorizada entre os economistas e outros cientistas sociais até poucas décadas atrás, a ausência de reflexão e análises sobre o tema entre os estudiosos do rural, e particularmente, da agricultura familiar é ainda maior (SCHNEIDER, 2016, p. 93).

As abordagens tratadas por esse autor nesse trabalho, não se referem somente as estruturas físicas de comercialização utilizadas pelos agricultores, a partir das concepções de autores como Ploeg, Shanin, Wilkinson, Karl Polanyi e outros, são feitas considerações sobre as teorias que envolvem a ideia de mercado e os tipos existentes, esboçados quatro tipos de mercados em que a Agricultura Familiar pode se inserir, assim como os limites de cada um.

A partir das concepções de Schneider (2016) existem quatro tipos de mercados que a agricultura familiar pode ser inserida, esses são: Mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e mercados públicos ou institucionais. De modo resumido o primeiro tipo de mercado se caracteriza por relações de troca interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade. O segundo está exemplificado por mercados em que as trocas passam a ser monetizadas e se configura uma situação de intercambio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, assim como critérios e indicadores quantitativos. O terceiro tipo se caracteriza pelos mercados de produtos, bens e mercadorias que se orienta pela oferta e demanda comandados por poderosos agentes privados, o quarto tipo se caracteriza por espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou alguma organização pública não governamental (SCHNEIDER, 2016, p. 123-125).

A partir dessas denominações é possível compreender que, nos municípios estudados, os mercados acessados pelos agricultores que foram entrevistadas são, mesmo que em menor grau: os de proximidade, os locais e territoriais e também acessam os públicos e institucionais.

Isso não se significa dizer que todos os agricultores beneficiários de ATER estão incluídos nesses três tipos de mercados, alguns chegam apenas até o segundo tipo e outros alcançam os institucionais, principalmente aqueles que estão mais organizados em associações e cooperativas, e isso se deve ao fato

da necessidade da constância no volume de produção para poder suprir esse tipo de mercado.

É algo que fica evidente ainda sobre o alcance da ATER, quando pública e por editais ela é direcionada aos que mais precisam, os agricultores com maior instrução e renda buscam por conta própria esse serviço, por isso o planejamento e levantamento em campo das famílias que devem ser beneficiárias se torna algo de suma importância, por isso, espaços como os colegiados territoriais são fortes aliados na identificação e aproximação do público alvo.

Mas, para autores como Navarro (2011), a agricultura familiar brasileira foi assim definida de maneira equivocada a partir de definições importadas dos Estados Unidos e da Europa, esse autor tece críticas a visão romântica que alguns autores querem dar a esse tipo de atividade, fazendo com que os agricultores ainda sejam vistos como camponeses, querendo deixá-los livres das amarras do mercado e do capitalismo.

Em outros trabalhos esse autor critica o posicionamento de outros autores que defendem a ideia de contrariedade entre o agronegócio e agricultura familiar, isso se deve ao fato de que ele acredita que elas não precisam atuar sempre em lados contrários, pois a agricultura familiar pode atuar junto a esse outro segmento e assim se colocar de maneira diferenciada no mercado.

Em suma, o que é tratado nesse capítulo, está direcionado as mudanças que aconteceram na abordagem sobre a agricultura familiar, a partir de autores que assim a consideram como setor importante a ser estudado, e que defendem a implementação de políticas e ações que lhe permitam alcançar mercados cada vez mais distantes e trabalhar de maneira autônoma consecutivamente, para que não precisem depender para sempre dos chamados mercados institucionais como única garantia de renda.

No próximo capítulo será exposta a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvida nos dois municípios estudados, a partir de uma abordagem histórica tratando de quando surgiu esse serviço aqui no Brasil, e o que levou ao seu desmonte. Serão analisados também os resultados encontrados a partir dos trabalhos de campo com realizações de entrevistas, será analisado também o contato entre os responsáveis pela política de Ater e o colegiado territorial do Alto Sertão de Alagoas.

## **CAPITULO 4**

---

### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE INHAPI E MATA GRANDE**



#### **4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE INHAPI E MATA GRANDE**

Analisar uma política que foi idealizada tendo como objetivo a melhoria das condições de vida e o aumento da produção dos agricultores familiares, leva a discussão do porquê suas ações não tem efetividade e quais fatores interferem no êxito dessa política em todo o território nacional

Ao voltar o olhar para o Nordeste percebe-se a necessidade dessa política pública como um caminho para sobrevivência da pequena produção familiar. Mas para que uma política dessa natureza tenha sucesso, ela deve estar ancorada em alguns princípios, além de entender uma dinâmica na qual interfere na sua constituição e execução. Dinâmica essa que necessita da atenção e claro, de investimento dos atores institucionais que estão à frente da gestão e administração pública, vinculada ao segmento da agricultura familiar.

O presente capítulo objetiva-se na explanação de um breve retrospecto quanto a criação, desaparecimento e retorno da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Serão abordadas as características desse passado, bem como do seu enfoque atual, a partir da inserção de contextos produtivos que atentam ao segmento da Agroecologia, do apoio a comunidades tradicionais como quilombolas, pescadores e indígenas. Em seguida nossa abordagem esta direcionada a análise dessa política no território do Alto Sertão de Alagoas, articulando a sua atuação e a parceria junto ao colegiado territorial, que de certa forma permite a aproximação dos profissionais de Ater junto com os agricultores numa arena de diálogo e busca de soluções.

Num terceiro momento de nossa análise, serão trazidas as considerações sobre essa política a partir dos dados qualitativos que foram levantados nos dois municípios escolhidos como objeto de estudo: Inhapi e Mata Grande. Essa análise só foi possível por valorar os trabalhos de campo na medida em que tinham como objetivo central esboçar a percepção dos agricultores familiares, como beneficiários diretos dessa política, além da abordagem dos atores sociais institucionais (Técnicos de ATER).

Diálogos com a superintendente estadual da EMATER e com a coordenadora Regional da empresa no Alto Sertão Alagoano, também se fizeram necessárias ao estudo para que a abordagem não ficasse resumida

apenas a visão do beneficiário, que apesar de ser considerada importante, necessitaria ainda da abordagem do olhar daqueles que são efetivamente responsáveis pela prestação do serviço de ATER nos dois municípios estudados. Outrossim, tornou-se necessária a realização de entrevistas com os secretários de agricultura dos municípios em questão, que apesar de terem sido nomeados na perspectiva da seara política, conhecem a estrutura dos municípios e o funcionamento da agricultura familiar na perspectiva municipal.

#### **4.1 A constituição da ATER, seu desmonte e retorno nos moldes atuais**

A política de assistência técnica e extensão rural surgiu no Brasil ainda no ano de 1948, o estado pioneiro em operar seus serviços foi Minas Gerais. Durante muitos anos ela foi abrangendo novos espaços, por meio de contratos de parceria com o governo americano, mas ainda com pouca participação do governo federal brasileiro na criação das instituições de ATER entre os anos finais da década de 40 e ao longo da década de 50 (CASTRO, 2015, p. 50).

Na década de 1970, na gestão do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), os serviços foram estatizados, sendo criado o chamado Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Os princípios da revolução verde, o intensivo uso de mecanização e da expansão de produtos químicos por variedades para a agricultura foram desenvolvidos, isso com forte inserção na agricultura brasileira. Os serviços eram executados nos estados pelas diversas organizações como Embrapa, Emater (MDA/DATER, 2007).

O crescimento das instituições estaduais de ATER no país acabou sendo levada de forma gradativa para o controle do Estado Brasileiro, sendo oferecido apoio financeiro e exigindo apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, com isso podemos observar pela dicção abaixo:

Culminando em 1975 com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica Extensão Rural (Embrater). A partir desse momento, a Abcar foi incorporada pela Embrater e as ACARs (instituições estaduais de Ater) passaram a ser chamadas de empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (Emater) e subordinavam-se ao controle da Embrater para

receber auxílio financeiro desta. Enquanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada no ano anterior, 1974, cuidava da inovação agropecuária, caberia a partir de então à Embrater a difusão da inovação no ambiente rural por todo o Brasil (CASTRO, 2015, p. 51).

Mas esse desenvolvimento rural citado acima, não estava direcionado a todos os níveis de agricultores existentes no país, e sim aqueles que já vinham se destacando mesmo sem uma política de ater realizada pelo Estado, como o próprio autor traz ao longo do texto, a ater no início foi algo “centralizado e vertical”, era visada a disseminação da ideologia capitalista influenciando no processo de modernização da agricultura de forma acelerada.

É preciso entender que o Brasil não é tão novo no que se refere a essa questão. O processo de ATER coincide com o de modernização da agricultura brasileira nos anos 70, onde se criou o Sistema Nacional de Ater, isso como uma estrutura federal e que ao mesmo tempo tinham satélites institucionais de base estadual, onde quem realmente prestava a Assistência Técnica eram os governos estaduais.

Na verdade, havia um projeto nacional de Assistência Técnica, não em função de beneficiar os agricultores familiares, mas sim aqueles que já estavam vinculados à modernização da agricultura que efetivamente não trouxe benefícios a todos, mas uma modernização seletiva, setorial e regional. E isso caracterizou-se pela existência de um quadro técnico qualificado dessas empresas, que estavam com as ideias voltadas ao aumento de produção e para a acumulação de capital, pensamento este que era ligado aos ideais da revolução verde, ou seja era um Ater vertical, que desprezava o conhecimento do senso comum, daí a sua indiferença em relação a agricultura familiar .

Os anos de 80 e 90 se caracterizariam pelo desmonte da política de ATER por parte do estado. Não havia contratação e nem concursos públicos, o mais grave seria a ausência de uma política de Ater, o que acabaria na terceirização do serviço e do surgimento das Ongs e das empresas de direito privado que agora dominariam o serviço, em todo o território nacional. O fato de muitos dos resultados finais dos serviços da Ater pública não serem conhecidos ou mensurados, contribuiria no esquecimento dessa política.

Já nos anos de 1990, o governo de Fernando Collor extinguiria a Embrater, como parte do esforço do governo em promover o ajuste fiscal. As

tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as Emateres ficassem dependentes das políticas de ajuste estrutural e da capacidade financeira dos estados, além de sofrer influência dos interesses políticos dominantes em cada região, em relação aos destinos das entidades oficiais de ATER, sucateando todo o setor.

Voltando as concepções de Castro (2015) pode ser encontrado o que aconteceu com a ater no brasil nas épocas de 80 e 90

Após a extinção da Embrater e da crise fiscal generalizada nos estados brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, a oferta de ATER por instituições públicas se reduziu drasticamente, e os agricultores familiares foram os mais prejudicados. Isso porque os médios e grandes agricultores têm melhores condições de acesso a outras fontes de ATER, (empresas de consultoria, revendas de produtos agrícolas, multinacionais de insumo) que gradativamente ocuparam o vazio deixado pela redução da oferta de ATER pelas instituições públicas ao passo que entre os agricultores familiares há maior dependência da assistência técnica pública (Emater) (CASTRO, 2015, p. 52).

Para compreender o porquê dos grandes e médios agricultores terem acesso a assistência técnica, sem que seja necessário a inserção do Estado para essa realidade se tornar possível, basta imaginarmos que são esses produtores que possuem maior capacidade financeira e com ela é possível a contratação de profissionais especializados, além de terem mais acesso aos meios de informação, acesso ao crédito de maior envergadura financeira, e com isso realizar investimentos de maneira diferenciada, tendo como resultado, maior produtividade.

A Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para a agricultura familiar seria finalmente uma realidade jurídica no Brasil, a partir da vigência da lei 12.188 de 2010 que criaria o Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), trazendo as bases de atuação das empresas que prestariam serviços aos agricultores familiares. Pelos termos da lei, entende-se por assistência técnica e extensão rural um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, ou seja, uma atitude que precisa ser mantida em prática para que realmente possa gerar frutos e desse modo trazer mudanças para a vida daqueles que são atendidos por essa política pública, observando-se que o aspecto não seria apenas produtivista.

Para Peixoto (2014), os serviços de Ater voltados para a agricultura familiar no Brasil “vem recebendo atenção crescente por parte do governo federal, tendo havido desde 2010, um aumento significativo dos recursos do orçamento da União destinados a provisão desses serviços”. Isso se tornou possível em função de pressões políticas sobre o governo e que tiveram maior influência com a participação dos movimentos sociais e organizações vinculadas a agricultura familiar (PEIXOTO, 2014, p. 893).

Quanto ao sistema de Ater implementado aqui no Brasil, é possível encontrar um pouco de seu processo no que se refere ao seu funcionamento desde a sua criação:

No Brasil, o sistema de Ater, oficializado em meados dos anos 1970, já nasceu descentralizado no âmbito dos estados pela constituição de empresas estaduais de Ater (as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural- Ematers), embora cofinanciadas pelo governo federal. Não obstante, as reformas liberais e as restrições fiscais implementadas no fim dos anos 1980, sob a égide da nova Constituição, conduziram a um processo chamado de “municipalização da agricultura”, em que os municípios assumiriam muitas das tarefas antes de responsabilidade apenas dos governos federal ou estaduais (PEIXOTO, 2014, p. 897).

O fato de muitas das responsabilidades serem transferidas para o âmbito municipal, acabou por dificultar as atividades da assistência técnica naquele período e muitos dos escritórios naturalmente seriam fechados, por falta do interesse dos agentes políticos municipais, tanto no seu funcionamento como sua manutenção.

Quanto as dificuldades impostas as atividades de assistência e extensão rural, essa é uma realidade que ainda pode ser percebida quando tratamos das unidades municipais de Ater em nosso campo de estudo. Esses escritórios de Ater estão estruturalmente vinculados as secretarias municipais de agricultura. Quanto aos veículos utilizados pelos técnicos, por exemplo, existe uma pequena frota, assim sucateada. Essas informações não foram cedidas pelos técnicos, mas surgiram a partir das pesquisas em campo, quanto ao comportamento e rotina de atendimento aos agricultores, foram possíveis de comprovação ao compreendermos a estrutura da Ater no estado de Alagoas.

Nas abordagens trazidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extensão rural se caracteriza como uma ação que visa o

desenvolvimento do povo rural melhorando a sua qualidade de vida, através do aprimoramento dos sistemas de produção, mecanismo de acesso a recursos, serviços e rendas, de forma sustentável (BRASIL/MDA 2004).

ATER é o que sustenta as ações do Estado sobre o meio rural mais pobre, é uma função pública, porém não estatal. O Estado interfere no meio rural a partir da prestação de serviços gratuitos aos agricultores familiares, a partir da articulação de ações, a exemplo da política de crédito, dentro do segmento, do investimento na propriedade como a compra de animais e outros, estes como ativos financeiros. É o que foi possível observar nesse estudo, onde o foco é articular ATER e agricultura familiar.

O Estado tem tripla função institucional: fomento, pesquisa e prestação de assistência técnica. No entanto, dessa trilogia a função que recebe menos atenção é justamente a assistência técnica, enquanto que as demais historicamente tiveram prioridade. Apesar de que, nesse trabalho, a ATER é concebida como investimento, e não como custo, pois é pensada como possibilidade de desenvolvimento do meio rural, porque é função do Estado possibilitar o acesso a assistência técnica, principalmente para os mais pobres e que nunca tiveram acesso a ATER.

Pelos termos da lei, o público alvo de Ater, segundo a PNATER, são assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, beneficiários de programas de colonização e irrigação. Para ser beneficiário é necessário adquirir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), como preceito ao acesso a ATER.

A PNATER resgata a responsabilidade do Estado pela manutenção dos serviços de Ater, de caráter público e gratuito, fato que deixou de ser possível ainda na década de 90 como exposto em supra. Em outros termos, a PNATER não resgataria a ATER clássica, que se concentrou com base na modernização da agricultura, diferenciada e concentradora, mas em estabelecer uma política onde os focos são justamente os que nunca tiveram acesso a essa importante política pública.

No quadro abaixo produzido por Peixoto (2014) podemos encontrar uma lista de sistemas e modelos de serviços de extensão rural. Pode ser possível perceber o quanto o serviço de ATER possibilita diversos tipos de atuação do Estado, empresas privadas e até mesmo dos próprios beneficiários. A Pnater foi sem dúvida um dos diplomas legais mais importantes para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. A partir da leitura do quadro abaixo pode ser entendido qual tipo de ATER está presente nos municípios estudados, sendo a *extensão rural geral* o modelo predominante, uma vez que os beneficiários não tem condições de pagar por tal serviço, sendo seguida pelo modelo de *extensão com foco em projetos* onde os recursos se destinam a um determinado local com tempo definido.

Figura 06: Lista de sistemas de extensão

<b>Tipo de serviço</b>	<b>Origem ou característica</b>
Serviço de extensão nacional geral	<b>Abordagem padrão dos serviços de extensão prestados pelo setor público, incluindo assistência técnica provida gratuitamente para produtores por todo o País</b>
<b>Extensão rural geral</b>	É a forma tradicional de extensão, baseada em ações ministeriais, que tem sido dominante nos últimos 80 anos
<b>Treinamento e visita (T&amp;V)</b>	Começou no final dos anos 1960 como parte de uma reforma dos serviços de extensão agrícola geral ineficientes
<b>Campanha de extensão estratégica (SEC)</b>	É metodologia desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para sistematicamente incorporar a participação das pessoas em um programa de extensão nacional
<b>Extensão por instituições educacionais</b>	É adotada especialmente por universidades agrícolas; pode ser a abordagem dominante para uma extensão nacional
<b>Extensão pública contratada</b>	São serviços providos por firmas privadas ou ONGs mediante contratos com o governo
Serviço de extensão dirigido	<b>Abordagem em que se tenta evitar os altos custos recorrentes em termos de assuntos, clientes, região ou tempo</b>
<b>Extensão especializada</b>	Conduz os esforços para a melhoria da produção de uma commodity específica ou de algum aspecto da produção (por exemplo, irrigação, uso de fertilizantes, manejo florestal, etc.)
<b>Extensão com foco em projetos</b>	Prioriza a destinação dos recursos da extensão a uma área definida por um período de tempo específico
<b>Extensão por grupo de cliente selecionado</b>	Dá ênfase a tipos específicos de produtores, normalmente grupos desfavorecidos, como pequenos agricultores, mulheres, minorias ou grupos étnicos
Serviço de extensão de produtores	<b>Abordagem que envolve produtores no trabalho de extensão, utilizando seu conhecimento e seus recursos</b>
<b>Animação rural (AR)</b>	Foi introduzida na África francófona, sendo uma estratégia para interromper o padrão verticalizado prevalente na maior parte dos programas de desenvolvimento
<b>Extensão participativa</b>	Aproveita as próprias capacidades dos produtores para organizar encontros grupais, identificar necessidades e prioridades e planejar atividades de extensão e utiliza o conhecimento indígena para melhorar os sistemas de produção
<b>Extensão para desenvolvimento de sistemas de produção</b>	Requer uma parceria entre extensionistas, pesquisadores e produtores locais ou organizações de produtores



<b>Extensão organizada por produtores</b>	É completamente planejada e administrada por produtores
Serviço de extensão comercializado	<b>Abordagem que se apoia em serviços de extensão comercializados</b>
<b>Extensão de custo compartilhado</b>	Pode ser incorporada a qualquer outra abordagem de extensão que requeira a divisão dos custos entre os produtores
<b>Extensão e assistência comercial</b>	Está se tornando mais comum à medida que a racionalidade do serviço público gratuito de extensão é questionada e que produtores descobrem que precisam de serviços mais especializados dos que os disponíveis pela agência pública de extensão
<b>Extensão no agronegócio</b>	Dá suporte aos interesses comerciais de fornecedores de insumos e compradores de produção que requerem ou se beneficiam do provimento de serviços de extensão sólidos para atender à administração e produção agrícola
Serviço de extensão de mídia de massa	<b>Ação que apoia outros esforços de extensão ou provê serviços de extensão a uma audiência geral</b>
<b>Mídia de massa</b>	Provê serviços de informação talhados para uma audiência ampla
<b>Mídia de massa facilitada</b>	Relaciona serviços de informação de mídia de massa com agentes de extensão ou extensão de produtores para facilitar a discussão e compreensão de temas
<b>Tecnologias de comunicação</b>	Permitem às pessoas nas áreas rurais interagirem com especialistas ou fontes especializadas de informação através de telefone rural ou serviços de internet, possivelmente institucionalizados em telecentros para acesso comunitário

Fonte: adaptado de Alex et. Al (2002)

Produzido por: Peixoto, Marcus 2014

## **4.2 A ATER como articuladora de políticas públicas e como “bomba do coração” da Agricultura Familiar: a questão de Inhapi e Mata Grande**

Nos anos 90, mesmo com PRONAF e outras ações, nesse momento, houve um aumento do financiamento rural, mas a ATER não acompanhou. Isso porque dentro daquele tripé tratado no final do tópico anterior, o governo deu prioridade ao financiamento do agronegócio e do PRONAF, podendo considerar que houve uma assimetria operacional, pois existia o financiamento, mas não estava atrelado a prestação de assistência técnica.

Essas situações acabaram gerando uma crise que vem sendo percebida até os dias atuais com um quadro técnico envelhecido, sem a realização de concursos públicos e havendo apenas a contratação de bolsistas, como no caso do Alto Sertão Alagoano que foram contratados 17 técnicos no segundo semestre de 2016, fato que acaba comprometendo a qualidade da assistência técnica.

Ao tratar desse comprometimento da qualidade do serviço prestado, não se refere a competências ou incompetências dos bolsistas, mas sim ao pouco tempo em que eles exercem o seu papel nas comunidades em que estão inseridos, pois eles atuam durante um ou dois anos e depois podem ser trocados por novos bolsistas através de editais. Outro fator que atrapalha o trabalho dos técnicos é o grande número de famílias que eles ficam responsáveis por prestar assistência, alguns municípios contam apenas com dois técnicos, sendo que o número poderia ser ao menos três vezes maior para que a equipe pudesse contar com zootecnista, nutricionista, veterinário, assistente social, técnicos agrícolas, técnicos em agropecuária e outros.

O novo modelo de Ater busca proporcionar uma transição do modelo tradicional de atividade de Ater, tratada como difusionista produtivista, levando um modelo de agricultura com base agroecológica e desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção, tendo assim boa aceitação entre os beneficiários dessa política, pois existe uma interação na troca de conhecimentos, onde o conhecimento técnico trazido pelos bolsistas se une ao dos produtores, em busca de mudanças e melhorias para a unidade produtiva.

Defende-se aqui a importância da ATER como uma articuladora das políticas públicas voltadas para o meio rural, a partir do momento que uma

política de crédito oferecida para essa população entra no planejamento das ações de ATER, os beneficiários desse crédito tem um contato diferenciado, sobretudo quando são necessários a formulação de projetos, pois são os técnicos que melhor percebem a realidade da unidade produtiva, para direcionar a utilização desse recurso, e o tipo de crédito que esse agricultor necessita e poderá pagar.

Um exemplo a ser destacado na busca da eficiência da ATER para a agricultura familiar é a atividade denominada como Dia de Campo, são realizadas visitas técnicas nas propriedades de agricultores que são beneficiados pela assistência técnica. Durante essas visitas os técnicos são responsáveis por apresentar um conjunto de mudanças que ocorreram na unidade e também o funcionamento de tecnologias sociais implantadas.

Em nosso caso concreto, foi possível estar presente em um dos chamados dias de campo, realizado na unidade produtiva de C.P., que na época exercia a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Inhapi. O que se observou foi que a partir da interação com os técnicos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ele pôde construir um local reservado para realizar a ordenha higiênica das vacas, assim como a inseminação, logo abaixo garimpamos imagens onde pode ser observar uma parte do cultivo de milho, assim como o Biodigestor com a utilização de tecnologia social e o espaço reservado para a ordenha higiênica e inseminação artificial.

O mais relevante a partir dessas experiências é o papel funcional e efetivo da ATER na linha da agricultura familiar, e os procedimentos destacados levam em consideração diversos aspectos. Destaca-se a capilaridade territorial dos técnicos, a produção do conhecimento em interação com a valorização do conhecimento adquirido pelos agricultores familiares em suas vidas e também pela necessidade de introduzir a racionalidade como processo socioeconômico vinculada a agricultura familiar. Neste último, percebe-se a necessidade da redução dos custos no processo de produção, a exemplo da aplicação das tecnologias sociais.

**Figura 07: Local de ordenha higiênica e inseminação**



**Fonte: SILVA, Adriana, L, da.**

**Trabalho de Campo, Novembro de 2017.**

**Figura 08: Dia de Campo: Manejo**



**Fonte: SILVA, Adriana, L, da.**

**Trabalho de Campo, Novembro de 2017.**



**Figura 09: Dia de Campo no Município de Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, Adriana, L, da.  
Trabalho de Campo, Novembro de 2017

**Figura 10: Dia de Campo no município de Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, Adriana, L, S da.  
Trabalho de Campo, Novembro de 2017



**Figura 11: Dia de Campo e Reunião no município de Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, Adriana, L,da.  
Trabalho de Campo, Novembro de 2017

**Figura 12: Banner Pedagógico do Projeto Desenvolvido na propriedade**



Fonte: SILVA, Adriana, L, S da.  
Trabalho de Campo, novembro de 2017

Esse tipo de atividade é considerada como algo extremamente valioso para os agricultores que participaram, o sucesso possível em uma propriedade, gera nos demais agricultores o incentivo que eles precisam para buscar apoio dos técnicos e implementar tais ações em sua propriedade. Nesse tipo de atividade, tanto os técnicos demonstram as ações que são executadas na propriedade quanto o próprio produtor.

A ATER possui papel educativo que se alia aos conhecimentos dos agricultores, além de auxiliar os beneficiários a fazer bom uso do crédito proveniente de instituições financeiras. Desse modo os técnicos elaboram projetos que direcionem os custos para o suprimento das necessidades reais da propriedade, influenciando no aumento da produção, qualidade e variabilidade dos produtos. Logo abaixo é trazida uma imagem que representa algumas das atividades desenvolvidas pelos técnicos e que influenciam na sua ida as unidades produtivas.

**Figura 13: Atividades desenvolvidas pelos técnicos**



**Fonte: SILVA, A, L, da.**

Na figura acima percebemos quais as principais ações desenvolvidas pelos técnicos de Ater, o planejamento anual é a principal atividade, pois a partir disso podem ser decididos os dias em que será possível realizar dias de campo nas propriedades dos agricultores que mais destacam, definir datas para reuniões grupais que permitem a realização de capacitações e seminários com

os beneficiários e por fim, com as visitas nas unidades produtivas o técnico tem a possibilidade de tirar as dúvidas que permanecerem após as atividades anteriores, assim como conhecer a real situação em que se encontra a unidade produtiva e auxiliar mostrando o que pode ser mudado.

As entrevistas com os técnicos se fizeram necessárias pois encontramos aspectos interessantes quanto a sua concepção sobre a política de ATER. Foram entrevistados técnicos em agronomia, técnicos agrícolas e outros. Os mesmos acreditam ser algo gratificante, pois são responsáveis por levar informações, conhecimento e tecnologia para atores que historicamente não tinham acesso a essas ações. Desse lado os profissionais concordam que um dos entraves para o sucesso é o fortalecimento de uma organização coletiva. Além dos técnicos, outros profissionais foram entrevistados, dando possibilidade de melhor interpretação do serviço de Ater nos dois municípios. Logo abaixo está especificado na figura 14, a quantidade de atores entrevistados de acordo com a função desenvolvida no território.

**Figura14: Quantitativo dos atores institucionais a partir de sua função**

<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Técnicos de ATER	4
Secretários de Agricultura	2
Presidentes de Sindicatos	2
Coordenadora	1
Superintendente	1

**Fonte: SILVA, A, L da.**

Atualmente em Inhapi, está em execução o projeto de fomento que integrava o Programa Brasil Sem Miséria, além da chamada do Governo Federal através do MAPA visando beneficiar 80 agricultores que atuam no segmento da bovinocultura leiteira, envolvendo tais questões: organização, manejo, qualidade e planejamento forrageiro. No município observa-se o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) quinzenalmente. Esse é o PAA do Estado na modalidade de Doação Simultânea. Esse processo foi iniciado no ano de 2017 e na fase do nosso trabalho de campo já haviam sido realizadas duas operações de compras. As aquisições são realizadas na secretaria de agricultura do município. Outro elemento observado é o grupo de mulheres, na medida em que seu funcionamento e organização da produção é fruto de capacitações



realizadas através da Emater. As mesmas acreditam que se eles saírem do processo, essas ações ficariam abandonadas novamente, tudo voltaria a “estaca zero”, caso não houvesse a ação da ATER. Com relação a quantidade de agricultores alcançados pelas entrevistas, foram 2 homens e 8 mulheres contemplando as faixas etárias destacadas na figura a baixo.

**Figura15: Classificação etária dos agricultores entrevistados**

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>
<b>16 a 29</b>	<b>2</b>
<b>30 a 43</b>	<b>2</b>
<b>Acima de 44</b>	<b>6</b>

**Fonte: Silva, A, L da.**

A variação nas idades dos agricultores entrevistados se fez pertinente para tornar possível a compreensão das perspectivas de futuro e o interesse com relação a produção agrícola e com a permanência na unidade produtiva, podendo perceber que a Ater permite que os mais jovens enxerguem saídas para a permanência no meio rural.

Foi possível perceber que, mesmo que atores e grupos tentem continuar, os agricultores são muito dependentes da assistência e sua continuidade é de fundamental importância, daí colocarmos a ATER como a bomba do coração da agricultura familiar, na medida em que sua ausência, pela realidade estudada opera como sinistro onde praticamente poderá contribuir não para o desaparecimento dos agricultores familiares mas no seu empobrecimento.

Desse modo, a presença regular da ATER é um forte mecanismo de permanência da agricultura familiar no município de Inhapi- AL, e mesmo com suas deficiências, como o quadro reduzido de recursos humanos, o que observamos foi uma autentica simetria de informações e conhecimento da ATER e também que a agregação de outras políticas, fortalece ainda mais essa quadra, evitando assim a explosão da bomba relógio, como a inviabilidade econômica da agricultura familiar, tese defendida por Navarro (2014).

Assim é difícil eles “andarem” sozinhos porque precisam estar organizados, além da necessidade de projetos, a exemplo do PAA. O profissional que presta assistência em Inhapi afirmou que há compras frango, ovos, hortaliças, e estão direcionando os agricultores desde que tenham aptidão, pois

não adianta passar um projeto para algum agricultor que não tenha. Desse lado estão tentando mobilizar essas pessoas para concentrarem na atividade da agricultura, bovinocultura e horticultura. O problema do município é a comercialização, pois produção existe, e agora facilitado com o uso da água do Canal do Sertão. Na verdade, a comercialização é um problema estrutural para a agricultura familiar.

O PAA que estava sendo executado era do ano anterior, o de 2017 ainda seria executado. Com isso os técnicos, queriam agregar a atividade do pessoal do projeto de fomento e “jogar tudo” no PAA. Inhapi possui o sistema SIM (Sistema de Inspeção Municipal) podendo adquirir produtos de origem animal, sendo necessário organizar essa cadeia, de 70 famílias, e aí agregar o projeto para eles produzirem. O técnico entrevistado acompanha o pessoal do projeto do MAPA que produz leite, e o mesmo afirmou que a chamada seria para o médio produtor que não tivesse DAP. Entretanto a maioria é pequeno produtor familiar e depois foram para o MAPA tentar mudar a proposta. Nesse projeto são orientadas as questões de plantio e produção de forragem, planejamento forrageiro com base no milho, sorgo, palma. A ATER serviu como processo de reorientação da agricultura, tendo como exemplo a palma tradicional, que mesmo quando plantada de maneira adensada tem uma produção maior.

Mas a ATER enfrenta o velho problema de alguns produtores não implantarem as suas técnicas. A resistência de alguns deles existe em função da necessidade de mudança de cultura, pois muitos usam técnicas que passaram por várias gerações na família.

Um dos técnicos cita o exemplo do próprio pai, que não acata algumas das suas orientações e que ele adota apenas o calendário de vacinação e de vermifugação, por causa da resistência de não querer mudar. Assim, acrescenta que o trabalho de Ater é de longo prazo e a melhor categoria para trabalhar são os mais jovens. Por outro lado, o fato de ser filho de agricultor, lhe ajuda na forma do diálogo com os agricultores mais simples. Acredita que Inhapi tenha por volta de uns 3.500 estabelecimentos rurais, daí o desafio da ATER em escala municipal para um universo bem amplo.

A equipe de Inhapi é pequena, está composta por apenas dois técnicos. E o nosso entrevistado acredita que só na parte do Canal precisaria de “nada mais nada menos” que três técnicos. Em nível territorial, a equipe multidisciplinar,

não apenas formada por técnicos, mas com zootecnista, agrônomo, veterinário, assistente social, na função de operacionalizar desde a produção até o segmento social do agricultor. No mínimo para Inhapi seriam necessários: um técnico, um agrônomo, veterinário, zootecnista e assistente social, sendo essa quantidade o mínimo para ter um atendimento razoável destinado aos agricultores familiares.

Ampliando, o técnico que entrevistamos pelo município de Mata Grande, acredita que o agricultor hoje em dia é “movido pela fé”, e que os técnicos são apenas um meio de fortalecer essa fé, para que se articulem com a política, de forma que venham produzir a agricultura de subsistência e difundir ainda mais pelos seus descendentes, afirma que a função deles é, orientar, diminuir a penosidade das atividades agropecuárias, garantindo o máximo possível de sua produção, com o mínimo de custos. O mesmo afirma que sem ATER, o agricultor familiar não sobreviveria, porque é possível perceber que os agricultores estão muito desestimulados, principalmente nos últimos tempos, marcado por uma seca que foi muito forte. Esse processo poderia contribuir na possibilidade de fechamento de suas atividades produtivas, e tornando insustentável a atividade agrícola que pode ainda ser sustentado pelo benefício do Bolsa Família.

Com a assistência técnica, os agricultores conseguem garantir a produção, mesmo que seja o mínimo, mas pelo menos, nos meses mais difíceis o de autoconsumo, o excedente é comercializado, começaram a fazer compras com o Programa de Aquisição de Alimentos e tem a questão do PNAE que faz com que eles se organizem e haja a comercialização desses produtos para a alimentação escolar.

Os técnicos trabalham tanto na questão social, como produtiva e econômica e isso no âmbito ambiental. Um dos técnicos formado em Agronomia, afirma que percebeu que a grade curricular ainda é direcionada ao agronegócio. Ele explica que decidiu se dedicar a essa área porque sua origem é do sertão, e percebeu a necessidade dos agricultores. Quanto aos resultados percebidos no último ano como aspecto positivo, afirma que ao se trabalhar com programas de distribuição de alimentos, o agricultor é mais estimulado, isso em função da questão do preço, e também por causa da oferta e demanda, quando tem forte quantidade daquele produto, no final o preço acaba baixando e no programa de aquisição de alimentos isso faz com que o valor do produto seja estabilizado. Com isso os agricultores conseguem produzir uma diversidade maior, e com

constância para ter garantia da sua comercialização. Além disso, é necessário entender que eles não tinham amparo nenhum, seja comercial, seja social e com esses programas, articulado com a assistência técnica, as capacitações que acontecem, como a realização de seminários, o agricultor se aproxima um pouco mais da cidade e fortalece a possibilidade de organização.

Quanto à possibilidade de todos os agricultores terem acesso a ATER, ele acredita que o semiárido brasileiro iria mudar muito, porque existe potencialidade para o crescimento da agricultura municipal, sendo necessário investimentos na agropecuária, porque em casos como o do Alto Sertão que não é autossuficiente, são necessários investimentos e ampliações. Devem ser criadas condições para maior eficácia dessa política. Com estímulo ao crescimento agropecuário, acaba gerando renda para a população local, o capital de giro na cidade amplia, o comércio funciona melhor e gera renda.

O profissional acredita, que é possível pensar num modelo de agricultor tendo autonomia do PAA e do PNAE, e que só é preciso trabalhar a questão da ATER e conscientização dos agricultores do poder que eles têm em mãos, para que possam se organizar em cooperativas e associações.

#### **4.3 A Institucionalidade da EMATER e o contato com Território do Alto Sertão**

A institucionalidade do colegiado, no nosso entendimento, será uma das ferramentas de estudo da ATER no território delimitado. Isso se justifica pela capilaridade do Colegiado Territorial (CT) face aos arranjos constituídos internamente na composição da sociedade civil organizada e dos poderes públicos. Por outro lado, a escolha empírica de dois municípios- Inhapi e Mata Grande- complementa o estudo, na medida em que será esboçada para o trabalho de campo da pesquisa.

As discussões feitas no Colegiado durante as plenárias mensais, como mostra a figura 16, são responsáveis por tornar público necessidades e angústias que fazem parte da vida dos agricultores familiares que residem nos municípios que compõem esse território. Sendo também responsáveis por promover eventos de caráter educativo e esclarecedor para os agricultores,

como no caso dos Seminários de Microcrédito e de Educação no Campo, além da elaboração de projetos para esse fim.

**Figura 16: Reunião mensal do Colegiado do Alto Sertão Alagoano**



**Fonte: ACCIOLY, Ana, C. Janeiro de 2018.**

No território da cidadania do Alto Sertão de Alagoas, os técnicos da EMATER participam das plenárias mensais. Aproveitam esse momento junto aos agricultores para apresentar os resultados dos serviços prestados anualmente no território, expondo assim a quantidade de beneficiários envolvidos e o tipo de assistência prestada durante o ciclo, assim como cada projeto desenvolvido.

Uma abordagem que pensou-se ser interessante, para ajudar a entender o funcionamento da EMATER nesse território, foi a questão da Institucionalidade da EMATER, isso porque se entende que as instituições influenciam nas tomadas de decisões e consequentemente no direcionamento das ações.

Para North (2018), as instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. De acordo com esse autor, é a partir das instituições que as pessoas internalizam e entendem o tipo de comportamento que devem ter em sociedade. Assim como numa partida de futebol ou de outro esporte, a sociedade é composta por regras e leis que devem ser levadas a sério e precisam ser obedecidas e que em caso de transgressões existem as punições cabíveis a tal atitude.

Por outro lado, se encontram as organizações que estão compostas por órgãos políticos, econômicos e educacionais, e que de acordo com o autor abordado, tratam-se de grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum em busca da consecução de determinados objetivos.

Para North, as organizações sofrem influência das instituições no modo como o quadro institucional evolui. No colegiado encontra-se forte presença de sindicatos, associações, cooperativas e empresas, que de acordo com North moldam o comportamento das instituições que queiram se fazer presentes ali.

Nesse sentido enxerga-se o território corporizado no colegiado territorial como uma organização, mas seu contato com a ATER, possibilitou um contato incisivo com os beneficiários dessa política, por ser um espaço de diálogo que resiste há muitos anos, e tem importância e capilaridade para tratar dos mais variados assuntos que tem relação direta com a agricultura familiar.

Além do contato direto com o colegiado do Alto Sertão, a EMATER tem presença junto a sindicatos dos trabalhadores rurais e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, ou seja, a sua institucionalidade atuando junto com organizações da sociedade civil levam a um cenário diferenciado.

Com a aproximação dos técnicos e dos agricultores, pode ser pensado em algo como comportamento institucional, onde existe a interação entre os técnicos e os agricultores, de maneira que exista atuação de ambas as partes da construção de ações e tomadas de decisões influenciadas de acordo com o conhecimento de ambas as partes. Com a junção da ação de ambas as partes o fracasso com a produção se torna algo mais distante, a partir do momento que o agricultor facilita a atuação do técnico.

O colegiado do Alto Sertão é um espaço, ou uma organização, heterogêneo/a, composta por diversos atores da sociedade civil, poder público, sindicato de trabalhadores rurais, movimento de mulheres, associações, cooperados, assentados, povos indígenas e quilombolas.

Em Alagoas, os serviços de ATER são divididos por regiões, cada uma possui um coordenador regional e uma equipe de técnicos específicos para os municípios que ali estão inseridos. A Emater de Alagoas tem um escritório sede na cidade de Maceió (capital do estado), atua com seis 6 gerencias regionais, que estão elencadas da seguinte forma: Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste 1, Agreste 2, Baixo São Francisco e Grande Mata Alagoana.

Ao tentar comparar a eficiência da Ater pública e da Ater privada, a superintendente da Emater acredita que a eficiência da ATER pública se dá porque consegue chegar em todas as localidades, nos municípios e nas comunidades, levando todas as políticas públicas que a ATER pública tem que levar, como exemplo estão o garantia safra, a emissão da DAP, PAA, PNAE, sendo que essas políticas não são levadas pela ATER privada, justamente por serem atribuições da ATER pública.

A Ater privada desenvolve ações de ATER, através de chamadas públicas, mas emitir DAP, fazer garantia safra, PAA, PNAE, é atribuição da ATER pública. Portanto a capilaridade da ater pública é maior. Mas seriam necessários no mínimo 200 técnicos para atender um número maior de municípios e de agricultores, pois de acordo com a superintende existem em média 125 mil estabelecimentos familiares, e no modelo atual o serviço de ater não alcança nem metade desse público alvo.

Em relação as políticas públicas, sem a Ater elas não chegam aos beneficiários da maneira correta. Como exemplo, o PAA que foi uma das maiores políticas direcionadas a agricultura familiar, mas que necessita da orientação técnica na linha do aumento da produção.

De acordo com a superintende, o melhor modelo para desenvolver a Ater seria trabalhando os agricultores de forma organizada, em associações ou cooperativas, pois as políticas públicas têm mais facilidade de chegar para grupos. Quanto a resistência dos agricultores em relação aos técnicos, isso não é mais tão forte, principalmente no Alto Sertão, pois é onde tem os maiores projetos em desenvolvimento pela Emater. Para ela o agricultor demanda de muita assistência técnica, mas o Estado não consegue chegar até eles, com qualidade, quantidade e continuidade devido ao modelo atual, que ainda precisa de muitas adaptações.

A superintendente reforça ainda que o mais importante para as atividades de Ater se resume a planejamento, pois é o que realmente os orienta, de acordo com sua fala, sem isso não é possível definir prioridades, potencialidades e eles começam a trabalhar “atirando para todo lado”. Acredita que isso é importante também internamente com definição de diretrizes do próprio governo do estado, onde irá atuar, quais cadeias produtivas são prioritárias naquele momento.

Em relação a interação que acontece entre técnicos e agricultores, não existe mais o comportamento de que os técnicos sabem de tudo e que os agricultores não sabem nada. Os técnicos têm uma nova visão e nova postura, pois isso é necessário, é respeitar os conhecimentos do agricultor, e acreditam que com a interação acaba ocorrendo uma troca de saberes. Mas é lógico que o técnico tem a responsabilidade de levar o que sabe, sem desconsiderar o que o agricultor já conhece.

Quanto as dificuldades enfrentadas pelos técnicos, estas se resumem a uma estrutura fragilizada e que não garante as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos, pois a extensão rural é um processo educativo e suas mudanças vem gradualmente, e não são ações que mudam a dinâmica da vida do agricultor de um dia para o outro.

A supervisora regional do Alto Sertão, explica que antes a assistência técnica era prestada separadamente, os técnicos iam até os homens na roça enquanto que as técnicas iam até as mulheres.

Quanto ao colegiado, fala da importância de trazer as discussões dos projetos para esse local porque nas reuniões estão presentes Ongs, prefeituras, cooperativas e associações. Para validar com os municípios, os projetos acabam sendo mais fortalecidos trazendo para o colegiado e não somente para os conselhos de desenvolvimento rural.

Ela acredita que houve uma evolução muito grande quanto a interação do colegiado, ela percebeu que os agricultores se aproximaram mais e assim é possível ver o que eles realmente precisam, pois, a comunicação que passou a existir abriu muito espaço.

A EMATER trabalha com a modalidade de contratação de bolsistas. Desde 2016 eles contavam com 17 técnicos, que são técnicos agrícolas, agrônomos, assistentes sociais, zootecnistas, e o pagamento é em forma de bolsa. A seleção é feita a partir de editais, que tem validade de um ano e depois é possível renovar por igual período. Quanto ao pagamento do serviço de assistência técnica, ela acredita que os agricultores dos municípios estudados não têm condições de pagar. Explica que o antigo presidente da Emater trouxe a ideia que existe no Rio Grande do Norte, Termo de Parceria com as prefeituras, onde a contrapartida das prefeituras seria dar dois técnicos, mas isso não pode



acontecer em todos os municípios, pois nem todas as prefeituras acatam essa modalidade.

Quanto aos projetos em execução, afirma que teve a chamada das mulheres e foi apresentada no colegiado, com isso a representante do movimento de mulheres de Mata Grande se interessou. Em relação a quantidade de técnicos necessários para um serviço com maior qualidade, acredita que deveria ter pelo menos uns 5 técnicos por município para atender a 100 famílias, pois eles trabalham com muitas chamadas, com a chamada das mulheres, a do MAPA que trabalha com médio e pequeno agricultor, PAA, PNAE. O número reduzido de técnicos, faz com que eles precisem marcar mais reuniões em grupos, pois o atendimento individual e semanal é muito difícil, mas o critério para dar maior atenção, concentra-se nos produtores de leite.

#### **4.4 A ATER nos municípios de Inhapi e Mata Grande: a razão pela permanência no sertão**

Pensar em Assistência Técnica e Extensão Rural, é imaginar um conjunto de ações e atividades voltadas para a agricultura familiar, desde o roçado a criação de gado; desde a ordenha até a venda de verduras nas feiras semanais. De modo que tais atitudes se tornam possíveis se o agricultor tiver o semovente, dominar as técnicas de manejo para o aumento da produção, tornando mais eficiente no momento da comercialização e claro a geração de renda.

Longe de ser uma política compensatória, a ATER aponta como uma atividade de educação informal e prestação de assistência no cultivo, na produção e no trato com os animais. Em nossos trabalhos de campo observamos a importância que essa política tem para os pequenos agricultores, não somente pelo envolvimento em editais e chamadas, mas pela mudança de comportamento e atitude que ela implica naqueles produtores que dela se beneficiam, essa é a questão mais relevante da ATER.

De certo, não é fácil adquirir a confiança dos agricultores quanto a utilização de técnicas de plantio e tratos culturais, diferentes das técnicas tradicionais. E a mudança na relação entre técnicos e agricultores, a partir da relação de respeito, companheirismo e atenção dedicada aos saberes dos

agricultores, operam como elementos relevantes, inclusive diminuindo os custos de transação (NORTH, 2018).

No modelo de ATER anterior a PNATER, a preocupação dos profissionais influenciados pela revolução verde era apenas inserir os pacotes tecnológicos de modo a aumentar a produção e gerar lucros. A nova roupagem que essa política vem recebendo desde o ano de 2010, atenta-se para o cuidado e avaliação do solo, a rejeição a defensivos agrícolas e promoção de agricultura agroecológica e até mesmo orgânica, mais importante é o respeito ao conhecimento tácito daqueles que irão se beneficiar, quebrando assim históricas resistências.

Para os técnicos que foram entrevistados a percepção de que a agricultura familiar só pode existir se tiver assistência técnica de qualidade, tem caráter consensual. Muitos se referem a deficiência hídrica como um fator desmotivador à permanência do agricultor no meio rural, principalmente para aqueles que residem nas áreas de maior impacto (desmatadas, solo frágil, etc).

É possível perceber além da fala de técnicos, nas entrevistas com os beneficiários, ficou claro que para muitos o Programa Bolsa Família é o motivo principal que permite que eles continuem vivendo nesses municípios, como alguns afirmaram, é através desses benefícios que “a gente não passa fome”. O que torna um desafio na medida em que o interesse é materializar-se a autonomia do agricultor familiar.

Mesmo com pouco dinheiro obtido pelos programas sociais, um dos técnicos entrevistados afirmou que a Ater traz esperança para os agricultores, pois através dela, alguns mais organizados conseguem alcançar outros tipos de mercados, além de obter um maior conhecimento das políticas públicas que podem ser beneficiados.

Em relação ao município de Mata Grande, que integra o território do Alto Sertão Alagoano, a questão da assistência técnica se faz presente também através de chamadas de projetos exclusivos para mulheres rurais, além de projetos que operam até com a conscientização da necessidade do trabalho doméstico ser dividido de maneira igualitária nas residências, superando a dupla jornada das mulheres, e agregados projetos que capacitam essas mulheres com cursos voltados a produção de alimentos de base regional, como estratégia para

obtenção da renda, como exemplo podem ser citados a produção de tapiocas e bolos de produtos típicos do Sertão, derivados da mandioca.

A presença do movimento de mulheres nesse território, especialmente em Mata Grande, possibilita essa interação entre técnicos e beneficiárias a partir do momento em que estão organizadas, inclusive com forte presença nas reuniões do CT, levantando pautas específicas ao papel das mulheres na sociedade e também sobre a importância das políticas públicas rurais serem direcionadas a elas, na busca de investimentos e construindo projetos, as mulheres lutam pela equidade na distribuição de recursos das políticas para homens e mulheres rurais, pois em alguns casos são elas as responsáveis pela propriedade e pelo sustento dos descendentes e nisso a ATER de Mata Grande estrategicamente prioriza com a ação mais relevante, entendendo também como processo político, a proporção que o movimento pauta por ações com resultados e com caráter permanente.

No caso do Município de Inhapi, percebemos também a assistência técnica voltada para o fortalecimento da comercialização. Mas antes disso, direcionada pela melhoria da produção, a prestação de assistência para conscientização e formação dos agricultores ensinando-os a lidar com a terra de modo diferente do que eles já estão acostumados, mas respeitando o conhecimento adquirido por eles durante suas vidas.

As entrevistas realizadas com os agricultores possibilitaram identificar que os produtos cultivados são: feijão, milho, batata doce e macaxeira, algumas frutas como banana, goiaba e manga. Além disso encontra-se cultivo de verduras, coentro, alface, tomate, cebola. As ferramentas de trabalho são mais simples como foice e enxada, muitos não possuem carro de boi por não ter rebanho desse tipo e quando precisam de trator para arar a terra geralmente fazem a locação.

No Sítio Patos em Inhapi, por exemplo, a entidade de mulheres tem a experiência no desenvolvimento de uma horta comunitária, onde se organizam para cuidar do manejo e manutenção, proposta realizada junto aos técnicos que orientaram desde o início. As mulheres aproveitam para compartilhar a produção de verduras e legumes, bem como de ervas medicinais como a Erva Cidreira e Capim Santo que são os mais simples. A seguir apresentamos duas imagens

das verduras e ervas que estavam sendo cuidadas pela associação de mulheres, com assistência da ATER.

**Figura 17: Horta comunitária no Sítio Patos em Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.

Trabalho de campo/ Julho de 2018.

**Figura 18: Horta Comunitária no Sítio Patos em Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.

Trabalho de Campo, Julho de 2018

Durante os trabalhos de campo foi possível de perceber que a criação de animais está voltada aquelas espécies consideradas de pequeno porte como



ovelhas, carneiros, caprinos, aves, suínos, peru e guiné. Isso se deve ao fato de que, com as secas dos últimos anos os agricultores optaram em diminuir riscos com o rebanho de bovinos, pois o consumo de água desses animais é muito maior se considerado com os citados acima, além dos alimentos, o que denota na concepção de North (2018), da diminuição das incertezas..

Dessa forma encontramos em Mata Grande um agricultor, criador de ovelhas que já foi assistido pela EMATER e que investiu nesse setor após perceber que seu rebanho estava sendo morto até mesmo por questões fitossanitárias. Ele deixou claro para nós que hoje em dia se perder algum animal é por causa de alguma doença que ele não conhece, e que mesmo sem estar sendo assistido no momento, quando precisa de ajuda sempre pode contar com algum dos técnicos.

O seu contato com os técnicos o fez mudar de atitude, comportamento e os cuidados com os filhotes que nasciam e com as mães. A partir de formações com os técnicos ele diz que aprendeu sobre raças e hoje tem uma quantidade significativa de ovelhas da raça Dorper, figura 19, possuindo um reprodutor puro dessa raça aumentando a renda com a venda dos filhotes.

**Figura 19: Criação de Ovelhas no Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.

Trabalho de campo, Julho de 2018.

Assim, além da criação de ovelhas o cultivo da mandioca é outro processo que determina a construção da renda desse produtor e de sua família, ele produz mandioca e feijão, que percebemos ser muito comum entre produtores dos dois municípios, daí a importância de empirizar experiências nos dois municípios, como exemplos de ATER, voltados para a agricultura familiar .

Ato contínuo, a maior produção é de mandioca, que utiliza para a comercialização. Esse agricultor deixou claro que faz diferente de seu ascendente, que levava a farinha todo final de semana para a feira. No seu caso, ele beneficia a mandioca, produz a tapioca, coloca a massa para secar e a sobra destina-se para a alimentação dos animais. O mesmo produz outros derivados como a puba, também para vender, a massa e a maniva são processadas também para os animais. Em relação a esses detalhes o segredo está no fato de que ele aprendeu num curso fornecido pelos técnicos de ATER. A seguir trazemos figuras da casa de farinha desse agricultor e de sua plantação.

**Figura 20: Casa de Farinha no Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande-AL**



**Fonte: SILVA, A, L, da.  
Trabalho de Campo, Julho de 2018.**

**Figura 21: Plantação de Mandioca no Sítio Serra do Sobrado em Mata Grande-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.  
Trabalho de Campo, Julho de 2018.

Ainda esboçando as impressões deixadas em nossa compreensão sobre a assistência técnica, realizou-se também uma visita na unidade produtiva de uma agricultora familiar a qual recebeu assistência técnica pelo projeto de fomento e que possivelmente estará incluída também no conhecido projeto Dom Helder. Pudemos constatar a presença de cisternas e a criação de galinhas, além da roça de milho.

**Figura 22: Cultivo de Milho no Sítio Patos em Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.  
Trabalho de campo, Julho de 2018



**Figura 23: Cisterna Calçadão numa propriedade no Sítio Patos em Inhapi**



Fonte: SILVA, A, L, da.  
Trabalho de Campo, Julho de 2018.

**Figura 24: Cultivo de Alface no Sítio Patos em Inhapi-AL**



Fonte: SILVA, A, L, da.  
Trabalho de campo, Julho de 2018.



**Figura 25: Criação de Aves no Sítio Patos em Inhapi-AL**



**Fonte: SILVA, A,L, da.**

**Trabalho de campo, julho de 2018.**

É evidente que a assistência técnica é um dos principais fatores para que a agricultura familiar dos municípios estudados, continue existindo, e de certa forma continue se fortalecendo com o passar dos anos. Isso seria produzido em função da relação de confiança entre técnicos de Ater e agricultores sendo um processo em construção. Na figura abaixo podemos encontrar exemplo de produtora que se dedica a criação de galinhas caipiras para a comercialização.

**Figura 26: Criação de aves no sítio Lagoa do Copa- Mata Grande-AL**



**Fonte: SILVA, A, L, da.**  
**Trabalho de campo, julho de 2018**

Nessa linha, as mulheres entrevistadas deixaram claro o quanto a ATER possibilitou melhorias na produção e no cuidado com os seus animais, e que foi a partir dela que passaram a sofrer menos com os impactos das secas. Estas expõem também que o fato de ter acesso a ATER e ao PBF possibilita que continuem morando na roça e principalmente que elas se sintam capazes de ir atrás de recursos e projetos que possam ajuda-las com a comercialização dos seus produtos.

Essas mulheres acreditam que o acesso a ATER lhes deu autonomia para trabalhar e levar sua vida, sem depender apenas do que o companheiro teima em plantar, muitas disseram que é um desafio convencer os maridos a fazer parte dos editais, mas que agora conhecem os benefícios e fazem questão de ir atrás para poder manter a atividade

O plantio da palma também foi algo bastante citado durante as entrevistas. Para alguns ela serve de alimento para os animais e também no complemento da renda, pois muitos fazem o plantio para que possam comercializar. A seguir temos algumas figuras de uma propriedade em que a Palma exerce as funções destacadas em supra.

**Figura 27: Plantio de palma no Sítio Ouricuri-Mata Grande-AL**



**Fonte: SILVA, A,L, da.**  
**Trabalho de campo, julho de 2018**



**Figura 28: Plantio de Palma no sítio Ouricuri- Mata Grande-AL**



**Fonte: SILVA, A,L, da.  
Trabalho de campo, julho de 2018**

Por termos consciência de que as visitas realizadas pelos técnicos nas propriedades são insuficientes, procuramos saber dos próprios agricultores, quantos dias de acompanhamento na propriedade eles acreditam ser o suficiente para melhorar o atendimento de forma individual. Foi consenso entre eles que a realização de duas visitas mensais nas propriedades já seria suficiente, pois acreditam já ter aprendido muita coisa.

As entrevistadas fizeram parte da chamada de Ater denominada de Fomento, que lhe permitiam receber um crédito de dois mil e quatrocentos, dividido em duas parcelas, para que pudessem investir na propriedade, ou algum outra atividade que desejassem desenvolver como compra de roupas para a revenda e também de maquiagens, mas a maior parte investiu na compra de suínos, ovinos e também aves. Inclusive a responsável pela propriedade onde fizemos os registros fotográficos acima, utilizou o dinheiro para investir na palma e também para comprar cabras três cabras, mas duas foram mortas e ela acredita que o que causou a morte foi picada de cobras, os filhotes ela vendeu.

Ao serem questionados sobre o tipo de comportamento e tratamento que eles recebem dos técnicos, tanto no município de Inhapi quanto em Mata Grande, a partir das entrevistas com os agricultores, encontramos a informação de que existe muito respeito e relação de confiança tanto a pessoa do agricultor, como também aos conhecimentos que eles adquiriram.

Ao serem questionados sobre o fim da assistência técnica, apenas uma das agricultoras entrevistadas acredita que se a Ater não for mais disponibilizada de forma pública e gratuita, ela e outras pessoas conseguiriam seguir em frente, aplicando as técnicas e os conhecimentos que já foram adquiridos após tantas formações, mesmo com dificuldades isso não seria impossível.

O homem do campo também sofre com as adversidades climáticas, como a carência de chuva como um dos maiores problemas, não somente para os agricultores do Alto Sertão, mas de estados como Ceará, Pernambuco, Bahia e Sergipe.

Com uma assistência técnica de qualidade e de maneira continuada, a seca não é mais um fator que obriga tantas pessoas deixarem suas terras, de acordo com os entrevistados, a alegria de ver o mato verde e crescendo quando chove por alguns dias lhes dá a força de que precisam para continuar vivendo da sua terra. Nas figuras abaixo podemos perceber como fica a paisagem de alguns logradouros no município de Inhapi após poucos dias com chuvas, mostrando a beleza do sertão e sua identidade vital com a pluviosidade.

**Figura 29: Sítio Poço Grande em Inhapi Após a Chuva**



**Fonte: SILVA, A, L, da.  
Dezembro de 2018**

**Figura 30: Sítio Poço Grande em Inhapi Após a Chuva**



**Fonte: SILVA, A, L, da.  
Dezembro de 2018**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o acesso à base teórica dos conceitos e categorias utilizadas nesse trabalho, quanto a abordagem sobre o objeto de estudo e os outros temas que lhe envolvem, tornaram-se importantes. Sem essas leituras, a ATER poderia ser abordada apenas a partir de suas técnicas e suas ações, mas a proposta deste trabalho esteve calcada na análise da ATER como política pública que possibilita melhoria nas condições de vida dos agricultores, sendo isso possível apenas a partir da sua articulação com outras políticas públicas.

A proposta de esboçar a presença do Estado, enquanto responsável pelo serviço de Ater se fez importante para a leitura sobre o desenvolvimento rural, no fortalecimento da agricultura familiar e melhorias nas condições de vida desses agricultores. Defendemos aqui a ideia de que o Estado precisa se definir positivamente em relação aos que necessitam de ATER, mesmo sabendo da existência de entidades privadas que prestam esse serviço, superando a velha concepção de que o meio rural brasileiro ainda se caracteriza como lugar pobre, especialmente as áreas do sertão nordestino, e não podemos chamar de atrasado porque está cada vez mais conectado com as técnicas e de uma vida assemelhada a vida urbana.

A Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade é uma realidade que ainda precisa de melhorias, uma vez que depende da atenção que os formuladores de políticas lhe direcionam, que por sinal é reduzida. Ela integra classicamente uma das três funções do Estado ao lado do fomento e da pesquisa. Mas mesmo com toda sua importância, é necessária forte reivindicação daqueles que dela necessitam para que opere de maneira efetiva, percebemos com esse trabalho que seria uma grande vitória se a partir da pressão pública, a ATER tivesse um dia uma lei tão forte como foi o Pronaf.

É nítido que, em especial, a agricultura familiar sempre esteve excluída dos planejamentos e propostas desenvolvidas pelo Estado, sempre foi tratada de forma secundarizada, e por isso, ainda sofre com as dificuldades no recebimento de assistência técnica da maneira adequada.

Se não tivesse existido já na década de 90 movimentos populares que pressionassem os governos a voltar a sua atenção para esse setor da sociedade poderíamos estar vivenciando uma realidade diferente no meio rural,

principalmente o nordestino. Poderia não ser possível encontrar ações voltadas a questão de melhorias na produção e condições para comercialização.

Mesmo com investimentos em políticas públicas que tem como foco, a promoção do desenvolvimento rural, as mudanças no meio rural nordestino precisam de um período mais longo para serem percebidas, sua observação só é percebida a longo prazo. São mudanças de atitudes que tem raízes culturais e isso demora a acontecer. Principalmente porque esses investimentos dependem da atenção dos formuladores de políticas que na maioria das vezes voltam o seu olhar somente para o setor industrial e para os produtores do agronegócio.

Percebemos através dos trabalhos de campo que os sindicatos dos trabalhadores rurais também podem exercer papel interessante na questão da relação entre os técnicos e os beneficiários, porque tem acesso as informações dos trabalhadores rurais que podem facilitar a identificação prévia daqueles que tem maior necessidade na prestação desse serviço, uma vez que esse gargalo precisa ser superado não apenas no Alto Sertão Alagoano, mas em todo o estado de Alagoas. Desse modo se faz necessário o fortalecimento dessa política para que a agricultura familiar possa emergir como um setor econômico tão importante como o de serviços. A Ater não deveria depender de uma dedicação hercúlea de seus técnicos, mas sim de uma estrutura pública e organizacional que lhe desse bases para uma atuação universal.

Essa é uma característica importante a ser observada, a proximidade que existe entre os técnicos e o sindicato de trabalhadores em ambos os municípios, favorece a relação de confiança existente entre eles e os beneficiários, pois aqueles acabam não sendo vistos como algo totalmente estranho a realidade dos agricultores; por fazer parte do cotidiano dos agricultores, os sindicatos podem se colocar como intermediários das relações entre os técnicos e os beneficiários dessa política, organizando seminários e formações junto a equipe de técnicos.

Apesar da existência de entraves persistentes para a política, como a falta de recursos e de equipe suficiente para a realização de um trabalho eficiente, é perceptível o empenho dos técnicos da EMATER nesses municípios para prestação de assistência técnica de qualidade dentro dos seus limites institucionais e estruturais, o que pode ser associado ao sentimento de pertencimento ao meio rural que muitos técnicos possuem e também de

realização profissional, ao estar prestando serviço a um segmento da população que necessita muito mais do que outros.

Apesar de seus avanços e mudanças na sua estrutura, geradas com a PNATER, é perceptível que a ATER não alcança todo o seu público mais necessitado, os mais pobres do meio rural ainda continuam sendo mal assistidos, por causa da quantidade de técnicos disponíveis, enquanto que os agricultores de maior poder econômico conseguem essa assistência, pois o nível de formação é maior e com isso eles conseguem buscar a assistência técnica pois conhecem os caminhos necessários para ter acesso a essa política.

Infelizmente a ATER não está cumprindo todos os seus fundamentos. Nos municípios estudados pode ser percebido que os técnicos de ATER tem boa vontade na sua atuação, em particular a maioria dos entrevistados nasceram no sertão de Alagoas e sempre viram as dificuldades enfrentadas pelos seus pais para conseguir ter uma quantidade e qualidade significativa de seus produtos. Isso fez com que utilizassem sua formação acadêmica de maneira compromissada com aqueles que mais necessitam. Mas a boa vontade não é suficiente para o sucesso da política, o investimento público se faz necessário e é ainda o mais importante.

Com relação as diferenças existentes entre os agricultores que são beneficiários da política de Ater e aqueles que não são, é possível perceber que o grau de conhecimento, daqueles que recebem assistência técnica, com relação as políticas de crédito e políticas voltadas para a agricultura familiar é maior do que o grau daqueles que não são beneficiários. Diferenças na produção também são encontradas, uma vez que a Ater tem esse caráter de formação continuada e influencia na melhoria permanente das condições de produção, a partir da utilização de tecnologias inovadoras e uso de técnicas de plantio diferenciadas.

Em suma, nosso trabalho teve como proposta demonstrar a dinâmica da Ater nos municípios de Inhapi e Mata Grande a partir da interação entre técnicos e agricultores familiares, na medida em que a qualidade da política prestada encontra na disponibilidade dos beneficiários o espaço necessário para atuar, e isso se tornou de maior capilaridade em função da intermediação desempenhada pelo Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas, a partir do



momento que esse espaço coloca em contato direto os técnicos e os agricultores familiares.

Contudo, é necessário deixar claro que as discussões e demonstrações trazidas nesse trabalho não podem ser levadas como proposta para interpretar qualquer realidade de agricultura que tenha a presença da assistência técnica, e nem mesmo generalizar a todos os agricultores que compõem o espaço rural dos municípios abordados, por se tratar de um trabalho calcado num estudo de caso, nossa abordagem se fez num recorte espacial reduzido. Trabalhos que deem sequência a esse, poderão trazer contribuições futuras quanto a dinâmica da Ater no estado de Alagoas em outros municípios, assim como, a partir desse estudo pode ser despertado o interesse na realidade vivida por agricultores que tem acesso ou não a essa política.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** - vols. 28 nos 1,2, 3 e 29, nº 1 - Jan/dez. 1998 e Jan/Ago. 1999.

ALCANTARA, Fernanda, Viana de. Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil em Foco. In: Carvalho, DIANA M, de. ALCANTARA, Fernanda, Viana de. COSTA, José Eloízio da. (Orgs). **Abordagens sobre o desenvolvimento rural: As experiências em Sergipe e no Planalto da Conquista/BA**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. 360, p.

ALLAIRE, Gilles. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. In: MARQUES, Flavia, C., CONTERATO, Marcelo, A., SCHNEIDER, Sergio. (Orgs). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 416p.

BARROS, Geraldo, S de C. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, A, M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z.(Orgs). **O novo mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão, agrário e agrícola**, Brasília: Embrapa, 2014. 1186 p.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 6ª ed São Paulo: Malheiros Editores. 2007. 529 p.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2005.

BUAINAIN, A, M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A, M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O novo mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão, agrário e agrícola**, Brasília: Embrapa, 2014.

CARVALHO, Diana M, de. **Trajetórias do PRONAF em Sergipe**. Desenvolvimento e Mudanças Sócio-Espaciais. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

CARVALHO, Diana M, de. COSTA, José E, da. Agricultura Familiar no Brasil: persistência e evolução? In: LIMA, Espedito (Org.). **Desenvolvimento rural e políticas territoriais**: evidências no Nordeste Brasileiro. Vitória da Conquista, 2017.

CASTRO, César, N, de. Desafios da Agricultura Familiar: o caso da Assitência Técnica e Extensão Rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**. 12. Jul-dez. 2015. P 49-59.

CORREA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Ina, Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Org's) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FAO. **Superação da fome e da pobreza rural, iniciativas brasileiras**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. FAO 2016.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão- do Agrário ao Territorial**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GRAZIANO, Xico. NAVARRO, Zander. **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HAESBAERT, R. C. Territórios Alternativos. Niterói: EDUFF, São Paulo: contexto 2002.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. P 30-41.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 383p.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **Agricultura Familiar**: comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993, 336 p. Coleção repertórios.

LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão- SE: Editora UFS, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001, p. 83 - 100.

NAVARRO, Zander, PEDROSO, Maria, T, M. **Agricultura Familiar**: é preciso mudar para avançar. Distrito Federal: Embrapa Informação Tecnológica. 2011. 260 p.

NORTH, Douglass, C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2018.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

PEIXOTO, Marcus. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: In: BUAINAIN, A, M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z.(Orgs). **O novo mundo rural no Brasil do século 21**: A formação de um novo padrão, agrário e agrícola, Brasília: Embrapa, 2014. 1186 p.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília- DF: MDA/SDT/IICA, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. 2ª ed., São Paulo: Edson Bini, 2015, 127p.

SANTOS, Leide, Maria, Reis, dos. **ESTADO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS E DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL EM ALAGOAS E SERGIPE**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: Evento realizado pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco/AC de 20 a 23/07/2008.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30 nº 3, p.511-531, 2010.

\_\_\_\_\_. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia, C. CONTERATO, Marcelo, A. SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**; Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHWARTZENBERG, Roger-G. **O Estado Espetáculo**: Ensaio sobre e contra o STAR System em Política. Rio de Janeiro: Difel- Difusão Editorial. 1978. 350 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

SOUSA, Moacir, Araújo de., Fontes, Catia, dos Santos. Desenvolvimento Rural no Brasil: uma história de contradições. In: CARVALHO, Diana Mendonça de., ALCANTARA, Fernanda, Viana de., Costa, José, Eloizio da. (Org's), **Experiências e Reflexões sobre o Desenvolvimento Rural e Regional. Realidades no Nordeste Brasileiro**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe- EDISE, 2014.506 p.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2016, p. 20-45.

SOUZA, M, J, L de. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Ina, Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Org's), **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017. 239 p.

\_\_\_\_\_. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a. 288 p.

\_\_\_\_\_. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2018b. 288 p.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia**, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)> Acesso em: 14 Dez. 2017.

VASCONCELOS, Ramon, O.; JESUS, Givaldo, S, de. Desafios conceituais da Agricultura Familiar: Complexidade e Singularidades no Espaço Rural Brasileiro. In: In: CARVALHO, Diana Mendonça de., ALCANTARA, Fernanda, Viana de., Costa, José, Eloizio da. (Org's), **Contextos Do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.



## APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ORIENTADOR: JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA

PROJETO DE PESQUISA- Dissertação de Mestrado

### **EFEITOS DA ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS: o caso dos municípios de Inhapi e Mata Grande**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA/ TÉCNICOS E OUTROS

#### IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1 Nome do Entrevistado
- 2 Cidade?
- 3 Qual Cargo exerce?
- 4 A quanto tempo exerce essa função?
- 5 Como entrou nessa atividade?

#### QUESTÕES DE AÇÃO DE ATER

- 6 Como se estrutura a EMATER em Alagoas?
- 7 Quantos Técnicos de Carreira existem na EMATER?
- 8 Na sua opinião qual território é mais beneficiado em ATER?
- 9 Existem diferenças entre a ATER pública e a privada do ponto de vista operacional e de sua atuação?
- 10 O que a ATER pública faz que a privada não faz e porquê?
- 11 Quais são as empresas de ATER privada que atuam no território do Alto Sertão?
- 12 Quantos profissionais dessa área você acredita que deveriam atuar em Inhapi e Mata Grande?

13 O que um técnico de ATER faz? (Oficinas, visitas técnicas, acompanhamento e avaliação)

14 Quantos povoados existem em Mata Grande?

15 Qual a abrangência da EMATER em Mata Grande e Inhapi, quantos povoados são atendidos

16 Qual sua visão da Assistência técnica em relação a outras ações do estado como o uso da água do Canal do Sertão, programas de transferência de renda, programa do PAA Leite, PNAE, Pronaf, Água Para Todos e Luz para todos? O que ela tem a ver?

17 Existem dificuldades na relação dos técnicos com os beneficiários? Quais?

18 Qual Ater é mais comum? Para pecuária ou para Agricultura?

19 Quais os avanços que seu trabalho teve até o momento nos aspectos da Assistência Técnica?

20 Podemos comparar um Agricultor Familiar que recebeu ATER com outro que não recebeu? Existem diferenças a partir do trabalho de vocês?

21 Qual modelo de ATER você idealiza?

22 O modelo de ATER está falido? Será que não estão sendo feitos apenas trabalhos de “remendos” e uma gestão de “apaga incêndio”.

23 Você pode citar alguns agricultores que foram assistidos por vocês e que nós podemos entrar em contato?

24 Como é elaborado o planejamento anual da EMATER?

24 Na inexistência de técnicos, existe a possibilidade de membros da comunidade compartilharem custos para a contratação de assistência técnica privada?

24 Qual a importância da Assistência Técnica para os agricultores familiares?

25 Como você avalia a Assistência Técnica oferecida pelo estado de Alagoas?

26 Trazendo para o Alto Sertão, qual sua visão em relação ao papel da assistência técnica e da extensão rural prestada nesse território?

27 Quem você acredita que deveria realmente arcar com a Assistência Técnica dos Municípios, prefeitura, estado ou a Federação?





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ORIENTADOR: JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA  
PROJETO DE PESQUISA- Dissertação de Mestrado

**EFEITOS DA ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NA  
AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS: o caso dos  
municípios de Inhapi e Mata Grande**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA  
AGRICULTORES**

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- 1 Nome do Entrevistado- Apelido
- 2 Cidade- Povoado
- 3 A quantos anos mora nesse município?
- 4 Se veio de outro lugar, qual foi o lugar e porque veio morar aqui?
- 5 Se pudesse, iria embora deste lugar? Se positivo, queria ir para onde e porque?
- 6 Quais são as fontes de renda em termos de trabalho? Quem trabalha na família?
- 7 Tem filhos? Quantos?
- 8 Quem estuda na família e em qual série?
- 9 você possui DAP? Se não, qual o motivo? Essa DAP já foi usada para quê?
- 10 O que você produz na terra? Tem criação?
- 11 Das ferramentas abaixo quais o (a) senhor (a) utiliza durante o trabalho

a) Enxada ( )

b) Trator ( )

c) Carroça ( )

d) Caminhão ( )

e) Moto ( )

f) Foice ( )

g) Carro de Boi ( )

h) Tem outros? \_\_\_\_\_

12 Recebe algum benefício do Governo, tipo Bolsa Família ou alguém recebe aposentaria na família? Tem outros benefícios (como cisternas, energia elétrica etc)

13 E sobre os filhos, gostaria que eles continuassem com a vida na roça? Você acha que eles querem ir embora, trabalhar na cidade? Porque?

14 Já solicitou empréstimo em algum banco? Quantas vezes? Acredita que tomou a atitude correta? Utilizou esse empréstimo para que?

15 A terra é sua ou alugada?

16 Você ou algum outro membro da família trabalha em algo que não seja na roça? Onde e porque?

17 Já ouviu falar de colegiado territorial ou conselho municipal de desenvolvimento sustentável?

### **QUESTÕES RELACIONADAS A ATER**

18 Você recebe algum apoio de assistência técnica?

19 Em caso negativo, sabe o motivo ou conhece alguém no povoado que recebe esse apoio?

20 Em caso de positivo, de quem? Do município? Do governo do estado, ou de uma empresa particular?

21 Há quanto tempo recebe apoio dos técnicos da EMATER? (anos e meses)

22 Os técnicos vem quantas vezes na sua propriedade? Por mês, ou bimensalmente, trimestralmente etc?

23 O tratamento dos técnicos com o senhor (a) é cordial, atencioso ou já existiu algum problema de natureza pessoal?

24 Que tipo de atividade o senhor (a) desenvolve com os técnicos?

(agricultura, pecuária, no plantio, no acompanhamento, na época da produção, etc)

25 Além dessa atividade de assistência técnica em sua propriedade, o que poderia ainda ser feito com a ajuda do técnico?

26 O (a) senhor já teve acesso ao Pronaf? Quando? Quantas vezes? Aplicou em que?

27 O técnico da EMATER já atuou também na questão do Pronaf? O que ele fez?

28 O técnico da EMATER já atuou com o senhor (a) na questão da comercialização de seus produtos?

29 Quais os pontos positivos que o senhor poderia dizer em que a presença do técnico foi importante?

30 Houve uma melhoria no rendimento da propriedade com a chegada do técnico da EMATER? A renda familiar aumentou?

31 A condição de vida melhorou, sua e de sua família a partir da assistência técnica?

32 Houve uma aprendizagem com a atuação do técnico na propriedade? O (a) senhor (a) entendia tudo o que ele dizia? Porque?

33 O técnico poderia vir mais vezes para a propriedade? Porque?

34 Já participou do chamado dia de campo?

35 Daria para viver hoje sem a presença do técnico da EMATER?

36 Nos meses de seca, como fica a vida da família? Quais os problemas em relação a produção?

37 O (a) senhor (a) está ligado (a) a alguma associação ou sindicato dos trabalhadores rurais? É importante estar associado?

38 Houve alguma atividade dos técnicos da EMATER que o senhor (a) participou? Como palestra, treinamento, oficina, etc?